



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES – CH
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA – UAHis
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

OSLAN COSTA RIBEIRO

A ELITE ECLESIASTICA ATRAVÉS DA IMPRENSA: reivindicações da Igreja diante
do movimento do progresso urbano e da secularização na cidade de Canavieiras - Bahia
(1903-1913)

CAMPINA GRANDE, PB

2022

OSLAN COSTA RIBEIRO

A ELITE ECLESIASTICA ATRAVÉS DA IMPRENSA: reivindicações da Igreja diante da ideologia do progresso urbano e secularização na cidade de Canavieiras - Bahia (1903-1913)

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal de Campina Grande.

Orientador: Prof^o Dr. José Pereira de Sousa Júnior.

Banca examinadora: Prof^o Dr. José Otávio Aguiar (PPGH-UFCG), avaliador interno; e Prof^a Dra. Janete Ruiz de Macêdo (DFCH-UESC), avaliadora externa.

CAMPINA GRANDE, PB

2022



R484c

Ribeiro, Oslan Costa.

A elite eclesiástica através da imprensa: reivindicações da Igreja diante do movimento do progresso urbano e da secularização na cidade de Canavieiras-Bahia (1903-1913) / Oslan Costa Ribeiro. – Campina Grande, 2022.

124 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2022.

“Orientação: Prof. Dr. José Pereira de Sousa Júnior”.

Referências.

1. História Cultural. 2. Elite Eclesiástica Católica. 3. Secularização da Sociedade. 4. Laicização do Estado Brasileiro. 5. Imprensa. 6. Fotografia. 7. Freguesia de São Boaventura do Poxim-Canavieiras-BA. I. Sousa Júnior, José Pereira de. II. Título.

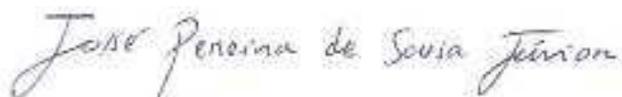
CDU 930.85(043)

OSLAN COSTA RIBEIRO

A ELITE ECLESIAÍSTICA ATRAVÉS DA IMPRENSA: reivindicações da Igreja diante da ideologia do progresso urbano e secularização na cidade de Canavieiras - Bahia (1903-1913)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História

BANCA EXAMINADORA



Professor Dr. José Pereira de Sousa Júnior - Orientador – PPGH/UFCG



Professor Dra. Janete Ruiz de Macêdo - Examinadora Externa – PPGH/UESC



Professor Dr. José Otávio Aguiar - Examinador Interno – PPGH/UFCG

Trabalho aprovado em 03 de março de 2022.

CAMPINA GRANDE, PB

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente ao meu Deus e Senhor, Jesus Cristo, que por obra da sua divina Misericórdia e Providência, tudo fez e faz por mim, escrevendo novas páginas em minha história de vida, e hoje, mais uma vez, realizou em mim maravilhas. Só tenho que render graças a Deus pelos livramentos, pela proteção e providência a mim concedidos, sob a intercessão da Virgem Santíssima em sua Imaculada Conceição, de São José, de São Miguel Arcanjo, de São Boaventura, que nesses tempos pandêmicos, tanto pela Covid-19, como também pela intolerância e extremismos, me guardaram de muitos males e desgastes desnecessários. Obrigado meu Deus, eu não merecia, mesmo assim agradeço imensamente pela conclusão do mestrado em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Agradeço à minha família na Bahia, que há 2 anos não os vejo, depois de vir para Campina Grande exatamente quando a pandemia estourou em todo mundo, agradeço imensamente a Deus pelo livramento concedido, pois, nenhum de nós nos infectamos com a Covid-19, e todos nós vacinados com a primeira e segunda dose, além da dose de reforço, continuamos a ter cuidado uns com os outros. Agradeço a meu pai Osvaldo, que depois de Deus, é meu maior provedor. Agradeço a minha mãe Maria de Fátima, aos meus irmãos e irmã, Monadelle, Erick e Thiago, a Ana Rita e Sônia Maria (mãe e tia de Thiago), que me socorreram com o que podiam para me manter nesses 2 anos de mestrado aqui em Campina Grande, Paraíba.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. José Pereira de Sousa Júnior, que ao me conhecer em 2019, me deu atenção, me orientou no meu projeto de pesquisa para a seleção do mestrado em História da UFCG, turma 2020-2022. Após a aprovação na seleção, sem bolsa de pesquisa, viabilizou minha permanência em Campina Grande, dividindo apartamento comigo, num momento tão drástico, de tantas incertezas e inseguranças por causa da pandemia da Covid-19. Agradeço também à minha amiga, sra. Maria Rodrigues da Silva, mais conhecida como Isaurina, do bairro José Pinheiro, que desde quando me conheceu aqui em Campina Grande, me acolheu, me ajudou muito, me cedendo o imóvel superior à sua residência, para moradia gratuita para o término do mestrado, sempre velando pelo meu bem estar, muito obrigado!

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH-UFCG), especialmente, na pessoa de seu coordenador, Prof. Dr. José Otávio Aguiar, que se tornou meu amigo, sendo orientador nos seis estágios docentes das seis disciplinas de 60hs cada, que ele ministrou na graduação em História da UFCG, aos quais

resolvi fazer, não por obrigação, já que nem eu e nenhum colega foi bolsista, mas por acreditar no processo de formação docente, e para retribuir à universidade pública o privilégio de ter sido mestrando em História em seu seio. Agradeço aos demais professores e colegas do PPGH-UFCG, por termos continuado, por termos produzido, e por estarmos concluindo a turma 2020-2022, em tempo hábil, mesmo sem nenhum financiamento de pesquisa, devido ao atual governo federal, que obscuramente que administra o país.

Agradeço aos meus amigos e benfeitores, que da maneira que puderam, contribuíram financeiramente em algum momento, para minha manutenção em Campina Grande: Prof^a Dra. Janete Ruiz de Macêdo (UESC – Itabuna/BA), Padre Nicolau Klak (Paróquia de Nossa Senhora de Fátima – Itabuna/BA); Neide Pereira, Carla Fátima Conrado, Helena Henriques, Cláudio Garcia, José Américo e Rose Porto (Itabuna/BA); Ana Soares, *in memoriam* (Ilhéus/BA); Genita Matos (Canavieiras/BA); Padre Marcos Antônio Souza de Jesus, CP (Rio Branco/AC); Padre José Valdinã, SCJ (Poço Redondo/SE); Paulo Afonso Tavares (Trindade/GO); Maria de Lourdes Almeida (João Pessoa/PB); Maria do Socorro (Gurjão/PB); Maria da Paz Soares e Lúcia Nunes (Campina Grande/PB). Agradeço à minha amiga, Dra. Maria Rita Santos (UNEB), que fez o trabalho de revisão ortográfica e de adequação da dissertação às normas da ABNT, gratuitamente. Deus lhe pague!

Fica aqui registrado também, o meu agradecimento aos meus inúmeros familiares da descendência de meu avô Rui Marinho da Costa (1905-1982), no sul da Bahia, homem honrado e simples, católico, trabalhador incansável, que no cultivo de seus cacauzeiros às margens do Rio Pardo, na região da Volta do Óleo, consagrou sua pequena roça de cacau, juntamente com minha avó Maria Oliveira da Costa, que muito labutou com ele, ao nome de Nossa Senhora de Fátima, de quem era muito devoto, agradeço *in memoriam* a ele também, pela herança dessa linda cultura, dos valores e da fé que recebi de meus pais, e do grande amor que me une a Canavieiras e sua gente.

Dedico esta dissertação de mestrado em História aos meus pais Maria de Fátima e Osvaldo, e aos meus irmãos Erick, Monadelle e Thiago, que pela graça de Deus, são a maior riqueza que tenho nesta vida!

“Com isto temos uma resposta clara à pergunta se todo o conhecimento provém do sentido. Deve-se dizer que não. De fato, é necessário afirmar que a alma conhece a Deus, a si mesma e às coisas que estão nela sem o auxílio dos sentidos exteriores. Se, pois, o Filósofo diz que 'nada se encontra no intelecto que antes não esteja nos sentidos' e que 'todo conhecimento tem sua origem no sentido', devem-se entender tais afirmações daquilo que existe na alma através da espécie abstrata”. (São Boaventura, in: II Sent. d. 39, a. 1, q. 2; II, p. 904, apud Boni, 2016, p.79)

RESUMO

Esta dissertação apresenta novas interpretações sobre a história da Freguesia de São Boaventura do Poxim de Canavieiras, no marco temporal de 1903-1903, sobre as reivindicações da Igreja diante do movimento do progresso urbano e da secularização da sociedade na cidade de Canavieiras. Tendo por fontes principais a imprensa e a fotografia, buscamos reinterpretar as contendas da Igreja, no início do século XX, em busca de sua reorganização interna, recuperação patrimonial, contra a elite política e econômica cacaujeira, que encarava com indiferentismo a questão da recuperação da antiga matriz, em avançado estado de precariedade de sua estrutura física desde o século XIX, e depois, de resistirem em aderir em ajudar financeiramente as obras de construção da nova igreja matriz de São Boaventura. Neste trabalho, apresentaremos dois episódios que envolveram os padres em polêmicas. O primeiro, causado de desavenças do padre com o povo, em 1903, depois, da agressão física do padre por um rapaz, em plena Semana Santa, em 1912, para exemplificarmos os conflitos que houvera no recorte proposto. Além, dos objetivos da elite política e econômica, em conjunto com a municipalidade, em prover a nova cidade, em reformas para melhoramentos e embelezamento de seu perímetro urbano. Nossa argumentação percorrerá o apego ideológico da elite pelo progresso, do não compromisso com as necessidades da Igreja, que contraditoriamente, professavam a fé publicamente, e as reações dos padres diante da secularização e laicização, identificado por nós, como causa do distanciamento dessa elite política e econômica cacaujeira da cidade, aos intentos da Igreja de se firmar como parte dessa elite, se diferenciando das demais, por ser a elite eclesiástica emergente, consolidada, com a criação da Diocese de Ilhéus, em 1913, a qual, a Freguesia de São Boaventura do Poxim passou a fazer parte.

Palavras-chave: Freguesia de São Boaventura do Poxim; cidade de Canavieiras, Bahia; elite eclesiástica católica; secularização da sociedade; laicização do Estado brasileiro.

ABSTRACT

This Masters dissertation presents new interpretations about the history of the Freguesia of São Boaventura do Poxim de Canavieiras, in the time frame of 1903-1913, on the church's claims to the movement of urban progress and the secularization of society in the city of Canavieiras. With the main sources of the press and photography, we sought to reinterpret the contentions of the Church, at the beginning of the 20th century, in search of its internal reorganization, patrimonial recovery, against the political and economic cocoa elite, which faced with indifference the issue of the recovery of the former matrix, in an advanced state of precariousness of its physical structure since the nineteenth century, and then, to resist joining in financially helping the construction works of the new mother church of St. Boaventura. In this work, we will present two episodes that involved the priests in controversies. The first, caused by the priest's disagreements with the people in 1903, then the physical aggression of the priest by a boy, and full Holy Week, in 1912, to exemplify the conflicts that were in the proposed cutout. In addition, the objectives of the political and economic elite, together with the municipality, in providing the new city, in reforms for improvements and beautification of its urban perimeter. Our argument will go through the ideological attachment of the elite for progress, of not commitment to the needs of the Church, which contradictorily professed the faith publicly, and the reactions of the priests to secularization and secularization, identified by us, as the cause of the distancing of this political and economic elite cocoa tree from the city, to the intentions of the Church to establish itself as part of this elite, differentiating from the other, being the emerging ecclesiastical elite, consolidated, with the creation of the Diocese of Ilhéus, in 1913, which, the Freguesia of São Boaventura do Poxim became part.

Keywords: Freguesia of São Boaventura do Poxim; city of Canavieiras, Bahia; Catholic ecclesiastical elite; secularization of society; secularization of the Brazilian

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – O ESPAÇO URBANO DA <i>IMPERIAL VILLA DE CANNAVIEIRAS</i> EM FINS DO SÉCULO XIX.....	25
1.1 Sobre a formação da Freguesia de São Boaventura do Poxim e da Vila de Canavieiras	25
1.2 A situação da <i>Imperial Villa de Cannavieiras</i> , segundo o relatório descritivo de Durval Vieira de Aguiar e através das fotografias de <i>Dantas Photo</i>	30
1.3 Transformações culturais e urbanas no início do século XX.....	35
CAPÍTULO II – A ELITE ECLESIASTICA E O PROCESSO DE SECULARIZAÇÃO E LAICIZAÇÃO.....	41
2.1 O fim do padroado e a restauração ultramontana da Igreja no Brasil.....	41
2.2 O caso do vigário Badaró diante da secularização e laicização em Canavieiras.....	47
2.3 O cônego Bemvindo Teixeira e sua ação pastoral renovadora	51
CAPÍTULO III - O ESPAÇO RELIGIOSO NA IMPRENSA CANAVIEIRENSE.....	55
3.1 A cidade de Canavieiras pela imprensa nos anos 1900 e 1910: a busca pelo “progresso”	55
3.2 O jornal “Monitor do Sul”.....	59
3.3 As notícias de “Monitor do Sul” (1903-1913).....	62
3.4 O jornal “A Razão” (1908-1912).....	65
3.5 O jornal “A Reforma” (1913-1917).....	66
3.6 Principais notícias de ‘A Reforma’(1913-1917).....	69
CAPÍTULO IV -ESTRATÉGIAS, PROTAGONISTAS E TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA CONSTRUÇÃO DA NOVA MATRIZ DE SÃO BOAVENTURA.....	74
4.1 A velha igreja matriz e os padres que tentavam inovar em sua práxis pastoral.....	74
4.2 Padre Justino José de Sant’Anna: o inconformismo diante da letargia.....	83
4.3 A emancipação da elite eclesiástica no sul da Bahia.....	93
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
REFERÊNCIAS	102
ANEXOS.....	108

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado em História que iremos apresentar, é fruto de uma indagação surgida ainda na pré-adolescência, do desejo de responder aos questionamentos sobre a história do município de Canavieiras e de sua Freguesia de São Boaventura do Poxim, até então, pouco pesquisados por nossos historiadores, memorialistas e cronistas de Canavieiras e região. Lemos muitos desses trabalhos, tentamos responder aos questionamentos da juventude de nossa geração na cidade de Canavieiras, mas, ao nos colocarmos à escuta dos mais idosos, por tardes inteiras a fio, regado de muito café e bolo, sobre as experiências que cada qual obtiveram em uma vida longa, onde a saudade era a emoção mais comumente de sentir. A riqueza e o detalhamento dessas memórias orais, foram se alinhando às fotografias apresentadas nessas conversas. A memória passou a reconstituir cenários perdidos, esquecidos propositalmente, ou não, mas que foram de certa maneira superados, apagados da memória coletiva, sempre no discurso do novo, do moderno, do futuro que estava chegando naqueles últimos anos da década de 1990.

A redescoberta da fotografia da antiga igreja matriz de São Boaventura, em 2001, em sua localização quase que no meio, do que chamamos hoje de Praça da Bandeira, nos remeteu a outra senhora de idade avançada, corcunda, com voz rouca, sempre paramentada de vestido simples e lenço branco na cabeça, que conhecemos em 1993, em uma das missas dominicais na atual igreja matriz de São Boaventura, chamada de dona Arlinda. Ela nos disse que ainda menina, carregou com suas irmãs e primas, as pedras chegadas no cais do porto de Canavieiras, em enormes canoas, em uma noite de lua cheia no ano de 1911, noite inesquecível, de muita festa, de muita gente reunida, para ajudar a descarregar as canoas, e levarem pedra-por-pedra em suas cabeças até o terreno onde foi demarcado para se construir a nova matriz da cidade. Como prova de suas memórias, dona Arlinda marcou que fôssemos em sua casa para nos mostrar o tijolo que ela guardava, com dignidade de relíquia sagrada, e realmente era, da antiga igreja matriz de São Boaventura, demolida rapidamente pelo poder público municipal, assim que a nova foi inaugurada em 5 de julho de 1932.

Um tijolo enorme para os padrões atuais da construção civil, era a peça mais valiosa da casa, segundo nos disse, dona Arlinda, em sua humilde residência na rua Augusto Severo, centro de Canavieiras. Ela lamentava que a antiga igreja que ela foi batizada não mais existia, e ainda acrescentou, que à época, transparecia que tanto a prefeitura quanto o padre, tinham pressa de que a velha matriz desaparecesse de uma vez por toda da cidade, aproveitando a comoção popular em torno da inauguração da nova, muito mais bonita e majestosa. A memória

de dona Arlinda, se juntou com as demais senhoras católicas de idade avançada, que conseguimos escutar por vários anos, sem nenhuma fotografia sobre a antiga matriz achada até aquele período, hoje, interpretamos, que tenha existido uma tendência proposital de apagamento da memória coletiva sobre esse patrimônio esquecido. Após, várias visitas, não de cunho acadêmico, mas, de um adolescente ávido por conhecer e decifrar, os fragmentos de informações, recebidos daqui e dali, sobre a história de sua cidade, sem ter consciência disto, nascia ali a nossa vocação de historiador.

Com o término do ensino médio e início da fase adulta, a busca pelo conhecimento histórico se tornava mais aguçada. As memórias ouvidas nos davam autoridade de fala, e de compartilhamento de experiências – sobre as festas de São Boaventura, as festas da Capelinha, carnavais, de acontecimentos políticos – que nunca tínhamos vivido, porque não éramos nascidos. Passamos a costurar laços de amizades com os mais velhos, mais com que os da nossa idade. A maior atração era pela experiência de vida, pelos valores, pelas memórias vividas e revividas em nossas inúmeras conversas, até que um dia, do mês de maio de 2001, me foi apresentado a fotografia da figura 6, no capítulo I desta. Tudo mudou, pois tínhamos uma fonte fotográfica raríssima em mãos, que provocaria a curiosidade dos mais jovens, e o retorno da visualização daquele patrimônio esquecido para os mais velhos. Tomamos a decisão de estampá-la na capa do jornalzinho paroquial que publicávamos desde novembro de 2000¹, na edição a cores, que iríamos produzir para os festejos de São Boaventura de 2001.

A distribuição do jornal entre os paroquianos correspondeu à nossa expectativa. Mais idosos e idosas nos procuravam agradecidos e emocionados por causa daquela fotografia, e de bônus nos contavam mais de suas memórias, durante a festa de São Boaventura. Dez anos se passaram, e no terceiro ano da graduação em História na Universidade Estadual de Santa Cruz, em pesquisa com bolsa de iniciação científica do CNPq, sob a orientação e parceria da Dra. Janete Ruiz de Macêdo, fomos a cidade do Salvador, em busca de fontes de jornais impressos sobre os carnavais de Ilhéus e Itabuna, procuramos o setor de periódicos raros da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, que não possuía nada sobre o tema e sobre as duas cidades do sul do estado. Diante da nossa cara de desânimo, o funcionário nos disse que havia jornais de outros municípios da Bahia, inclusive a coleção de vários jornais de uma cidade vizinha a Ilhéus e Itabuna – Canavieiras – perguntando em seguida se tínhamos interesse em ver. Foi a descoberta de fontes inéditas dos jornais MONITOR DO SUL, A RAZÃO, A REFORMA, O

¹ COMUNICANES, Canavieiras, BA, Ano I, nº 7, de julho de 2001.

PROGRESSITA, de outros mais, que nos debruçaremos mais a apresentar no capítulo III, e que transformaram radicalmente a nossa trajetória de pesquisa em História.

A imprensa e a fotografia foram fontes primordiais para nossa pesquisa – que agora alcança mais um nível, o de mestrado acadêmico em História pela Universidade Federal de Campina Grande, cursado sem recebimento de bolsa de pesquisa, no período da pandemia da Covid-19, com disciplinas cursadas e estágios docentes realizados através do ensino remoto – sobre a qual propusemos lançar novos olhares sobre a continuidade da pesquisa desenvolvida na graduação em História (2008-2013), e na especialização em História do Brasil (2014-2016), na Universidade Estadual de Santa Cruz, agora, sobre o processo de urbanização de Canavieiras, o papel da imprensa, e o da Igreja para se construir a nova igreja matriz de São Boaventura em tempos de secularização e laicização do Estado na primeira República, com o recorte temporal de 1903-1913. A exequibilidade desta pesquisa só foi possível, por termos reformulado o projeto de pesquisa, para uso das fontes, levantadas boa parte, presencialmente, na época da graduação, quando do recebimento de bolsa de iniciação científica do CNPq, em viagens de Itabuna a Salvador, quando vivíamos outra realidade governamental no país sobre o financiamento de pesquisa para todas as áreas de conhecimento, especialmente, nas ciências humanas e licenciaturas.

Apesar do corte total de bolsas da Capes, a partir da nossa turma 2020-2022, do mestrado acadêmico em História do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, temos de reconhecer e agradecer o empenho da coordenação e do corpo técnico do PPGH, que, juntamente com as professoras e professores, diante da tragédia da pandemia, nos deram apoio e se esforçaram para que o ensino remoto fosse possível, não deixando nosso curso atrasar o prazo/ou paralisar, diante do quadro desesperador que o nosso país e o mundo viviam com tantos infectados e mortos, da falta de recursos financeiros para se manter no curso, dos colegas que perderam seus empregos, e, infelizmente desistiram do mestrado por questões de sobrevivência de si e de suas famílias. A esses colegas que desistiram, lamentamos muito, e dedicamos esta presente dissertação.

Nosso recorte de pesquisa ficou entre 1903-1913, definido devido à exequibilidade, que as fontes hemerográficas pesquisadas proporcionariam para nossa argumentação, como já dito acima, juntamente com as fontes fotográficas são as principais fontes da nossa pesquisa que iremos apresentar, promovendo nova interpretação dos conflitos protagonizado pelos padres, em diferentes situações – presentemente identificados pelo nome e período de paróquia na Freguesia de São Boaventura do Poxim de Canavieiras, a saber – padre Francisco Fernandes Badaró (1890-1903), padre Bemvindo Cândido Teixeira (1903-1908), padre Joaquim Ayres de

Almeida Freitas (1909-1911), D. Bertino Lelfrese Misj, OSB (Monge beneditino) (1911- 1912) e o padre Justino José de Sant’Anna (1912-1924), que apresentamos como membros da elite eclesiástica em Canavieiras, que refletia a Igreja que buscava a sua organização institucional e autônoma no Brasil republicano, principalmente, no que diz respeito aos seus bens no litígio contra o Estado para reaver seu patrimônio, e prover sua autonomia material e financeira².

No caso da realidade da Igreja na Freguesia de Canavieiras, a questão da contenda era o estado deplorável em que se encontrava, por décadas a fio, a antiga igreja matriz de São Boaventura, provavelmente a primeira e a única construção ainda em pé, mesmo que escorada por fora para não ruir de vez, da época da ocupação do sítio das canavieiras, pela população do aldeamento do Poxim – onde a Freguesia fora criada e instalada em 1718 – expulsos pelos indígenas Botocudos, em meados do século XVIII, que não aceitavam a presença dos brancos em seu território, fugindo e se afixando às margens do Rio Pardo, onde está atualmente a cidade de Canavieiras. No Império, era de obrigação do Estado, devido ao sistema do padroado, a manutenção do templo, mas, conforme as fontes nos apontam, desde a década de 1870, a presidência da Província da Bahia, ao menos no caso da Vila de Canavieiras, impunha contingência de gastos em relação à manutenção da velha matriz, acelerando o desgaste físico da construção e agravando a relação dos padres com a elite política e econômica local que se mostrava indiferente à situação.

No Império, o município de Canavieiras foi criado em 1832, sob o título de *Imperial Villa de Cannavieiras*, instalada solenemente em 1833, se desmembrando do município de Ilhéus. Ilhéus teve sua sede elevada à categoria de cidade em 1881, o mesmo ocorrendo com Canavieiras, já na República, no ano de 1891. Essa ascensão de vila à cidade, em fins do século XIX, ressoava como aumento de reconhecimento do governo à região e sua elite política, a categoria de cidade dava peso à localidade elevada com tal, diante das vilas e povoamentos ao seu redor, e com isso, ocorria mudanças de transformar e adaptar àquela nova cidade em uma urbe moderna. Qual o conceito de progresso a elite política e econômica de Canavieiras almejava impor à cidade nesse recorte? Quais eram seus projetos? Quem eram seus principais atores e quais meios se utilizavam para apregoarem tais discursos?

A elite política de Canavieiras pela busca de um progresso pelo progresso, claramente demonstrava desinteresse pelos assuntos religiosos e necessidades da Igreja, acreditamos que fosse devido a secularização, pois, a Igreja não dominava mais essa elite como no Império, e essa elite tinha outros interesses em questão, não que deixaram de ser católicos e de se

² MICELI, 2009, p. 24.

identificarem com tais, mas, as prioridades eram outras, e os padres percebiam esse descomprometimento. Além de tentarem reverter essa situação pastoral, com eloquentes sermões no púlpito da velha matriz, os padres, a partir de 1903, se utilizam da imprensa local para propagar a fé católica, e tentar arregimentar o comprometimento de seus fiéis às necessidades da Igreja.

Por outro lado, a imprensa local, por ser um meio de comunicação com diversificada matriz de tendências, se tornou o principal veículo de propagação para tais discursos e transformações na tentativa de criar uma identidade em torno do discurso propagado de progresso. Do outro lado, apresentava-se a Igreja, agora separada constitucionalmente do Estado, se organizando com dificuldades em suas estruturas, agora sem a manutenção do mísero erário público, para o sustento das poucas dioceses existentes, das freguesias, e para a manutenção dos templos, que já no fim do Império, como já dissemos, não recebia tanto recurso para aplicá-lo em restauro, reformas, ou novas construções de templos.

Consequência disso em Canavieiras, foi deterioração da velha igreja matriz, em total estado de abandono, provocando o sentimento de indignação e inquietude dos padres, pois, nem a população e nem a elite política e econômica, demonstravam iniciativa para transformar a situação imposta desde fins do século XIX. A monocultura cacaueteira, nas primeiras décadas do século XX, já dava sinais de alta valorização no mercado internacional, e essa valorização fez dessa elite política mais rica e poderosa do que já era na região sul da Bahia. Alguns atores dessa elite política eram os coronéis de patente comprada da Guarda Nacional, prática muito comum no período no Império, formado, principalmente, pelos grandes latifundiários e fazendeiros de cacau, acompanhado de outros atores sociais (farmacêuticos, médicos, advogados, arquitetos e engenheiros), os chamados “doutores”, que aliados à única ideologia dominante de poder, determinavam a condução política da cidade e região.

Esse grupo seletivo de coronéis e bacharéis, se alternavam na Intendência Municipal, tendo como base a Câmara Municipal, com vagas ocupadas, em sua grande maioria, por apadrinhados políticos desses coronéis, que nada faziam em prol da cidade, a não ser, fortalecer ainda mais o poder de mando na mão do intendente, considerado como um pequeno “imperador absolutista”, acima do bem e do mal, intocável, inatingível, onde ele era a personificação da lei, esmagando seus opositores ou denunciadores, em acerto contas resolvidas com tocaias, executadas pelos seus jagunços, embora negassem veementemente de tê-los, ou, utilizar de seus escusos serviços.

Foi a esse grupo de “coronéis” e “doutores” da elite política de Canavieiras, que o arcebispo da Bahia, D. Jerônimo Tomé da Silva (1894-1924), recorreu, em ocasião da segunda

visita pastoral à Freguesia de São Boaventura do Poxim, em 1908, formando uma comissão com esses homens com alto poder de mando na política local, na incumbência de se construir uma nova igreja matriz, para que a Igreja também fosse contemplada na reforma urbanística aos poucos implantada. Conseguindo, aos poucos, a atenção do intendente e dos conselheiros municipais nas trocas e negociações que a Igreja deveria corroborar, para ser atendida em seus anseios, nessa questão.

As contendas entre a elite eclesiástica e a elite política em Canavieiras, era que a Igreja não se conformava se ficar de fora das relações de poder no município, explicitado pelo desinteresse da elite local em atender o pedido de apoio dos padres de ajudar nas obras de contenção da velha matriz, e depois, do ideal de se construir uma nova, em outro espaço, separando, não somente simbolicamente, mas espacialmente a Igreja do eixo, agora, ocupado pelo Poder Municipal. Para tanto, foi necessário que o arcebispo, D. Jerônimo Thomé da Silva, fosse pela primeira vez, à longínqua Freguesia de São Boaventura do Poxim, em 1903, em uma longa viagem de navio da cidade do Salvador até o sul da sua imensa arquidiocese, para olhar de perto o problema que estava longe de se resolver na cidade de Canavieiras, mas, que com sua inédita presença na cidade, provocou a elite política repensar uma solução de acordo entre as partes.

A presente dissertação, pretende lançar novos olhares sobre as disputas de poder entre Igreja, a elite eclesiástica, e a elite política, nas mãos de uns poucos poderosos coronéis, bacharéis e políticos, no município de Canavieiras, na região sul do estado da Bahia, no recorte temporal de 1903-1913, através do discurso da imprensa local e da Igreja, além do uso de algumas fotografias da época, quanto às reformas urbanísticas promovidas pela administração pública, inspirados nas reformas nas cidades de Ilhéus e Rio de Janeiro, tendo como ícone dessas reformas, o caso da antiga e nova igreja matriz de São Boaventura na cidade de Canavieiras.

Para essa argumentação recorreremos aos trabalhos de Soihet (1998), Schwarcz (2012) e Schwarcz e Starling (2018) que nos darão um panorama das reformas urbanísticas implementadas na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, de Le Goff (1990) sobre a memória/monumento, e, Chartier (1990) sobre as estratégias simbólicas que determinam posições e relações culturais. Para pensarmos no uso de fontes jornalísticas como fonte, recorreremos a Luca (2015) e Barros (2020), e sobre a elite eclesiástica Miceli (2009). Como arcabouço teórico para o uso das fotografias, recorreremos aos trabalhos dos historiadores que defendem a fotografia como fonte histórica como Ivo Canabarro (2005), Ana Maria Mauad (2005), que em linhas gerais, nos mostram as interfaces da fotografia: enquadramento, cenário,

posicionamento, motivação, intencionalidades, funções do fotógrafo no manejo de sua máquina que faz da imagem estática seu produto final. Estática sim, mas, não muda. A fotografia sob o filtro do fotógrafo tem muito a revelar além da imagem apresentada.

Esta dissertação dispõe de quatro capítulos, a saber: o capítulo I - O ESPAÇO URBANO DA IMPERIAL VILLA DE CANNAVIEIRAS EM FINS DO SÉCULO XIX, trata-se de um estudo inicial sobre a fotografia como fonte histórica aplicado à história de Canavieiras no século XIX. Com o recorte temporal de 1880-1883, período que corresponde a uma série de relatórios de descrições práticas sobre cidades, vilas e povoados da Província da Bahia, de autoria do militar baiano Durval Vieira de Aguiar, que nesse caso, será utilizado apenas partes do relatório sobre a *Villa de Cannavieiras*, sobre descrições no que tange sobre a questão urbana, sanitária e de construções da vila.

O Tenente-coronel do Corpo de Polícia da Província da Bahia, Durval Vieira de Aguiar, na década de 1880, foi incumbido pelo governo, para apaziguar e disciplinar destacamentos em localidades do centro da Província, devido as queixas que chegava do interior a Salvador, além de arrefecer os ânimos da elite da Vila de Xique-Xique, às margens do Rio São Francisco, na região norte, que estava “conflagrada por questões políticas local” (AGUIAR, 1979), ele foi o responsável pelo importante trabalho de descrições práticas sobre as cidades, vilas e povoados da enorme Província da Bahia.

De narrativa simples e direta, evitando linguagem rebuscada, em suas andanças pelo interior da Bahia, fez relatório de 91 localidades, a fim de criar elementos descritivos para a Presidência da Província apresentar, propagar e atrair imigrantes para o território baiano, culminado pela lei provincial nº 2.604, de 28 de junho de 1888, que tratava das condições e vantagens que a Bahia oferecia aos possíveis estrangeiros que lá quisessem morar e trabalhar. Antes da lei provincial de 1888, que tratava da imigração na Bahia, o relatório das 91 localidades espalhadas pelo vasto território baiano, realizados provavelmente entre 1880-1883, encontrava dificuldades de ser publicado em livro, seja por falta de interesse da própria Presidência da Província, ou mesmo, por falta de recurso do próprio autor em bancar sozinho a publicação, viu na imprensa baiana um viável veículo para ir publicando de artigo em artigo o resultado de seu trabalho. Assim foi feito. O *Diário da Bahia*, na cidade de São Salvador, assumiu o compromisso de editar e publicar o relatório do tenente-coronel Aguiar, em artigos, não sabemos com que periodicidade, mas, a partir da imprensa, é que a sociedade tomava conhecimento da situação das cidades, vilas e povoados do interior da província, informação inédita, que aguçava a curiosidade dos leitores da maior urbe baiana.

Somente em 1888-1889, com o apoio do erário público da Província, é que a obra de Durval Vieira de Aguiar teve sua 1ª edição publicada, certamente, para virar um manual de consulta àqueles que talvez se interessassem em imigrar para o interior baiano, disciplinado pela lei provincial nº 2.604, de 28 de junho de 1888. O autor, começa os elementos pré-textuais do livro, como um juramentado patriota militar do Império do Brasil na Província da Bahia, assinando a apresentação do mesmo em 9 de novembro de 1889, e termina com um epílogo ufanista, datado de 28 de novembro de 1889, exaltando amplamente a República instaurada a 15 de novembro. A 2ª edição que estamos estudando do mesmo livro, foi lançada 90 anos depois, em 1979, pela Livraria Editora Cátedra do Rio de Janeiro, em convênio com o Instituto Nacional do Livro do Ministério da Educação e Cultural, em Brasília, que na ocasião, relançaram no mercado editorial do país, obras raras do século XIX e XX, atualmente esgotados, encontrado em alguns sebos pelo país afora.

Partes do relatório do Aguiar (1979), serão cruzados com quatro fotografias de autoria de *Dantas Photo*, realizadas em 1880, registrando logradouros públicos da simples vila sul baiana, às margens do Rio Pardo, que de Imperial, só tinha o nome. Canabarro (2005) nos diz que “a configuração de uma história social da fotografia perpassa pela compreensão de que, em primeiro lugar, a fotografia é um produto social e a sua construção revela as demandas de diferentes grupos sociais”, que, no caso em questão, atendia ao levantamento fotográfico da *Villa de Cannavieiras*, a pedido da Presidência da Província da Bahia, no que ainda estamos investigando se era parte ou não do trabalho de Aguiar (1979), ou seria um trabalho isolado. Sabemos que as imagens corroboram com o relatório de Aguiar (1979), mas, as fotografias que apresentaremos, por si só, são outros documentos, realizados pela lente de *Dantas Photo*, e merecem igual estudo e atenção. Sobre isso, Canabarro (2005) continua afirmando que,

estes mesmos grupos podem utilizar-se da fotografia para divulgar e legitimar o seu poder em um determinado momento e como forma de divulgação e de imposição de representações sociais, sendo estas matrizes para as práticas sociais, que podem interferir na construção de modelos ideais de comportamentos a serem seguidos pelos demais grupos de uma sociedade. (CANABARRO, 2005, p. 31-32).

Isso nos remete a divulgação fotográfica que havia em fins do século XIX em torno das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. A vida nessas cidades eram modelo de civilidade a ser seguido pelas demais, inclusive pelas vilas, ao que Canabarro (2005) diz: “Esta forma impositiva de legitimação das representações, por intermédio das fotografias, serve também como um meio importante para a construção da identidade, tanto individual quanto coletiva”, e assim o foi, pois, as transformações urbanísticas já iniciadas para o melhoramento

da cidade do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, foram propagados pela imprensa em todo Brasil, através de jornais e revistas, onde a fotografia era usada somente como ilustração das matérias, mas provocava grande visibilidade, pois havia a intencionalidade do fotógrafo, em cumprir esse objetivo de incluir na fotografia o máximo de informação possível. Ana Maria Mauad, nos exemplifica didaticamente, usando do caso dos fotógrafos contratados pelo Paço Municipal do Rio, para uso exclusivo de documentar as reformas e os feitos do prefeito Pereira Passos³, ao afirmar que,

a colocação do maior número de planos dentro do enquadramento diz respeito a duas condições, uma de caráter técnico, a profundidade de campo dada pelo controle do diafragma da câmera, e outra associada aos objetivos da mensagem fotográfica, pois quanto mais planos o fotógrafo conseguisse colocar no foco, mais informações incluiria na fotografia. Assim, as fotografias de Augusto Malta quando do registro das obras de Pereira Passos, na cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX, primavam pela capacidade de dispor na sua composição até três planos. Isso porque, o fundamental dessa fotografia era registrar a ação do poder público na modernização da cidade, quanto mais elementos informassem tal ação, melhor seria. (MAUAD, 2005, p. 148).

Mauad (2005) nos faz pensar na composição das quatro fotografias aqui apresentadas, sobre a profundidade de campo, que deu às fotografias em questão, pelo trabalho de *Dantas Photo*, riqueza de detalhes do casario colonial e sobrados, que compunham as ruas da simples *Villa de Cannavieiras*, fornecendo o máximo de informações sobre o cotidiano que pesquisamos, ajudados também pelo documento escrito de Aguiar (1979). O protagonista dessas quatro fotografias não é a imagem em si, mas quem as produziram, os porquês, para quê, e quais as intenções por trás dessa valiosa documentação visual, produzida no ano de 1880. O que se queria mostrar, revelar com tais imagens?

A partir de quatro fotografias em preto e branco, amareladas pela ação de 141 anos sobre seu material, afirmamos que são documentos imprescindíveis para pensar Canavieiras no século XIX. A partir da simplicidade do cotidiano da vila em 1880, podemos entender a obsessão pelo moderno, que a cidade perseguiria a partir dos anos 1910. A elite queria apagar a má impressão que o tenente-coronel Aguiar relatou sobre a antiga vila, e que Dantas documentou visualmente, e, que hoje, se tornaram primorosa fonte histórica para nossa análise inicial. Fotos são mais que meras imagens estáticas de um momento. Iremos refletir sobre as quatro fotografias e perceber o preparo dos moradores da vila para saírem nas fotos, a pose, as

³ “Em 30 de dezembro de 1902, por decreto, Francisco Pereira Passos (29 de agosto de 1836 – 2 de março de 1913) foi nomeado prefeito do então Distrito Federal, o Rio de Janeiro, pelo presidente Rodrigues Alves (1848–1919) e assumiu no mesmo dia (Gazeta de Notícias, 31 de dezembro de 1902, na sexta coluna), sucedendo Carlos Leite Ribeiro (1858 – 1945). Ocupou o cargo até 16 de novembro de 1906, quando foi sucedido por Francisco Marcelino de Sousa Aguiar (1855–1935) (O Paiz, 17 de novembro de 1906, na sexta coluna).” (WANDERLEY, 2017, s/p).

roupas, os gestos, tudo isso nos fala e muito, basta perguntarmos às fotos corretamente, e com certeza, respostas surpreendentes nos serão reveladas.

O capítulo II - A ELITE ECLESIAÍSTICA E O PROCESSO DE SECULARIZAÇÃO E LAICIZAÇÃO, trata-se da insatisfação dos padres da Igreja na perda do controle religioso na cidade de Canavieiras, diante das transformações culturais e urbanísticas em que a cidade atravessava no início do século XX, fomentada pela elite local, detentora econômica da monocultura cacaueteira e da política municipal, fez com que a Igreja não mais se sentisse contemplada nessas relações de poder, o que a fez buscar para se afirmar como a outra parte dessa elite, a elite eclesiástica. A Igreja, destituída do Estado a partir do golpe republicano contra o Império em 1889, separação sacramentada na Constituição de 1891, aproveitando dos ensejos do movimento ultramontano, que buscava a restauração da ligação plena da Igreja no Brasil com o Papa em Roma, sem mais a interferência do imperador Pedro II, deposto e exilado na Europa, reagiu urgentemente em prol da reorganização interna da instituição, a fim de garantir sua autonomia em todos os sentidos, e com isso, maior eficácia de ação junto aos fiéis leigos, expressados em novos movimentos e associações religiosas, fora dos moldes de organização das antigas ordens terceiras e seus estatutos, que travavam os padres como meros funcionários.

Na Freguesia de São Boaventura do Poxim foi verificado a existência de somente duas irmandades no século XIX, a primeira fundada foi a Irmandade do Santíssimo Sacramento, em 1858; e a segunda, a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, em 1867, ambas, não se tem fontes para sabermos qual o motivo da supressão delas, pressupomos, que não resistiram ao fim do Império e a implantação do regime republicano em 1889, ou, não se adaptaram às novas diretrizes pastorais da Igreja no Brasil em fins do século XIX. Ressaltamos, que essas hipóteses sobre a supressão das irmandades, está aplicado somente à Freguesia de Canavieiras, pois, a exemplo de Salvador e das demais freguesias do recôncavo baiano, esses processos se deram de outra maneira, mesmo se tratando da mesma arquidiocese, pois, todo o território eclesiástico dos estados da Bahia e de Sergipe, pertenciam à Arquidiocese de São Salvador da Bahia.

A partir de 1890, tem-se a notícia da fundação da Associação de Nossa Senhora de Lourdes na Freguesia de São Boaventura do Poxim, já nos moldes das novas associações de fiéis leigos, tendo o padre Francisco Fernandes Badaró, pároco entre 1889-1903, como seu diretor espiritual. Segundo informações do Livro de Tombo da Freguesia de São Boaventura do Poxim, volume 1 (1949-1960, p. 7), o cônego Bemvindo Teixeira fundou o Apostolado da Oração em Canavieiras em 1903, promovendo a renovação na participação dos fiéis no novo século que se iniciava, o Apostolado da Oração da Freguesia de Canavieiras era

predominantemente formado por mulheres, de diversas classes sociais e etnias⁴, e tinha sua espiritualidade fundamentada no culto ao Sagrado Coração de Jesus e ao sacramento da Eucaristia.

O capítulo III - O ESPAÇO RELIGIOSO NA IMPRENSA CANAVIEIRENSE, esmiuçará as fontes hemerográficas basilar da execução desta pesquisa, os jornais: ‘Monitor do Sul’ (1903-1913); ‘A Razão’ (1908-1912) e ‘A Reforma’ (1913-1917), identificado sua linha editorial, a que grupo pertencia e representava, percorrendo notícias sobre festejos religiosos, festas cívicas e carnavalescas na cidade de Canavieiras, em exemplares disponíveis para pesquisa, à época, no acervo de periódicos raros da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, na cidade do Salvador, fontes inéditas sobre as quais estamos nos debruçando desde a graduação em História, especialização em História do Brasil, e agora, no mestrado, apresentando novas interpretações sobre a história da imprensa na cidade de Canavieiras.

No capítulo IV - ESTRATÉGIAS, PROTAGONISTAS E TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA CONSTRUÇÃO DA NOVA MATRIZ DE SÃO BOAVENTURA, buscaremos reinterpretar através das fontes hemerográficas e fotográficas, as contendas entre a elite política e a elite eclesiástica, pelas quais a Igreja reivindicava seu espaço físico e de poder na cidade que se transformava em busca do progresso, numa tentativa de ambas elites, de apagamento das construções da antiga vila e que ainda permaneciam em pé na jovem cidade de Canavieiras, tanto a elite política quanto a Igreja, queriam estipular seus espaços na nova urbanização, o que causou em perdas inestimáveis para o patrimônio histórico local.

Com a sucessão do vigário Badaró em Canavieiras, em 1903, os sacerdotes substitutos passavam poucos anos, o que prejudicava o ideal de se construir uma nova igreja matriz, mesmo com a dificuldade e resistência de adesão à causa por parte da elite e da população, fato que não esmorecia os padres e suas ações diante do problema que se apresentava todos os dias – o de uma velha e vergonhosa matriz prestes a ruir de vez – que somente foi tomado fortes resoluções com a posse do padre Justino José de Santana, em 1912, na Freguesia de São Boaventura, e que soube bem utilizar da imprensa, para publicar em artigos, suas indignações pela continuidade do descompromisso dos fiéis católicos – principalmente da elite – à obra assumida de se construir uma nova igreja matriz.

Em outras ocasiões, a imprensa republicava textos impressos e distribuídos no jornal paroquial “A Verdade”, que de mão-em-mão o padre distribuía pela cidade, em missas de desobriga pelas fazendas, e, que aos poucos foi conseguindo doações e promessas de ajuda de

⁴ RIBEIRO, 2021, p. 49.

quem podia mais no município, mesmo assim, tal construção, iniciada em junho de 1912, demorou longos vinte anos para ser concluída, intercalada com paralizações, por diversas vezes, por falta de recursos financeiros, numa cidade onde circulava muito dinheiro por causa do cacau. Com o padre Justino, apontaremos o protagonismo feminino nas ações paroquiais de arrecadação financeira para as obras da nova matriz. Foram elas, de diversas classes sociais, que movimentaram e mantinham as novas associações de fiéis, também por ele fundadas na Freguesia de Canavieiras.

A partir do início da retomada das rédeas da Igreja pelos bispos no início do século XX aqui no Brasil, foi que o arcebispo da Bahia e primaz do Brasil, D. Jerônimo Tomé da Silva, conseguiu da Santa Sé, a criação da Diocese de Aracajú em 1910, e no interior da Bahia, em 1913, a criação das Dioceses de Barra, Caetité e Ilhéus. Com a criação de novas dioceses pelo Brasil, a Igreja buscava uma renovação pastoral considerável, no que tangeu à concepção de novas associações de fiéis leigos, comprometidos com a prática da fé católica, na maior observância dos sacramentos e obedientes à hierarquia eclesiástica. Foi o início da consolidação do movimento de reforma interna da Igreja, promovendo a emancipação da elite eclesiástica no Brasil.

CAPÍTULO I – O ESPAÇO URBANO DA *IMPERIAL VILLA DE CANNAVIEIRAS* EM FINS DO SÉCULO XIX

A 160 milhas ao sul da capital e ao 40 da cidade de Ilhéos, entre Belmonte e Comandatuba, fica a vila de Cannavieras na margem da foz do rio Pardo. A barra é longa, pouco profunda e revolta. A freguesia, sob a invocação de São Boaventura do Poxim, foi criada em 1718, e a vila por decreto de 17 de novembro de 1833; tendo sido recenseada a população em 3.122 almas, número que já excede a 6.000; dando um rendimento provincial de 5:544\$767.

A vila nada tem de agradável. As casas todas são de baixa edificação sobre estacadas, para evitar a invasão das águas na enchente do rio, com o que se tornam as habitações de insuportável umidade. O frio é bastante sensível, e os insetos mordedores (*muriçocas, muquins, borrachudos*) constituem ali uma verdadeira praga para os pobres mortais, que nem encapotados se defendem das *alfinetadas*, que lhes deixam os corpos em deplorável estado. Feliz de quem por lá dispõe de quartos forrados ou camas com *mosquiteiras!* (AGUIAR, 1979, p. 273).

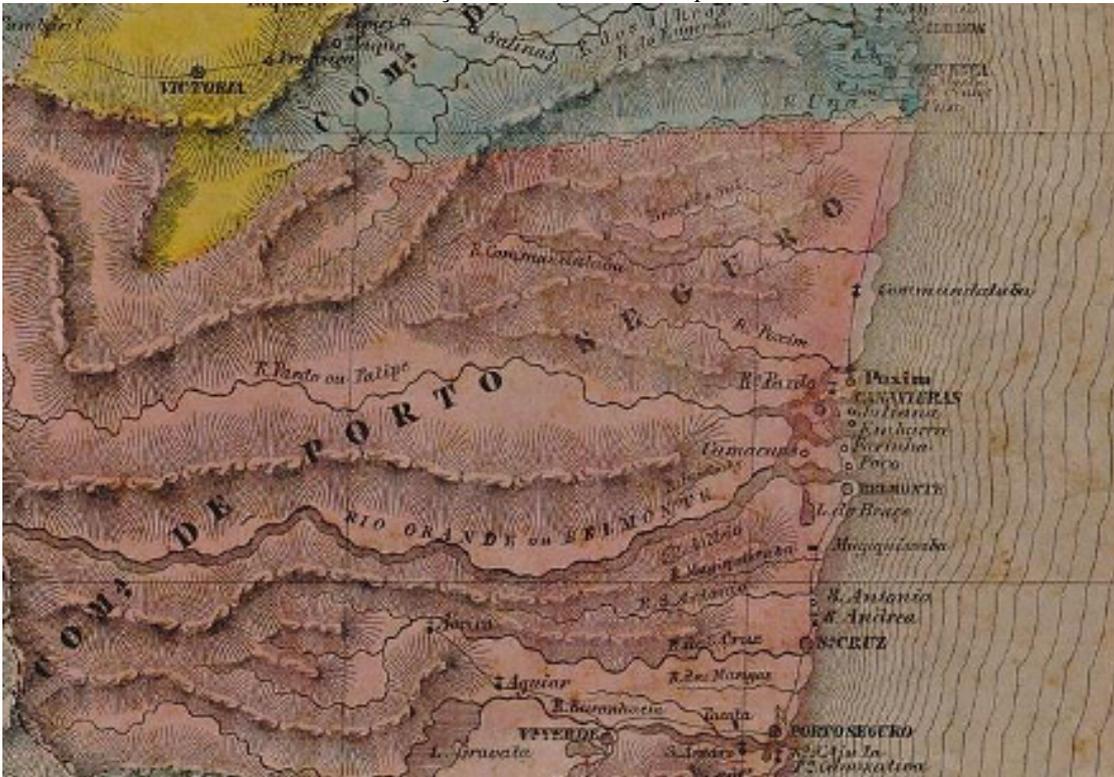
1.1 Sobre a formação da Freguesia de São Boaventura do Poxim e da Vila de Canavieiras

A antiga igreja matriz de São Boaventura do Poxim, foi, provavelmente, a primeira construção, de cunho institucional, erguido na pequena aglomeração populacional, ali instalada a partir da segunda metade do século XVIII, quando os moradores brancos foram expulsos da localidade denominada de Poxim, pelos indígenas Botocudos, que resistiram contra a permanência de brancos em suas terras, até que conseguiram fazer com que os intrusos mudassem a sede do povoamento, para o chamado sítio das canavieiras, às margens do Rio Pardo, perto da foz em direção a barra com o oceano Atlântico, onde ergueram outra igreja para servir de matriz e várias casas ao redor dela.

Ali havia o cultivo de cana-de-açúcar, mandioca, pesca e outras culturas para subsistência de seus moradores, e o novo povoamento passou a ser chamado de *Cannavieiras*⁵. Em 1746, foram plantadas as primeiras mudas de cacau, trazidos da Capitania do Grão-Pará, como experimento, nas terras da Fazenda Cubículo, hoje município de Canavieiras. Esse experimento de longa espera de resultado, deu certo, o cacauzeiro se adaptou bem as condições climáticas da região de Canavieiras, e viria a ser em fins do século XIX até fins do XX, a monocultura responsável pela grande geração de riqueza para a região sul do estado, a tornando conhecida no país e no mundo, como região cacauzeira da Bahia. Na figura 1, em recorte do mapa da Província da Bahia, de 1857, vemos a localização da Vila de Canavieiras, que à época, pertencia à Comarca de Porto Seguro.

⁵ Existem na tradição oral local, várias interpretações sobre a origem do nome de Canavieiras, a mais aceita remete ao período do plantio de cana-de-açúcar na região no período colonial.

Figura 1 Mapa da Província da Bahia (1857), de autoria do Visconde J. de Villiers de L'ile Adam, recorte ao sul, com a localização do Poxim e da *Imperial Villa de Cannavieiras*



Fonte: Arquivo Nacional do Brasil. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/549298485809654749/>, Acesso em: 19 dez. 2021.

O povoado do Poxim era assistido, eclesiasticamente, pelos missionários jesuítas, da Freguesia da Invenção da Santa Cruz de São Jorge dos Ilhéus, freguesia criada em 1556, e instalada na *Villa de São Jorge dos Ilhéos*. A narrativa mítica do achado da imagem de São Boaventura, encontrada nas praias do Poxim, deu início a história de devoção ao Doutor Seráfico nessa região. Esse é o mito fundacional do povoado do Poxim, da vila e município de Canavieiras. Em torno dessa experiência mítica de fé, em torno do achado e da devoção a São Boaventura (1217-1274), a oralidade local explica suas origens de fé e fundação.

Em 11 de abril de 1718, D. Sebastião Monteiro da Vide, jesuíta, arcebispo da Bahia⁶, criou a Freguesia de São Boaventura do Poxim, instalando sua matriz no povoamento do Poxim, em sua rude igreja feita de taipa, depois adobe, como aponta Campos (2006). Como dito acima, os indígenas Botocudos conseguiram expulsar os moradores do povoamento do Poxim, e eles migraram em fins do século XVIII, mais para o sul do Poxim, para as fozes dos rios Pardo e Patipe, conhecida como a região das canavieiras, devido aos imensos canaviais ali plantados, comum à região litorânea da colônia do Brasil. Mott (2010) nos indica que, depois da mudança

⁶ Ver anexo A.

da população branca do Poxim, fundando o povoamento de Canavieiras às margens do Rio Pardo e Patipe, levando consigo a imagem achada e a sede da Freguesia de São Boaventura para a nova localidade, assim continuou o Poxim:

[Ano de] 1759: Poxim pertence ao distrito da vila de Ilhéus, freguesia de São Boaventura, missionada por clérigo secular, nomeada posteriormente Almeida, tendo como orago da Aldeia a Santo Antônio de Arquim, sendo habitada por 17 casais de índios Tapuia. (CALDAS, 1759⁷ *apud* MOTT, 2010, p. 217)

Com a mudança de São Boaventura para a nova localidade de Canavieiras, o santo cultuado pelos indígenas do Poxim, passou a ser, ou provavelmente já era, o até hoje popular Santo Antônio (de Lisboa/ ou Pádua) (1180-1231), o *Doctor Evangelicus*, sob o título de Santo Antônio de *Arquim*, embora ainda não identificamos o que significa o termo ‘*Arquim*’, talvez uma vila ou cidade europeia, não sabemos. Sabemos que em vida, São Boaventura, o *Doctor Seraphicus*, foi devoto de Santo Antônio, seu santo confrade de ordem, segundo outra narrativa mítica, São Boaventura guardou os restos mortais de Santo Antônio, em uma caixa embaixo de sua própria cama por longos anos, para proteger as relíquias do santo, da especulação de vendas ilícitas de relíquias que escandalizaram a Igreja na alta idade média. As relíquias de Santo Antônio foram descobertas após a morte de São Boaventura em 1274.

Retomando o caso da mudança da imagem de São Boaventura do Poxim para Canavieiras, outra narrativa mítica, que ainda os antigos comentam em Canavieiras, relata que São Boaventura, resistiu e muito, em aceitar a troca do Poxim, onde ele havia escolhido para sua imagem ser achada, para Canavieiras, onde os fiéis de sua freguesia se refugiaram levando a dita imagem para a nova localidade, como consta nas primeiras páginas do *Livro de Tombo*, volume 1⁸, da Freguesia de São Boaventura do Poxim de Canavieiras, anotado pelo padre José Gonçalves de Oliveira, em 1949, comentando e citando o registro original de autoria do padre Justino José de Sant’Anna, entre 1912-1924:

Tendo, pois praticamente desaparecido o povoado de Poxim é para se supor que também mais ou menos nesta época passou a paróquia a funcionar no povoado de Canavieiras; Vem pois a propósito a lenda que ainda hoje corre de boca em boca, referida pelo Pe. Justino José de Sant’Ana, no livro de Tombo. “*A paróquia de São Boaventura denominado Poxim por que os primitivos canavieirenses, não tendo patrono, o foram buscar na pequena aldeia que tem esse nome e demora a umas seis*

⁷ CALDAS, José Antônio. **Notícia geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759**. Salvador: Tipografia Beneditina, 1961 (Edição fac-símile), pesquisado por Mott (2010).

⁸ Esse *Livro de Tombo*, volume 1, foi aberto em 1949 pelo padre José Gonçalves de Oliveira, pároco de Canavieiras entre 1949 e 1950 que, na verdade, transcreveu o primeiro volume do *Livro de Tombo* que estava muito deteriorado pela ação do tempo. Em um novo livro, até a página 12, ele transcreveu do antigo o que pôde; e da 12ª página em diante, o *Livro de Tombo*, volume 1, passa a registrar atos a partir de sua posse na paróquia de Canavieiras em 16 de junho de 1949.

léguas ao norte da cidade, foi criada no ano de 1718. Rezam a lenda que São Boaventura custou muito a aclimatar-se em sua nova residência. Traziam-no de véspera para Canavieiras, e no dia seguinte ei-lo no seu trono do Poxim. Por fim venceu a teimosia canavieirense e ele ficou para o bem de todos e felicidade de muitos” (LIVRO DE TOMBO DA PARÓQUIA DE SÃO BOAVENTURA DE CANAVIEIRAS, v. 1, 1949-1960, p. 4-5).

O percurso acima apresentado, foi para contextualizarmos o período da construção da antiga matriz de São Boaventura, a primeira e mais importante construção do novo povoamento, já que a igreja matriz era a sede da freguesia⁹, que no período colonial e do Império, representava além do poder eclesiástico, também o poder da Coroa naquela localidade, devido ao sistema do padroado. Foi nessa mesma igreja matriz, que foi eleita a primeira composição do Conselho Municipal, em 17 de novembro de 1833, mesmo dia em que Canavieiras foi elevada à categoria de vila, por ocasião da instalação do município, criado quase um ano antes, por Carta Régia de 13 de dezembro de 1832, sob o título de *Imperial Villa de Cannavieiras*, dando foros de autonomia administrativa ao novo município em relação a *Villa de São Jorge dos Ilhéos*.

Mesmo sendo de obrigação do governo imperial, manter física e funcionalmente a igreja matriz de uma localidade, isso não era sinônimo de que a Igreja vivia confortavelmente na manutenção de seus templos com o erário público, ao contrário, ao menos no caso de Canavieiras, penava igualmente aos os outros setores governamentais do Império, com o excesso burocrático e de falta de interesse de investimento pelo Estado, principalmente em fins do século XIX, com os sinais do processo de secularização da sociedade. No caso da antiga igreja matriz de São Boaventura do Poxim, da Vila de Canavieiras, a manutenção do templo, nesse período, era muito precária e de vergonhoso espanto, como aponta do relatório de Aguiar (1979), vivia de remendos de cunho paliativo, e nada de grandes reformas que garantissem boas condições de seu uso. Pressupomos, que a partir dessa situação, na década de 1880, surgiu o anseio dos padres de não mais restaurar a antiga, mas de se construir uma nova igreja matriz, caso, que nunca sequer foi fomentado pela Receita Provincial da Bahia, nem tomado com afinco pelos católicos de Canavieiras.

Fontes pesquisadas no Arquivo Público do Estado da Bahia, apontam para alguns pedidos dos padres de Canavieiras à Presidência da Província da Bahia, para liberação de verbas

⁹ O termo freguesia ou *freguezia*, no período do Brasil Colônia e Império, correspondia a distrito. Pelo sistema do padroado, a Igreja fazia parte do Estado, portanto representante do Estado naquela localidade. Onde havia uma freguesia criada e instalada, havia uma igreja matriz, e consecutivamente um vigário colado, ou seja, um padre provisionado por um bispo permanentemente. A partir da Constituição de 1891, com a separação do Estado da Igreja, o termo freguesia foi caindo em desuso, substituído pelo termo canônico, já existente na tradição católica, de paróquia.

para reformas no templo, por vezes esbarrados na burocracia do erário do Império, esses pedidos demoravam meses até anos para serem analisados. Quando a demorada resposta chegava, apresentava indeferimento ou pedido de revisão orçamentária pela Receita Provincial, ou, avisos de falta prestação de contas das verbas liberadas e não justificadas pelos padres da Freguesia de São Boaventura em anos anteriores, e até um caso de pedido da Receita Provincial de devolução da verba liberada para reformas na antiga igreja matriz, em 1886.

As fontes não deixam claro, o porquê do pedido de devolução da verba liberada para as reformas da antiga igreja matriz em 1886, já que o templo necessitava para a contenção de sua estrutura precária, seria por causa da falta de prestação de contas por parte do vigário ou do presidente do conselho municipal em outros repasses, conforme acusa outros documentos da Receita Provincial? Diante da situação posta, a igreja matriz ia se deteriorando com o tempo, e o tenente-coronel Aguiar, assim registrou em seu relatório na época: “[A *Villa de Cannavieiras* tem] uma velha e estragada Matriz que até poucos anos a vimos escorada, esburacada, servindo de dormitório a cabras e carneiros.” (AGUIAR, 1979).

No item a seguir, apresentaremos as primeiras fotografias de que se tem notícia da *Imperial Villa de Cannavieiras*, talvez parte de um relatório de descrições práticas da Província da Bahia, sobre a situação das cidades, vilas e povoamentos, a pedido da Presidência da Província, de autoria do militar baiano, Durval Vieira de Aguiar, relatório concluído em 1883, somente publicado em sua totalidade em 1888-1889. Um capítulo desse relatório foi sobre a descrição da *Villa de Cannavieiras*, mas, a publicação não se tem fotografia alguma. As que iremos apresentar aqui, foram pesquisadas paralelamente, na verdade, encontradas por nós em 2001-2002, todas coladas em papel-cartão de uso comum por fotógrafos do século XIX, nos quais, escritos à mão, de bela caligrafia, dizia-se: *Província da Bahia – Villa de Cannavieiras – Rua do Fogo, Anno 1880, Photo Dantas*.

Essas quatro fotografias de autoria de *Dantas Photo*, aliado às descrições da vila no relatório de Durval Vieira de Aguiar, nos servirão de fontes para pensarmos em novas interpretações sobre o advento de uma Canavieiras progressista, que almejava transformar sua cidade em uma agradável urbe, mas, com tal discurso ideológico, se revelava sinais da secularização da sociedade, especialmente da elite local. Em reação à onda progressista, a Igreja buscava resolver seus problemas internos, a partir dessas mudanças de pensamento, principalmente, na busca de livrar-se do sistema do padroado, restaurar sua submissão à Santa Sé, combater as heresias apontadas pelas encíclicas do Papa Pio IX, em 1864, e, na renovação das questões pastorais, no que tangeu à concepção de novas associações de fiéis leigos na Igreja, comprometidos com a prática da fé católica, na maior observância dos sacramentos e obedientes

à hierarquia eclesiástica, e também, no intuito de se construir um novo templo para seu patrimônio, que simbolizaria a restauração de seu prestígio institucional, reação verificada em outras partes do país, a partir da primeira República.

1.2 A situação da *Imperial Villa de Cannavieiras*, segundo o relatório descritivo de Durval Vieira de Aguiar e através das fotografias de *Dantas Photo*

O relatório em questão aponta para o recorte temporal entre 1880-1883, sobre o estado de abandono e descaso da *Imperial Villa de Cannavieiras*. O relatório refletia a letargia da elite local e dos políticos do município em promover reformas que melhorassem as habitações e situação sanitária precária existente, ou até mesmo, manter em bom estado o que já existia. A partir disso, julgamos necessário que tal fonte fizesse parte dessa discussão inédita sobre a situação urbana de Canavieiras no século XIX, pela falta de interesse público em resolver os problemas urgentes, inclusive da antiga igreja matriz, que perduraria por muitas décadas, alcançando o limiar do século XX, com seu discurso de progresso e civilidade, aliado ao processo de secularização, identificado na resistência da elite e de parte da população aos apelos da Igreja, no que tange aos cuidados de restauro da antiga matriz.

A importância do relatório de Aguiar e das fotografias de *Dantas Photo*, nos apresentarão a realidade da vila em fins do século XIX, que a nova cidade renegava e tentava se regenerar nas primeiras décadas do século XX. A figura 2 é um exemplar icônico do século XIX da Vila de Canavieiras, na verdade, uma série de quatro fotografias desse período em que temos conhecimento. A Rua do Fogo mudou de nome para Rua 13 de Maio, em 1888, e no início do século XX, passou a se chamar Rua coronel Augusto Luís de Carvalho, ou simplesmente, Rua Treze, como é até hoje. Vale salientar que as fotografias aqui apresentadas, podem ou não ser um complemento da obra de Durval Vieira de Aguiar, se foram produzidas para o mesmo fim, apenas sabemos que foram produzidas também a pedido da presidência da Província da Bahia, no ano de 1880.

Figura 2 - Província da Bahia, Villa de Cannavieiras, Rua do Fogo, 1880



Fonte: *Dantas Photo*. Arquivo de Paulo Simões – Canavieiras, BA. Recolhida pelo pesquisador em 2002.

Agora, os relatos de Aguiar sobre a precariedade das construções habitacionais da Vila de Canavieiras ganharam sentido pela força da imagem. Percebemos a intencionalidade do fotógrafo Dantas, em retratar o casario colonial da vila, em más condições de conservação, mas, com habitantes bem alinhados na vestimenta, certamente, convidados a se prepararem com a melhor indumentária que tivessem, para o grande evento de se fazer uma chapa, o que era mais que uma novidade estranha à população simples de Canavieiras em 1880, sabemos da lenda urbana, muito forte na cidade do Rio de Janeiro no mesmo período, corria a superstição de quem se deixasse fotografar perderia a alma, pois, ela ficaria presa na chapa.

Ruas desertas, quase sem ninguém, na casa da esquina, à esquerda da foto, moradores na porta, debruçados na janela, um de bigode segurando, aparentemente, um jornal na mão em leitura interrompida pelo evento, outro em pé encostado do lado de fora, de chapéu, elegantemente, se prepara em pose para o ato eterno da fotografia, eterno e demorado, pois, o processo de fixagem da imagem na chapa era demasiado lento, um processo que demandaria paciência do fotógrafo e de quem era fotografado, no caso era um grande desafio profissional a feitura de fotografias urbanas, longe do conforto e do controle de luz que havia nos ateliers das principais cidades e vilas da época.

“A vila nada tem de agradável. As casas todas são de baixa edificação sobre estacadas, para evitar a invasão das águas na enchente do rio, com o que se tornam as habitações de insuportável umidade.” (AGUIAR, 1979). A figura 2, mostra casas baixas e dois sobrados na

Rua do Fogo, todos ao nível da rua, diga-se de passagem, alinhadas à rua larga, fruto da primeira reforma urbanística que a Vila de Canavieiras sofreu, na segunda metade do século XIX, e que até hoje mantém, fruto do projeto do engenheiro militar, general Inocêncio Veloso Pederneiras¹⁰ (1818-1891).

Figura 3 *Província da Bahia, Villa de Cannavieiras, Rua do Brejo, 1880*



Fonte: Dantas Photo. Microfilmagem de origem desconhecida encontrada na internet.

A figura 3, trata-se da Rua do Brejo, atualmente Rua general Pederneiras, também larga, sem calçamento, com o Rio Pardo ao fim da rua, vemos as casas construídas acima do nível da rua, decerto, para evitar inundação com as cheias históricas do rio na Vila. O interessante na figura 3, é perceber o preparo das pessoas que quiseram aparecer no registro fotográfico, boas roupas, homens alinhados, ausência de mulheres adultas, apenas meninos e meninas, e até uma criança de colo sentada no parapeito da janela da casa de esquina, lado direito da fotografia, com certeza, tendo a mãe ou sua ama de leite por trás, segurando e se escondendo, por medo da foto, ou por recomendação do marido ou de seu *sinhô*.

Vale ressaltar que as fotografias de *Dantas Photos*, retratam apenas as ruas e habitações da elite da *Villa de Cannavieiras*, podemos notar a ausência de mulheres e pessoas negras na composição das fotos, provavelmente silenciadas, para dar as “melhores impressões” das chapas fotográficas à presidência da província. Lembremos que, as imagens aqui apresentadas, são fotografias produzidas com fins institucionais, oficiais, de levantamento da situação da vila pela presidência da província da Bahia, e foram intencionalmente fotografadas, mostrando a

¹⁰ Disponível em: <https://www.bn.gov.br/es/node/4796>, Acesso em: 19 dez. 2021

melhor parte da vila. Essas ruas, ainda hoje, são consideradas uma região nobre na cidade de Canavieiras.

Figura 4 - Província da Bahia, Villa de Cannavieiras, Rua de São Boaventura, 1880



Fonte: Dantas Photo. Arquivo de Paulo Simões – Canavieiras. Recolhida pelo pesquisador em 2002.

A figura 4, é a Rua de São Boaventura, provavelmente a rua direita da matriz, percebemos que em todas as fotografias a ausência de pessoas, e o aparecimento de alguns sobrados, que na Bahia era sinônimo de orgulho para seus donos, tinha o sentido de altivez e ostentação de seu potencial econômico, mesmo, sendo ladeadas por casas em péssimas condições de manutenção. Se a casa da maioria da população da vila estava assim, conceba a situação da antiga igreja matriz no largo principal, que não foi contemplada, ao que sabemos, pelo trabalho do fotógrafo Dantas, não temos notícias de fotografias da antiga igreja matriz em fins do século XIX, mas, o relatório de Aguiar (1979) nos dá mais detalhes sobre a vila e sua velha matriz de São Boaventura nesse período:

As ruas são largas, alinhadas e desembocam na margem do rio [Pardo] de onde de bordo se vê de uma a outra extremidade. Tem casa de câmara, estação telegráfica, uma ordinária cadeia e uma velha e estragada Matriz que até poucos anos a vimos escorada, esburacada, servindo de dormitório a cabras e carneiros. Há duas escolas públicas dos dois sexos na vila e uma de meninas no Jacarandá. O comércio local está bastante desenvolvido depois da mineração do diamante, que é o de melhor qualidade até hoje conhecido. (AGUIAR, 1979, p. 273)

A figura 5, é a quarta e última fotografia da série produzida por *Dantas Photos*, é a Rua da Praça, atualmente Praça da Bandeira, praça mesmo não era, era um largo revestido de capim rasteiro e areia branca e fina, onde ficava a igreja matriz de São Boaventura do Poxim, o Paço

Municipal, e a Casa de Câmara e cadeia¹¹, da mesma época, com residências ao redor, onde iniciava o eixo comercial da vila, conforme continua apontando Aguiar (1979). Vendo-se na fotografia um comércio na esquina e na outra um restaurante, com seus clientes se amontoando nas janelas para poderem sair na fotografia. A casa de esquina do primeiro plano da fotografia, tem três janelas fechadas com três portas abertas, sinal de imóvel que era residencial e comercial ao mesmo tempo.

Figura 5 - Província da Bahia, Villa de Cannavieiras, Rua da Praça, 1880



Fonte: Dantas Photo. Arquivo de Paulo Simões – Canavieiras. Recolhida pelo pesquisador em 2002

Na primeira porta, que aparentemente dá acesso à residência, uma mulher negra sentada, se apresenta de banda, na terceira porta, a do estabelecimento, outra aparece se escondendo timidamente, com dois homens sentados na calçada e dois rapazotes fazendo pose. Pela sombra projetada pelo sol forte seria por volta das 13 horas. Pela técnica da época, cada fotografia foi produzida em dia diferente. Pelo que nos consta, são os primeiros registros fotográficos da simples *Imperial Villa de Cannavieiras*, que permaneceria assim até a virada para o século XX, quando, por conta da valorização da monocultura cacaueteira, seguindo a tendência de “progresso cultural das cidades” a partir do modelo cultural francês.

A partir dos anos 1910, boa parte desse casario simples colonial seria substituído por residências mais luxuosas, com fachadas imponentes em *art nouveau*, em ruas calçadas, iluminadas a gás, modificando os costumes das elites. O problema estrutural e decadente da

¹¹ Ver anexo B.

antiga igreja matriz permanecia, em meio às mudanças que começavam a surgir, em fins da década de 1890 e início dos anos 1900, revelando sinais do processo de secularização, por exemplo, a instalação da loja maçônica, em 1890, e da concorrência do protestantismo, que oficialmente se instalaria em 1906, com a Igreja presbiteriana, exacerbaria mais ainda a insatisfação eclesiástica na cidade, que se envergonhava da situação da única e mais importante igreja do município.

1.3 Transformações culturais e urbanas no início do século XX

A *Belle Époque* influenciou culturalmente a constituição de um novo modelo de urbanização de várias cidades no Brasil, entre elas, Rio de Janeiro e Salvador, e, também, mesmo que tardiamente, influenciou no interior da Bahia, Ilhéus e Canavieiras, dentre várias outras urbes da região sul baiana. Historiadores como Soihet (1998), Schwarcz (2012) e Schwarcz e Starling (2018), exemplificam o discurso que havia sobre o moderno, o belo e o sofisticado nesse período.

Rachel Soihet (1998) aborda através de fontes hemerográficas e bibliográficas a grande mudança urbanística do Rio no início do século XX e como se deu a repressão e a resistência da cultura popular no carnaval carioca em nome de uma cultura de europeização do Rio, era a modernização da cidade. Em seu trabalho, as classes populares foram expulsas de suas moradias no centro da cidade para os morros para dar lugar às obras de urbanização no alargamento de avenidas e criação de novos jardins, e em contrapartida, as classes populares, durante o carnaval, usavam a Praça Onze como novo núcleo de resistência e a afirmação da cultura afro-brasileira.

O trabalho de Soihet (1998) se enquadra em nossa pesquisa ao falar do processo de reurbanização da cidade do Rio de Janeiro, quando isso era notícia em todo o Brasil e acabou influenciando também, em alguns lugares do interior, onde a questão econômica viabilizava todo esse processo de transformação. Nas fontes, o que mais indignava os padres de Canavieiras era que se tinha dinheiro para tudo, menos para dar a Deus uma casa digna naquela cidade¹². Lilia Moritz Schwarcz (2012) nos dá uma dimensão das mentalidades no Brasil em torno desse novo jeito de civilidade que nos fora importado da Europa:

¹² MONITOR DO SUL, Ano XII, nº 680, de 26 de janeiro de 1913, p. 2.

No Brasil, por sua vez, a atmosfera que no Rio de Janeiro ficou conhecida como “regeneração” parecia corresponder ao surto que ocorria em outras partes do mundo, trazendo a sensação de que o Brasil, finalmente, estava em harmonia com o progresso e a civilização.

O suposto era que a jovem República representava a modernidade que se instalava no país, tirando-o da “letargia da monarquia” ou da “barbárie da escravidão”; ícone dos novos tempos foi também a “nova Avenida Central” – atual avenida Rio Branco, na cidade do Rio de Janeiro –, exemplo maior do projeto urbanístico que transformou a capital federal em um verdadeiro cartão-postal, com fachadas *art nouveau* feitas de mármore e cristal, modernos lampiões à luz elétrica, lojas de produtos importados e transeuntes à francesa. (SCHWARCZ, 2012, p. 46).

Canavieiras também ingressou nessa atmosfera da “regeneração” em que Schwarcz (2012) aponta. Os velhos casarões do período colonial nas regiões do porto, das principais ruas e na praça do Paço em sua grande maioria foram demolidos e construídos com fachadas do estilo *art nouveau* (com menos requinte, que nas capitais).

E era preciso embelezar as principais cidades, para que bem representassem suas funções: cuidar dos edifícios públicos; afastar a pobreza para os novos subúrbios; implementar o transporte coletivo, e construir instituições representativas. (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 327)

Exemplo disso foi a inauguração do próprio prédio do Paço Municipal em 1899, edifício de dois pavimentos, em estilo de palácio, centralizado na praça, de frente para o rio Pardo¹³. A figura 6, fotografia de baixa qualidade, de autoria não identificada, nos mostra o enquadramento do eixo principal da cidade de Canavieiras entre fins da década de 1920 e dos anos 1930. Com um casario todo alinhado, em um largo de areia fina e clara, emaranhado de capim rasteiro, com alguns postes de madeira com a afiação de telégrafo e energia elétrica, produzida por motor à querosene, vemos em primeiro plano e posta de lado, antiga igreja matriz de São Boaventura, e na centralidade o edifício sede do Paço Municipal. Pela má qualidade da foto, não vemos, mas, atrás do Paço já aparece a torre da nova igreja matriz que se estava construindo desde 1912.

¹³ Ver anexo C.

Figura 6 - Praça do Paço e a antiga igreja matriz de São Boaventura, Canavieiras, décadas 1920-1930



Fonte: Senhorita Ritinha Stolze (*In memoriam*) – Canavieiras/Bahia. **Foto:** Autor desconhecido. Recolhido pelo pesquisador em 2001.

Com o embelezamento da cidade, Canavieiras também teve seu cotidiano urbano registrado em inúmeras fotografias, vendidas como cartão postal nas primeiras décadas do século XX, colecionado por alguns e enviado para outros pelos Correios. Era a publicidade de uma cidade “regenerada”. A nova matriz já foi concebida arquitetonicamente estilo neogótico, a fim de se tornar monumental, para reafirmar o prestígio da Igreja, enquanto forte e importante instituição religiosa, e, para usar de contraponto à secularização da sociedade, da fundação da loja maçônica em 1890, e da chegada do protestantismo na cidade em 1906. A nova matriz que seria construída, quando ficasse pronta, seria o principal cartão postal da cidade que ficava, aos poucos, bela e agradável, uma preocupação do porquê de construí-la:

O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos. (LE GOFF, 1990, p. 536).

Le Goff ainda nos dá uma dimensão também do que ele chama de “aceleração da história”, explicando o porquê da moda *retro*. Segundo ele, a aceleração da história levou as sociedades dos países industrializados a cair num abismo nostálgico em busca de suas raízes dando uma ênfase a história, arqueologia, fotografia, a boa noção de patrimônio. Em Canavieiras, tinha-se a ideia de uma igreja matriz que fosse monumental, e por si só, testemunhasse e perpetuasse em sua arquitetura, o poder temporal e espiritual da Igreja sobre aquela sociedade, embora, a secularização de boa parte dela, dificultaria as intenções eclesiásticas no recorte histórico.

Seria uma obra de construção humana, que tinha o intuito da necessidade de preservação de determinada prática ou discurso que se vivia naquela sociedade na época, e o foi, a exemplo de lentidão do processo de construção e término das obras, refletindo traços de desinteresse e comodismo por parte dos fiéis, que em grande maioria se atraíam à Igreja somente no período de festejos: procissões e missas, que expressavam, externalizavam e normatizavam as regras morais de uma sociedade patriarcal, que ainda reconhecia na Igreja o papel de garantidora da sociedade, onde as disputas de poder político e econômico (cacau) eram identificadas, e amparadas pelo poder temporal da Igreja¹⁴, tendo como cenário principal os festejos do padroeiro São Boaventura, a cada mês de julho. Sobre isso Chartier (1990) afirma que:

A história cultural separa-se sem dúvida de uma dependência demasiadamente estrita de uma história social dedicada exclusivamente ao estudo das lutas econômicas, porém opera um retorno hábil também sobre o social, pois centra a atenção sobre as estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade. (CHARTIER, 1990, p. 183-184).

Qualquer que seja a instituição, religiosa ou política – no caso em questão – só poderá ser entendida a partir do contexto histórico no qual ela está inserida. Na medida em que uma instituição reflete identidades sociais, ela refrata outras, e nesse processo, acaba por deixar entrever características próprias de seu meio social. Seria reducionista, supor, entretanto, que uma instituição é mero produto social de seu meio: mesmo estando conectada a um cenário mais amplo (relações políticas e eclesiais no estado da Bahia e no país), pois, ela adquire autonomia e identidades próprias, frente aos processos semelhantes, que se desencadeavam pelo país, reflexo da secularização e laicização da sociedade e do Estado brasileiro na primeira República.

A situação precária da antiga matriz era o reflexo de um grande problema que vinha se arrastando há anos, desde a década de 1880, conforme vimos neste capítulo. Pensava-se em sua substituição por outro templo, mas, o impasse persistia no início dos anos 1900, pois, pela imprensa já se falava em construir uma nova, mas, ao mesmo tempo, que a imprensa acusava o comodismo da população e da elite local, que ainda, hegemonicamente, professavam a Fé

¹⁴ “O Código de Direito Canônico de 1917 se limitava a reconhecer aos fiéis cristãos leigos um único direito: o direito aos bens espirituais necessários para a salvação (cf. cânon 682). Com a reforma conciliar (1962-1965), o Código de Direito Canônico de 1983 apresenta outra perspectiva em relação aos leigos, a partir da proclamação do princípio da igualdade na dignidade (cf. cânon 208). Além da formalização da condição jurídica comum a todos fiéis cristãos (cf. cânones 209-223), reconhece os direitos e deveres que são próprios dos fiéis cristãos leigos no correspondente estatuto jurídico (cânones 224-231). Por exemplo, o cânon 227 recolhe o direito de liberdade em assuntos temporais. Nessa matéria, os fiéis cristãos leigos têm a mesma liberdade que possuem todos os cidadãos. O fundamento desse direito, por conseguinte, é a autonomia da ordem temporal com relação à ordem espiritual, da ciência com referência à fé, do poder político com respeito ao poder eclesialístico.” (STEFFEN, 2014, p. 81-82).

católica¹⁵, e não tomavam iniciativa de reunir esforços para a preservação da antiga (restauro) ou de se construir uma nova. A questão também foi o pouco empenho dos padres nessa empreitada, mas, a primeira visita pastoral do Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil, D. Jerônimo Tomé da Silva¹⁶ à cidade de Canavieiras em 1903, apresenta-se como o primeiro sinal de revide eclesiástico contra a onda de progresso e secularização na cidade, na tentativa de a Igreja contornar a letargia dos clérigos e de parte da população e elites, os impelindo a planejar alguma resolução para sanar esse problema de décadas a fio.

A presença de um altíssimo dignatário da Igreja em Canavieiras causou espanto, curiosidade, e, principalmente, ânimo conciliador, de uma elite política doutrinada a se afastar da Igreja, por causa da laicização do Estado, na constituição republicana de 1891. Também registramos aqui, ato do governo da Bahia, de 25 de maio do mesmo ano, que elevou a Vila de Canavieiras à categoria de cidade, o que afagou o ego carente da elite política local. A partir desses elementos, a presença do arcebispo da Bahia em Canavieiras, foi também interpretado pela elite como um grande prestígio da Igreja para com aquela longínqua freguesia, atendendo prontamente o pedido do arcebispo, de formação de uma comissão para planejar a questão de uma nova igreja matriz para Canavieiras.

No II capítulo, argumentaremos sobre o processo de secularização da sociedade e da laicização do Estado brasileiro, na primeira República, e suas consequências para a Freguesia de São Boaventura do Poxim e da nova cidade de Canavieiras. Apresentaremos os conflitos do vigário Badaró com os fiéis da freguesia, e a renovação pastoral do seu sucessor, o cônego Bemvindo, na fundação de novas associações de fiéis, agremiando para a Igreja, novas almas mais alinhadas à elite eclesiástica e à observância fervorosa dos sacramentos e da doutrina católica, inspirados nos novos movimentos religiosos surgidos na Igreja na França, trazidos para o Brasil por padres estrangeiros, principalmente, depois de 1889. Com isso, os padres

¹⁵ Somente em 1906, oficialmente, se instalou na cidade de Canavieiras, uma denominação protestante, conforme transcrição do padre José Gonçalves de Oliveira, em 1949: “Em 1906 funda-se na cidade a Igreja Presbiteriana, ficando assim, infelizmente, quebrada a unidade da família católica de Canavieiras.” (LIVRO DE TOMBO, vol. I, 1949-1960, p. 7).

¹⁶ “Nasceu em Sobral, Ceará, em 12 de junho de 1849, e faleceu na Bahia, em 19 de fevereiro de 1924. Fez seus estudos eclesiásticos em Roma, doutorando-se em Filosofia e Teologia pela Univ. Gregoriana. Ordenou-se sacerdote em 1872. De volta ao Brasil, foi enviado para o Ceará, onde, além do ministério religioso, dedicou-se ao magistério. Em 1878, foi transferido para o Recife, exercendo a promotoria do Juízo Eclesiástico até 1888. De 1878 a 1881, lecionou no seminário de Olinda a cadeira de Filosofia e a de Língua Italiana no Ginásio Pernambucano. Foi, também, professor de Retórica. Eleito sócio honorário do IHGB em 25 de julho de 1887. Em 1890, transferido para o Rio de Janeiro para participar das reuniões celebradas pelo episcopado brasileiro, tendo aí recebido a confirmação do Bispo do Pará. Em 1894, foi feito Arcebispo de São Salvador da Bahia. Publicou Manual Filosófico, Recife, 1886 – Carta Pastoral sobre as festas jubilares do Brasil, Salvador, 1923.” Disponível em <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/JTSilva.html>. Acesso em 1 fev. 2022.

foram distanciando os fiéis do peso e da desobediência institucional, que para eles, representavam as antigas irmandades e confrarias religiosas, que desapareceram de Canavieiras, em fins do século XIX.

CAPÍTULO II – A ELITE ECLESIAÍSTICA E O PROCESSO DE SECULARIZAÇÃO E LAICIZAÇÃO

Apontando os males e os erros, os falsos princípios e as perniciosas doutrinas das constituições civis, o glorioso pontífice lembra os deveres particulares dos cidadãos católicos, mostrando a necessidade de tomarem parte nos negócios públicos, para que fazendo triunfar os sãos princípios e a verdadeira moral, possa dar uma orientação verdadeiramente cristã à sociedade. (Leituras Religiosas da Bahia, 19 de outubro de 1902 apud SANTOS, 2006, p. 12).

2.1 O fim do padroado e a restauração ultramontana da Igreja no Brasil

Foi necessário aqui, contextualizarmos o processo de secularização e laicização da sociedade brasileira na primeira República, e seus reflexos na particularidade da Freguesia de São Boaventura do Poxim de Canavieiras – que, à época, fazia parte da imensa Arquidiocese de São Salvador da Bahia – em seus conflitos e como tentou enfrentar, o inevitável progresso, a secularização da sociedade, e da laicização do Estado, o que provocou uma imediata resposta da Igreja, em sua reorganização interna, e, em uma renovação pastoral considerável, no que tangeu à concepção de novas associações de fiéis leigos na Igreja, comprometidos com a prática da fé católica, na maior observância dos sacramentos e obedientes à hierarquia eclesiástica. Foi um movimento de reforma interna da Igreja no Brasil, pós-separação do Estado na República em fins do século XIX, que previa desarticular as antigas irmandades e ordens terceiras, em prol de novas associações de fiéis baseadas nas novas devoções, propagados aqui no país por missionários religiosos de origem europeia, segundo nos afirma Azzi (2001).

Na Freguesia de São Boaventura, foi verificado a existência de somente duas irmandades no século XIX, na até então, *Imperial Villa de Cannavieiras*. A primeira fundada foi a Irmandade do Santíssimo Sacramento, em 1858; e a segunda, a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, em 1867, ambas, não se tem fontes para sabermos qual o motivo da supressão delas, pressupomos, que não resistiram ao fim do Império e a implantação do regime republicano em 1889. A partir de 1890, tem-se a notícia da fundação da Associação de Nossa Senhora de Lourdes na Freguesia de São Boaventura, já nos moldes das novas associações de fiéis leigos, tendo o padre Francisco Fernandes Badaró, pároco entre 1889-1903, como seu diretor espiritual, tratado daqui em diante, como vigário Badaró, como é citado pela imprensa local.

Seu paroquiato em Canavieiras, seria marcado por turbulentas relações entre ele e a população, entre ele e a elite política local, que não mais tolerava algumas atitudes duras por

parte dele provavelmente por sua resistência às mudanças da secularização, que ocorreram em fins do século XIX, na vida social e religiosa em Canavieiras e em todo país, devido à separação de a Igreja e o Estado, a partir do o decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890. A Freguesia de Canavieiras, ao ver do Arcebispado, era uma paróquia de grande complexidade, devido à sua extensão territorial abrangente, uma das maiores freguesias da Arquidiocese da Bahia, à época. Em 1903, deu-se a visita pastoral de D. Jerônimo Tomé da Silva à Freguesia de São Boaventura: “em fevereiro o Arcebispo da Bahia D. Jerônimo Tomé da Silva¹⁷, vem a Canavieiras em visita pastoral, parece que foi a primeira vez que os Católicos de Canavieiras viram um Bispo” (LIVRO DE TOMBO, 1949-1960, p. 7). O vigário Badaró será o nosso personagem principal, para a discursão em torno do processo de secularização da sociedade e da laicização do Estado na Freguesia de São Boaventura, mas, antes, perscrutaremos os caminhos desse processo histórico, que mudaria definitivamente as nossas relações com o poder espiritual da Igreja e com o poder temporal do Estado.

A secularização é o processo de separação, de distanciamento gradual, de ruptura do sistema estrutural de uma sociedade, tendo por base os valores e a moral doutrinária de uma religiosidade, no caso do Brasil, o cristianismo católico, que no período da colônia e do império era a religião oficial do Estado sob o regime do padroado. Era o reflexo do mundo moderno que se desenvolvia rapidamente, depois da Revolução Industrial, com o desenvolvimento do sistema capitalista, apontado por Weber (2007), como fator crucial para a secularização da sociedade. Nesse período, como já citado, a Igreja, como parte do Estado, e o clero como, praticamente, funcionários públicos, agiam não somente como sacerdotes dispensadores dos sacramentos, como também, agentes do Estado naquela localidade, daí o termo ‘freguesia’ e não somente ‘paróquia’, como hoje, para designar, canonicamente, uma comunidade religiosa, pois a freguesia em si sediava um distrito com foros administrativos junto à Coroa, tendo como representante a Igreja, representada pelo seu vigário colado, maior autoridade civil e eclesiástica na localidade. Vieira (1980) acrescenta que,

Todos os estudiosos da Questão Religiosa no Brasil são acordes em que a Igreja Católica nacional estava numa condição muito precária durante o Império. Esta precariedade pode ser encarada de três pontos de vista: espiritual, político e econômico. Do ponto de vista espiritual é afirmado que o clero católico brasileiro tendia a ser ou ignorante ou heterodoxo Jansenista¹⁸), envolvido em política,

¹⁷ Nasceu em Sobral, Ceará, em 12 de junho de 1849, arcebispo da Bahia e primaz do Brasil, de 28 de fevereiro de 1894 até sua morte na cidade do Salvador, em 19 de fevereiro de 1924, aos 75 anos.

¹⁸ “O jansenismo, como é amplamente conhecido, foi o nome dado à tentativa de reforma e reavivamento dentro da Igreja Católica, no século XVII, baseada nos preceitos religiosos de Fleming Cornelius Otto Jansen (1563-1638), Bispo de Ypres. Esse movimento, depois da morte de Jansen, foi liderado na França por seus discípulos

negligente em seus deveres espirituais e flagrante violador das regras do celibato. Sobre o aspecto político, é destacado que estando sob o controle do Estado, o uso e o abuso do direito de padroado da Coroa, enfraqueceu ainda mais a independência da Igreja. Esse enfraquecimento político é exemplificado pela subserviência da maioria do clero ao Governo, em troca de cargos públicos. A fraca condição econômica da Igreja estava intimamente ligada à anterior. O clero todo, desde o Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil até o padre da paróquia mais pobre, era pago pelo Estado. As cômputas tendiam a ser mesquinhas e permaneceram as mesmas por diversas décadas, a despeito da inflação e de um aumento constante no custo de vida. (VIEIRA, 1980, p. 27).

No caso da paróquia mais pobre na citação de Vieira (1980), exemplificamos a Freguesia de São Boaventura e seu pároco, o vigário Badaró, que vivia insatisfeito com a questão precária e econômica da freguesia de Canaveiras, e resistência do fiéis em ajudar a sanar a mínimas e importantes necessidades financeiras da Igreja, pois ela era a instituição detentora da codificação de posturas e costumes cristãos, do sistema de educação, da formação moral, e além de tudo isso, exercia o juizado, segundo as leis da Igreja, para controle da vida em sociedade de seus fregueses.

A freguesia era a responsável canônica/jurídica para o registro de batismo, crisma, casamento, óbitos, dentre outros documentos. Com o sistema do padroado na colonização portuguesa, o rei e o papa matinha acordos, dentre eles, o de reservar ao rei a nomeação de bispos, dando ao papa a condição somente de aprovar a ordenação episcopal de um clérigo. Com a Constituição de 1824, primeira e única do Império, o imperador Pedro I (1822-1831), reafirmou esses acordos, que de certa maneira era interessante para a Igreja na manutenção da missão no Brasil. A Igreja submetia seu poder espiritual ao poder temporal do Imperador, e não do Papa em Roma, em troca da exclusividade religiosa no Brasil, da continuidade de sobreviver com o erário público, o que lhe era muito importante.

Mas, tanto no primeiro reinado, quanto no segundo, o Império fazia valer sua autoridade sobre as ações da Igreja no Brasil, impondo, por muitas vezes, forte contingenciamento na manutenção de templos, seminários e dioceses, e por muitas ocasiões, interferindo nas decisões dos bispos. Devido a tal ligação com o Estado brasileiro, em 1889, o território brasileiro contava apenas com uma província eclesiástica, a Arquidiocese de São Salvador da Bahia e onze dioceses sufragâneas, com poucos seminários com a manutenção comprometida, o que inviabilizava a atuação evangelizadora da Igreja.

Antoine Arnaud e Pasquier Quesnel. Jansen tentara reformar a Igreja Católica, sugerindo a mudança da sua - teologia do tomismo para o augustinismo. De certo modo, Jansen reagia também contra o protestantismo, se bem que muitos dos seus ensinamentos religiosos fossem muito parecidos com os de João Calvino, especialmente em questões que lidavam com a predestinação.” (VIEIRA, 1980, p. 29).

Com a Questão Religiosa entre 1872-1875, envolvendo as figuras de D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira¹⁹, OFM Cap²⁰, bispo de Olinda, e de, D. Antônio de Macêdo Costa²¹, bispo do Pará, a insatisfação eclesiástica com desgastado o sistema do padroado, revelava sua face mais alquebrada, por parte de muitos bispos e padres, insatisfeitos com o autoritarismo e interferência do imperador em assuntos da Igreja. Era o movimento do ultramontanismo²², da romanização, que defendia a ruptura da Igreja com o Império do Brasil, e a restauração e submissão ao poder do Papa em Roma. Era o período do longo pontificado do Papa Pio IX (1846-1878), que em 1864 publicou:

as encíclicas *Quanta Cura* e *Syllabus Errorum*, “que condenaram de modo drástico os chamados “erros modernos”, a saber, o racionalismo, o socialismo, o comunismo, a maçonaria, a separação entre Igreja e o Estado, as liberdades de imprensa, de religião, em suma, “o progresso, o liberalismo e a civilização moderna”. (MICELI, 2009, p. 18).

Daí a fidelidade de D. Vital, bispo de Olinda, e de D. Macêdo Costa, bispo do Pará, na década de 1870, que em consonância com o Magistério da Igreja, decidiram em suas dioceses, afastar das irmandades e confrarias, membros que também fossem afiliados à maçonaria, o que contrariou profundamente D. Pedro II, também maçom, determinando D. Vital revogar sua decisão, apontando que essas associações tinham seus estatutos, não só aprovados pela Igreja, como também pelo regidos juridicamente pelo o Estado, e, portanto, gozavam de legalidade

¹⁹Nascido na Parahyba em 1844, morreu em Paris em 1878. “No dia 21 de maio de 1871, por decreto imperial, Frei Vital de Oliveira foi nomeado Bispo de Olinda, com a preconização dada pela Santa Sé aos 22 de dezembro daquele ano. De início, ele, humildemente, recusou a nomeação, mas recebeu uma carta do papa Pio IX, datada de 23 de janeiro de 1872, animando-o a aceitar o episcopado. Diante da palavra do Santo Padre, Frei Vital decidiu aceitar a nomeação, sendo sagrado Bispo na Catedral de São Paulo, por D. Pedro Maria de Lacerda, bispo do Rio de Janeiro, a 17 de março de 1872. Foi o primeiro bispo capuchinho do Brasil. Saiu de São Paulo para Pernambuco, a bordo do vapor Ceará, desembarcando no Recife aos 22 de maio daquele mesmo ano. Foi recebido com solene Te Deum na Igreja do Espírito Santo. Dois dias depois, a 24 de maio, entrou festivamente na cidade episcopal de Olinda e tomou posse na Sé de São Salvador, estando presente Dom Antônio de Macedo Costa, então bispo do Pará.” (In: <http://www.arquidioceseolindarecife.org/arquidiocese-lembra-140-anos-da-morte-do-servo-de-deus-dom-vital-de-oliveira/>. Acessado em: 30 jan. 2022).

²⁰ Ordem dos Frades Menores Capuchinhos (*Ordo Fratrum Minorum Capuccinorum*), fundada em 1528, como um ramo da ordem primeira de São Francisco de Assis, em 1209, na Itália.

²¹ Nascido em Maragogipe, Bahia, em 1830, morreu em Barbacena, Minas Gerais, em 1891. Foi o 10º bispo do Pará (1861-1890), posteriormente, nomeado o 20º arcebispo da Bahia e primaz do Brasil, em 1890, pelo Papa Leão XIII, faleceu antes de tomar posse.

²² “É difícil estabelecer exatamente a data em que entrou no Brasil o tipo de pensamento que, no século XIX, se chamou de “ultramontanismo”. Ultramontanismo foi um termo usado desde o século XI para descrever cristãos que buscavam a liderança de Roma (“do outro lado da montanha”), ou que defendiam o ponto de vista dos papas, ou davam apoio à política dos mesmos. Pelos idos do século XV, o mesmo veio a ser utilizado como descrição daqueles que se opunham às pretensões da Igreja Galciana. No entanto, no século XIX o dito termo reapareceu, dessa vez descrevendo urna série de conceitos e atitudes do lado conservador da Igreja Católica e sua reação aos excessos da Revolução Francesa.” (VIEIRA, 1980, p. 32).

civil, mas, mas D. Vital se recusou a revogar sua decisão, alegando questão de consciência, segundo afirma Azzi (2001), já que era seu dever como bispo da Igreja, zelar e fazer valer as diretrizes do sagrado Magistério, mas, sua fidelidade à Santa Sé lhe custou a prisão, julgamento, e condenação, juntamente, com D. Macedo Costa. Ficaram presos por um ano e seis meses.

Se a questão da guerra do Paraguai (1864-1870) foi para D. Pedro II, motivo de grande ferida em seu governo, logo a seguir, entre 1872-1875, com a questão dos bispos, seu governo se revelava ainda mais desgastado, com esse embate, entre a Igreja ultramontana contra o liberalismo, representado, principalmente, pela maçonaria. As interferências do imperador nas questões da Igreja no Brasil se tornavam insuportáveis por boa parte dos bispos e do clero, embora, outra parte temiam a perda do *status* de funcionário público do império e de seus proventos, diminuídos por causa dos descontos de impostos. O gabinete de governo de D. Pedro II era formado por grande maioria de maçons o que assombrava a Igreja ultramontana.

Com o Concílio Ecumênico Vaticano I (1869-1870)²³, mais lembrado pela proclamação do dogma da infalibilidade papal²⁴, ainda controverso dentro e fora da Igreja, aqui no Brasil, a questão religiosa/ou dos bispos, com grande parte do clero e de ordens religiosas, militavam na a partir das determinações de Pio IX, tanto nas questões de fé baseadas nas encíclicas *Quanta Cura*²⁵ e *Syllabus Errorum*, quanto em questões administrativas pelas quais a Igreja já sentia represálias pelo governo imperial, como, por exemplo, a questão da antiga igreja matriz da Vila de Canavieiras, em estado de abandono e quase em ruínas, com os embargos financeiros e dificuldades para seu restauro e manutenção.

A questão religiosa, embora deflagrada em outras dioceses, recebeu a solidariedade do arcebispo da Bahia e primaz do Brasil, D. Manoel Joaquim da Silveira²⁶, que visitou D. Vital, no navio que o levava preso para o Rio de Janeiro, em passagem por Salvador, e mesmo sem ter, até então, se envolvido na questão, após a visita, e estarecido com a situação de D. Vital,

²³ “O dogma da infalibilidade foi instituído pelo Concílio Vaticano I (1869-70), convocado por Pio IX. O documento *Pastor Aeternus*, aprovado em 18 de julho de 1870, estabeleceu a primazia do papa sobre toda a Igreja e definiu sua infalibilidade na doutrina da fé. Na opinião de críticos, trata-se de uma tese controversa, baseada mais nas ambições políticas de Pio IX que em fundamentos bíblicos. O documento conciliar até admite opiniões divergentes no interior da Igreja quanto a questões seculares. Mas, quando as divergências dizem respeito a princípios básicos da fé e da moral, o Papa é a instância máxima e, neste caso, vigora o dogma da infalibilidade. Decisões políticas e conclusões científicas não estão sujeitas a essa regra.” (Disponível em <https://www.dw.com/pt-br/1870-papa-%C3%A9-declarado-infal%C3%ADvel/a-319592>. Acesso em 27 jan. 2022).

²⁴ “Enquanto pessoa humana, o próprio Papa admite ser frágil e pecador. Mas quando o Papa fala definitivamente como Pastor Supremo da Igreja, ele já não expressa uma opinião como qualquer pessoa privada, mas age como Sucessor de Pedro a quem Cristo prometeu a assistência divina, razão pela qual ele não conduzirá a Igreja ao erro em matéria de fé e costumes. Assim, a infalibilidade não é entendida pela Igreja como um mérito humano deste ou daquele Papa, mas como uma graça divina, ou seja, um dom de caráter sobrenatural. É um dom a serviço da Igreja e por isso o Papa é chamado de “*Servus Servorum Dei*”, ou seja, “Servo dos servos de Deus”. Esta expressão é atribuída ao Papa São Gregório Magno (590-604). Disponível em <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2021-04/o-dogma-da-infalibilidade.html>. Acesso em 27 jan. 2022).

²⁵ Disponível em <https://www.vatican.va/content/pius-ix/it/documents/encyclica-quanta-cura-8-decembri-1864.html>. Acesso em 31 jan. 2022.

²⁶ 18º Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil (1861-1874).

publicou nota de repúdio contra o Imperador, no periódico *Crônica religiosa*, de 8 de janeiro de 1874, segundo Azzi (2001). Lembremos aqui, que D. Manoel era o único arcebispo da Igreja no Brasil, tinha boa relação com a família imperial, inclusive presidiu o casamento das princesas Isabel e Leopoldina, mas, diante do ato de aprisionar um irmão no episcopado, por parte do governo, teve que tomar atitude de defesa a favor da Igreja e de seus membros. Morreu em 1875.

Ao estudarmos a questão religiosa/ou questão dos bispos, nos deparamos com a solidariedade, mas não com o apoio total de D. Manoel Joaquim da Silveira, apoio este que seria muito importante para a resolução da questão da contenda eclesiástica com o imperador, pois, como já dissemos acima, por ser o único metropolitano do Brasil, escreveu e publicou notas de repúdio, mas não enfrentou D. Pedro II declaradamente, pois, a partir do modelo diplomático usual do Papa Pio IX, nessas situações, deve ter sido aconselhado pelo próprio papa a intermediar e procurar meios de conciliação do conflito, com o receio de que, caso declarasse rompimento com a política interna do império, o imperador expulsasse a hierarquia eclesiástica do Brasil, o que causaria prejuízo espiritual e econômico irremediável para a Igreja. Lembremos do caso do Marquês de Pombal e a expulsão e sequestro dos bens dos jesuítas no Brasil colônia por Portugal, em 1759, em mais um episódio de desgaste e desvio do propósito da Companhia de Jesus, “os próprios monarcas católicos davam a entender que era impossível alcançar a paz e a concórdia entre os cristãos, enquanto existissem os “inquietos e turbulentos” jesuítas.”²⁷, provocando a supressão da ordem, no breve *Dominus ac Redemptor*, do Papa Clemente XIV, em 1773²⁸.

Retomando a questão da secularização da sociedade e laicização do Estado a partir da situação da Freguesia de São Boaventura do Poxim de Canavieiras, no próximo tópico, buscaremos através de fontes da imprensa baiana e da documentação eclesiástica local, traçar um panorama de alguns episódios conflituosos entre o vigário Badaró, a população, que cada vez mais se demonstrava indiferente com os problemas paroquias, e também com a polícia, no episódio da missão em Comandatuba.

²⁷RODRIGUES, L. F. Da supressão à “Restauração” (1773-1814): A Companhia de Jesus, entre continuidade e descontinuidade. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5756-luiz-fernando-rodrigues>. Acesso em 31 jan. 2022.

²⁸ Disponível em <https://www.vatican.va/content/clemens-xiv/it/documents/breve-dominus-ac-redemptor-21-luglio-1773.html>. Acesso em 31 jan. 2022.

2.2 O caso do vigário Badaró diante da secularização e laicização em Canavieiras

Em 1889, faltando menos de um mês para a queda do império, assumiu a Freguesia de Canavieiras, transferido pelo Arcebispado da Bahia da Freguesia de São Jorge dos Ilhéus, o padre Francisco Fernandes Badaró – como já dito, mais conhecido nas fontes e, assim, aqui também chamado somente de vigário Badaró. A pedido de um paroquiano da Freguesia de Ilhéus, foi publicada, no Diário da Bahia, de Salvador, uma nota relatando a sua despedida na cidade de Ilhéus, que em nada pareceria com a traumática saída e despedida da Freguesia de Canavieiras, em 1903:

Ilhéos

Hoje seguiu para a Villa de Cannavieiras, onde vae exercer os misteres de sua profissão, o reverendo vigário Badaró. Acompanhou-o até a bordo do vapor a elite dos dous partidos constitucionaes d'esta comarca; e, no momento da despedida, depois de se fazer ouvir o Sr. Ramiro, que pronunciou breve, mas eloquente allocução, o reverendo Badaró, em palavras entrecortadas de lágrimas, um adeus ao seus ex-parochianos, fazendo votos pela prosperidade d'este logar. Foi uma scena comovente! O reverendo vigário Badaró deve ter partido para as plagas de Cannavieiras, com a consciência de um sacerdote que qual soube distribuir caridade, firmar as crenças religiosas da população e pelo seu espírito de abnegação dar nobre exemplo de que as perfídias da política estão abaixo de uma alma nobre. Possa esse acontecimento, que illuminará a história d'esta infeliz comarca, servir de incentivo ao seu successor e de garantia para a nova missão que vae desempenhar na florescente Villa de Cannavieiras. E' um filho do povo quem escreve essas linhas tendo diante dos olhos o grande princípio: *suum cuique tribuere*²⁹. Ilhéos, 13 de outubro de 1889. (DIÁRIO DA BAHIA, ano XXXV, nº 234, 19 de outubro de 1889).

O vigário Badaró ao deixar a Freguesia de São Jorge, sua bela igreja matriz, ainda existente e preservada, no centro da cidade de Ilhéus, sede política dos coronéis do cacau, onde a elite, embora não muito generosa financeiramente, frequentava e mantinha as atividades religiosas, nas três igrejas existentes na nova urbe cacaueira, elevada de vila à cidade em 1881, em torno da devoção a São Jorge, São Sebastião e Nossa Senhora da Vitória, perdeu de certo modo, o conforto de ser vigário de poderosos e de suas senhoras esposas, mantenedoras e atuantes das obras paroquiais, para assumir a pobre Freguesia de São Boaventura do Poxim de Canavieiras, com sua igreja matriz em estado de plena miséria, chegando em um tempo conturbado de mudanças no cenário político nacional e local, que o causou estranhamento e angústia, mas ele tentou fazer algo para enfrentar estes tempos difíceis da nova república.

Segundo o Livro de Tombo, volume 1, foi ele o fundador da Associação de Nossa Senhora de Lourdes, movimento mariano para mulheres, instalada em 1890, suprimida em fins

²⁹Dar a cada um o que é seu.

de 1915, restaurada pelo padre Antônio de Siqueira Granja em 12 de julho de 1925, para atender às novas diretrizes do Arcebispado, no incentivo de novas associações de fiéis leigos na Igreja, comprometidos com a prática da fé católica, na maior observância dos sacramentos e obedientes à hierarquia eclesiástica, e a descontinuidade das antigas irmandades e confrarias, que já não mais existiam nos anos 1890, na Freguesia de São Boaventura. No ano de 1890, segundo Campos (2006), o "imperfeito recenseamento" realizado, a Vila e o Município de Canavieiras contavam com 4.185 habitantes. Em 1891, o Diário Oficial do Estado, publica:

Acto de 25 de maio de 1891

*O Governador do Estado resolve pelo presente acto elevar a
Villa de Cannavieiras à categoria de Cidade.
Palácio do Governo do Estado Federado da Bahia,
25 de maio de 1891.
José Gonçalves da Silva³⁰*

Com essa elevação da vila em cidade, por parte governador da Bahia, a elite política de Canavieiras, se sentiu prestigiada pelo governo, pois a igualou à cidade de Ilhéus, que por tal ato, Canavieiras deveria mais nada. O ato de ser elevada a condição de cidade, certamente, despertou ou impulsionou o desejo da elite por mudanças e melhoramentos do perímetro urbano da nova cidade, o problema em questão é que a antiga igreja matriz de São Boaventura, que muitos deles iam à missa com a família aos domingos, não estava contemplada em seus interesses de transformação urbana, principal símbolo da obsessão pelo progresso e civilidade. Eram os sinais de secularização, e do fortalecimento do discurso de laicização do Estado, na vida política interna do município de Canavieiras, à luz do que já ocorria em Ilhéus e Salvador.

O vigário Badaró sofreu na pele as mudanças das relações institucionais entre Igreja e Estado à frente da Freguesia de Canavieiras. Seu paróquiato seria marcado por turbulentas relações entre ele e a população, entre ele e a elite política local, que não mais tolerava algumas atitudes duras por parte do vigário, provavelmente por sua resistência às mudanças, que ocorreram em fins do século XIX, reflexo do processo de secularização da sociedade em Canavieiras, sendo que a maioria dos coronéis, políticos, profissionais liberais (médicos, advogados), em sua grande maioria, já tinha vínculo com a loja maçônica, fundada em 1890. Um dos primeiros revides do Arcebispado, para conter a onda da secularização na região sul da Bahia, foi promover santas Missões nas Freguesias de Nossa Senhora do Carmo de Belmonte,

³⁰ Atos do Governo do Estado referentes às freguesias da Bahia (1890-1896), acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia.

de São Boaventura do Poxim de Canavieiras e de São Jorge dos Ilhéus, entre dezembro de 1891 e janeiro de 1892.

O vigário Badaró, também foi encarregado pelo Arcebispado da Bahia, de dar assistência à Freguesia de Belmonte nesse período. Para ajudá-lo nas santas Missões, vieram os padres José Colomber e Carlos Fissandier, conforme a notícia em Pequeno Jornal, de Salvador:

Sem nenhum incidente desagradável, correram os exercícios da Missão, com satisfação geral de um povo que se desvanece de suas crenças, legado precioso que herdaram de seus paes e que guardam com zelo inestimável na arca santa de suas tradições. Um povo que assim procede tem o direito a esperar e confiar no futuro. Aqui, do mesmo modo que em Belmonte, grande foi o número dos que foram se purificar no tribunal da penitencia, contrahir enlances matrimoniaes e legitimar uniões ilícitas – com manifesto proveito para a família e para a sociedade canavieirense (PEQUENO JORNAL, Ano III, nº 561, de 16 de janeiro de 1892, s/p).

Por ordem do Arcebispado da Bahia, a missão seguiria para a Freguesia de São Jorge dos Ilhéus. Enquanto se organizava para partir adiante com os missionários estrangeiros, o vigário Badaró foi surpreendido com o recebimento de um telegrama do delegado de Ilhéus, entregue pelo suplente em exercício do delegado de Canavieiras, que dizia: “[...] POLICIA NÃO CONSENTE MISSÃO”³¹. Na mesma notícia segue o protesto contra o ato do delegado de Ilhéus:

Enorme, immenso, pyramidal o sr. supplente! [...] Já chegamos ao tempo em que uma autoridade de tal jaez annulla, por meio de um simples telegrama, uma das mais bellas liberdades que nos foram garantidas pela nossa lei orgânica! [...] Segundo somos informados, o remv. vigário protestou como lhe cumpria, perante o governo. Aguardamos o procedimento d’este para por nossa vez ou louval-o, ou censural-o com todas as forças de que somos capaz, em nome de nossas crenças e de nossos direitos constitucionais (PEQUENO JORNAL, ano III, nº 561, 16 de janeiro de 1892, s/p)

O autor da nota se referia ao inciso 3º do Título IV, Seção II, parágrafo 72, da Constituição (BRASIL, 1891, s/p), que dizia: “todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum”³². No mesmo número, outra nota notícia que, em 12 de janeiro de 1892, a pedido do povo de Comandatuba³³, a missão seguiu para lá e, pelo que consta, correu tudo dentro do planejado pelo vigário Badaró com auxílio dos missionários.

Em 1903, como empenho do Arcebispado da Bahia, para contenção do descomprometimento do laicato em relação à Igreja, ocorreu a inédita visita pastoral de D. Jerônimo Tomé da Silva a Canavieiras e outras freguesias vizinhas. No encerramento da visita

³¹ PEQUENO JORNAL, ano III, nº 561, 16 de janeiro de 1892, s/p.

³² Redação dada pela Emenda Constitucional, de 3 de setembro de 1926.

³³ Hoje, distrito do município de Una, BA, distante 43,5 Km da cidade de Canavieiras, BA.

pastoral do arcebispo, o vigário Badaró, como é de praxe, apresentou um relatório canônico sobre seu paróquio em Canavieiras, desde 1889. Não sabemos como, mas a imprensa de Canavieiras soube do conteúdo desse relatório, no qual o vigário Badaró relatava fatos desagradáveis sobre os paroquianos ao arcebispo.

Esse relatório era de cunho sigiloso, mas a imprensa local o publicou e a população da cidade se revoltou contra o vigário Badaró. Pelas fontes analisadas até o momento, não se sabe qual foi esse conteúdo, esse relatório não foi encontrado em nenhum periódico local da época. Constam somente notas de repúdio do povo ao vigário Badaró na imprensa, e um abaixo-assinado ao arcebispo pedindo sua remoção da Freguesia de Canavieiras, dentre outros.

PELA PAROCHIA

Corre entre os habitantes deste município uma representação dirigida ao exmo. e revm. Sr. Arcebispo da Bahia, pedindo a remoção do padre Francisco Fernandes Badaró, vigário desta freguezia, em consequência dos últimos acontecimentos motivados pelos dizeres e referencias ao povo de Cannavieiras, em seu relatório apresentado a d. Jeronymo, em Janeiro por ocasião de sua visita pastoral ao sul do Estado. Prometemos publicá-la da integra (MONITOR DO SUL, ano II, nº 114, 5 de abril de 1903, p. 2).

Poucos dias após a publicação da notícia sobre o abaixo-assinado, o vigário Badaró assim se manifestou por meio de o *Monitor do Sul*.

DESPEDIDA

O Vigário Badaró aos seus amigos

Achando-me, a quasi um mez, gravemente doente dos olhos de modo a me ver privado de exercer os sagrados misteres parochiaes, sigo para a Capital, a conselho do meu médico assistente e ahi demorar-me-ei o tempo exclusivamente preciso para meu completo restabelecimento. Na impossibilidade de ir pessoalmente levar as minhas despedidas a aquelles a ellas têm direito e a quem sou extremo grato pelas finezas que me têm dispensado nessa crise a mais penosa da minha vida, faço-o por este meio offerecendo-lhes alli os meus exíquos préstimos e peço-lhes que acceitem em retribuição o meu enovídavel reconhecimento. Cannavieiras, 16 de Abril de 1903 (MONITOR DO SUL, ano II, nº 118, 19 de abril de 1903, p. 2).

Finalmente, dias depois, o *Monitor do Sul* publicou a representação seguida de assinaturas, somente de homens de diversas classes e ocupações; e depois, na íntegra, o motivo da repulsa do povo canavieirense ao vigário Badaró:

REPRESENTAÇÃO

Conforme ha tempos promettemos, damos hoje publicidade a representação dirigina ao exmo. e revmo. sr. d. Jeronymo Thomé da Silva, arcebispo metropolitano da Bahia e primaz do Brazil, pelo commercio, lavoura e demais classes componentes destte município, impetrando a remoção desta parochia do illmo. e revmo. sr. padre Francisco Fernandes Badaró, vigário desta freguezia de S. Boaventura do Poxim de Cannavieiras.

Ei-la:

Illmo. Exm^o Rvm. Sr. Arcebispo da Bahia e Primaz do Brazil.

Os abaixo assignados representantes de todas as classes de Cannavieiras e seus arredores, vem perante v. exm^a. revma., impetrar a graça de ser removido d'esta Freguesia de S. Boaventura do Poxim de Cannavieiras, o Reverendo Padre Vigário Francisco Fernandes Badaró. (Seguem-se assinaturas (MONITOR DO SUL, ano II, nº 124, 10 de maio de 1903, p. 1, grifo nosso).

No mesmo número vem a público o motivo pelo qual a população de Canavieiras repudiou o vigário Badaró, pelo que este escreveu a D. Jerônimo em sua visita pastoral a Canavieiras, em fevereiro de 1903. Essa nota³⁴ foi publicada na primeira página de o *Monitor do Sul*, em 1903, e seguia o abaixo-assinado de homens da cidade. Na maioria, grandes fazendeiros e políticos com seus respectivos títulos e ocupações, como: “Augusto Luiz de Carvalho – intendente; dr. Salustiano Vianna, presidente do conselho; Macario Ignacio da Costa, conselheiro Municipal”³⁵; dentre outros.

A carta publicada em primeira página acusava a conduta reprovável da ação pastoral do vigário Badaró. Dentre as diversas reclamações, a que mais chamou a atenção e provocou os sentimentos de indignidade na população foi o episódio ocorrido em uma missa, na qual foi ministrado aos fiéis o sacramento da Crisma. Nessa mesma missa, um fiel ofertou uma moeda de pequeno valor, o que provocou a ira do vigário Badaró, que tirou a mesma moeda do recipiente de ofertas e, no meio de todos, jogou-a ao chão. As ações extremadas do vigário Badaró, tendo por ápice esse triste episódio da moeda, demonstrava desde já o desgaste pastoral de sua permanência de quatorze anos à frente da Freguesia de São Boaventura, da qual foi removido pelo arcebispo depois do conhecimento do lamentável episódio.

2.3 O cônego Bemvindo Teixeira e sua ação pastoral renovadora

Com a saída do vigário Badaró, assumiu a Freguesia de Canavieiras, em julho de 1903, durante a festa do padroeiro São Boaventura, o cônego Bemvindo Teixeira:

No domingo, ás 9 horas da manhã, tomou posse na igreja matriz desta freguesia o ilmo. e revmo. sr. cônego Bemvindo Cândido Teixeira que trouxe a Provisão que lhe foi concedida pelo exmo. revmo. sr. arcebispo d. Jeronymo Tomé da Silva, Arcebispo metropolitano da Bahia e Primaz do Brasil.

O Cônego Bemvindo lançou convites para assistirem o acto de posse a todas as sociedades locais, irmandades e auctoridades civis e políticas do município.

Dar-lhe-ha posse o ilmo. e revmo. sr. padre Júlio Barreto, digno vigário de Belmonte.

³⁴ Ver Apêndice F.

³⁵ MONITOR DO SUL, Canavieiras: BA, ano II, nº 124, 10 de maio de 1903, p. 1.

- O Conego Bemvindo Teixeira tem resado as novenas ao glorioso S. Boaventura e na quinta-feira convidou aos seus parochianos para a organização da irmandade do santíssimo Coração de Jesus.

Se nos fôra permittido omiscuir nos actos ecclesiasticos, rogaríamos a s. ex. reverendíssima que procurasse organizar uma irmandade de S. Boaventura, padroeiro desta freguesia, para que esta irmandade com os auxílios e esforços de todos os paroquianos, procurasse levar avante a ideia de construção de uma nova matriz mais condigna de nosso meio e mais traductora dos nossos sentimentos religiosos; pois que quando o fizermos teremos a dita de vir pontificar a primeira missa o Arcebispo da Bahia, conforme nos prometeu quando em sua visita das officinas do *Monitor do Sul* e que pelo seu redactor chefe foi lançado o alvitre da confecção de um novo templo (MONITOR DO SUL, ano II, nº 140, 12 de julho de 1903, p. 2).

Segundo informações do Livro de Tombo da Freguesia de São Boaventura, volume 1 (1949-1960, p. 7), o cônego Bemvindo Teixeira fundou o Apostolado da Oração em Canavieiras no dia 4 de setembro de 1903, promovendo a renovação na participação dos fiéis no novo século que se iniciava, o Apostolado da Oração da Freguesia de Canavieiras era predominantemente formado por mulheres, de diversas classes sociais e etnias. Em 1910, chegou pelo porto de Canavieiras, a imagem do Sagrado Coração de Jesus, com 1,60 metros de altura, encomendado pelo Apostolado a um atelier de arte sacra na França, a imagem foi conduzida em procissão, do porto até a antiga igreja matriz, onde foi entronizada sob forte comoção popular, como aponta fontes hemerográficas do período³⁶. A figura 7, é um exemplo da força e do *status* que o Apostolado representava aos fiéis que a compunham. Tendo o apoio irrestrito da elite eclesiástica, a composição da fotografia, de autoria do lendário fotógrafo Teophilo Mourranhy, nos apresenta um exército em ordem de batalha: à frente a hierarquia eclesiástica (bispo e padres), atrás os soldados e soldadas, portando estandarte e bandeiras, com olhares de altivez, pronto para a vitória.

³⁶ MONITOR DO SUL, ano IX, nº 567, 21 de agosto de 1910, p. 1 e A RAZÃO, ano III, nº 139, 3 de setembro de 1910, p. 1.

Figura 7 50 anos de fundação do Apostolado da Oração da Freguesia de São Boaventura do Poxim (1953), com a presença do bispo de Ilhéus, D. João Resende Costa, SDB, dos padres João Antal, Luiz e Agostinho Stauder, e do irmão Alberto, e grande número de associados/as, nas escadarias da nova igreja matriz de Canavieiras, Bahia.



Fonte: Livro de toambo, vol. 1 (1949-1960). Foto: Teophilo Mourranhy (Canavieiras, BA).

Fundado pelos jesuítas na França em 1849, sob a aprovação pontifícia do Papa Pio IX, o Apostolado da Oração chegou ao Brasil, sendo difundido de norte a sul do país, agregando novos associados através da espiritualidade e devoção ao Coração de Jesus. Sobre o surgimento do Apostolado no Brasil, nos diz a historiadora Kátia Mattoso (1992),

a devoção ao Sagrado Coração de Jesus, praticada sobretudo na primeira sexta-feira do mês, foi introduzida na década de 1870 pela Associação do Apostolado da Oração. Ganhou adeptos sobretudo nas cidades, pois exigia a celebração de uma missa e a comunhão ou exposição do Santíssimo durante as nove primeiras sextas-feiras do ano. Muito sentimental, essa devoção tinha muitos traços da religiosidade do próprio povo, estimulando a que todos perseverassem no esforço de fazer jus ao paraíso. (MATTOSO, 1992, p. 406).

O Apostolado da Oração é a única associação religiosa dessa época ainda existente em Canavieiras, completou 118 anos de fundação. As demais, foram deixando de existir, na medida que não mais atraía novos membros, como Pia União das Filhas de Maria, Pia União de Santo Antônio, Associação de Nossa Senhora de Lourdes, Associação das Mães de São José, Cruzada Eucarística, Legião de Maria e Congregação Mariana. Essas associações foram se extinguindo, ao mesmo tempo que novas iam surgindo, mais adequadas às renovações pastorais impostas

pelos documentos conclusivos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965). A partir de 1970, novas associações foram fundadas na Paróquia de São Boaventura, através do fomento da Diocese de Ilhéus, por exemplo: Cursilho de Cristandade, Movimento Eucarístico Jovem, Pastoral da Juventude, todas sob forte influência da Teologia da Libertação³⁷.

No capítulo III, destacaremos o papel da imprensa em Canavieiras, na cobertura jornalística do espaço religioso católico, que ajudou a denunciar a precarização da velha igreja matriz, e, foi importante veículo para fomentar mudanças em relação a população, imbuída no processo de secularização e laicização do Estado. A imprensa foi, aos poucos, abrindo espaço para os padres exporem seus apelos de pedido de ajuda dos fiéis católicos, além de divulgarem as notícias do movimento pastoral da Freguesia de São Boaventura, nos fornecendo informações do cotidiano religioso local. O nosso objetivo é apresentar uma breve história da imprensa em Canavieiras, no início do século XX, fonte tão importante para nossa trajetória de pesquisa em História.

³⁷ “A Teologia da Libertação é um movimento sócio eclesial que surgiu dentro da Igreja Católica na década de 1960 e que, por meio de uma análise crítica da realidade social, buscou auxiliar a população pobre e oprimida na luta por direitos. Contudo, ao proceder assim, seus adeptos chocaram-se contra o Estado, interesses econômicos e até mesmo a hierarquia da instituição Católica. Com o passar dos anos, mudanças importantes ocorreram em virtude do fim da Ditadura Militar, do fortalecimento de outras crenças religiosas e de uma nova filosofia dentro do catolicismo.” (CAMILO, 2011, p. 1).

CAPÍTULO III - O ESPAÇO RELIGIOSO NA IMPRENSA CANAVIEIRENSE

Lubrica

*Quando eu a vi, esbelta, fascinante,
Entre flocos de sêda, entre brocados
A passos lentos, bela, triunphante
Por entre as galas dos salões dourados,*

*Tive sêde de amor... e a voz tonante
Do desejo, do gozo, ali sonhados,
A seus pés me levou rubro, offegante,
A mente em fogo, os labios ressecados,*

*Ainda arfavam de seu peito as aras,
Do amor colhendo as melopéas raras,
Quando a aurora, beijou-nos, sorridente:*

*E a carne della tanta vez beijada...
Inda tinha na pele nacarada
Uns pruridos de amor de um fogo ardente!*

Benedicto A. Pereira Junior.³⁸

3.1 A cidade de Canavieiras pela imprensa nos anos 1900 e 1910: a busca pelo “progresso”

A cidade de Canavieiras, vivia no início do século XX, grande efervescência política e econômica, por causa da alta rentabilidade da monocultura do cacau, refletido no imaginário local pelo desejo por transformações que desse o formato de civilidade e organização urbana à pequena cidade, inspirados no que já estava acontecendo nas grandes capitais, a exemplo do Rio de Janeiro e Salvador, que consecutivamente, se inspiravam no movimento de progresso e civilidade da cidade de Paris, também conhecido pelo período da *Belle Époque*, conforme argumentamos no capítulo I. Segundo Barbosa e Ambrózio (2015), na Europa,

A fé no futuro da humanidade era patente e os sonhos eram permitidos – o estado geral das coisas conduzia o homem à um glorioso porvir. O grau de desenvolvimento que a sociedade apresentava no século XIX não guardava mais lugar para as antigas formas de organização espacial, era preciso modernizar, dotar de racionalidade e grandeza condizente com o período. É quando a burguesia encontra no espaço a forma de externalizar todo seu desenvolvimento e sua riqueza a partir das reformas urbanas, ou seja, o espaço passa a ser determinado pela técnica, com os fatores influenciadores do mundo natural mitigados. (BARBOSA; AMBRÓZIO, 2015, p. 4).

³⁸ MONITOR DO SUL, Ano II, nº 114, 3 de abril de 1903, p. 1.

Essa burguesia aqui é representada pela elite política, monopolizadora dos destinos da cidade, que obviamente, não incluía nesse escopo a gente simples de Canavieiras, e também, uma outra parte dessa elite, a eclesiástica, devido ao processo de secularização e de laicização do Estado. Nos parece, no caso de Canavieiras, que ser amante do progresso é não mais dá ouvidos às opiniões da Igreja, entendida como arcaica e superada com a República. Sinais desse dito “progresso” na cidade, já era perceptível em melhorias nos anos 1910, mas, como já citamos no capítulo I, Aguiar (1979), apontou nos anos 1880-1883, que a vila “Tem uma casa de câmara, estação telegráfica, e uma velha e estragada Matriz, que até poucos anos a vimos escorada, esburacada, servindo de dormitório a cabras e carneiros”, além de outros relatos que apontavam a precariedade na qualidade de vida e moradia de seus habitantes em fins do século XIX.

Com a elevação de Canavieiras à categoria de cidade, pelo governo da Bahia, em 1891, os políticos republicanos exaltavam os sinais de “progresso” que eles identificavam como, e almejava transformações no espaço urbano da nova cidade. A rivalidade direta era com cidade de Ilhéus, que estava em plenas melhorias urbanísticas, e já dispunha da presença da imprensa na cidade. Em Canavieiras, o trabalho da imprensa, desde 1902, representava para essa elite política um grande símbolo desse almejado progresso, representados na edição de jornais impressos, à serviço dessa mesma elite política, às vezes, também com espaços para a elite eclesiástica, com números circulando uma ou duas vezes por semana, alcançando logo depois, circulação em toda região sul da Bahia, mas, que não refletia em suas notícias a realidade da continuidade da precariedade vivida na nova cidade, que em pouca coisa tinha mudado até então, principalmente em relação à antiga igreja matriz, suscitando o descontentamento dos padres, diante do quadro da falta de compromisso de parte da população às necessidades eclesiásticas.

Em fins dos anos 1910, o fornecimento de energia elétrica gerada por motores, já era oferecido à algumas residências das famílias mais abastadas, aos prédios públicos, à Santa Casa de Misericórdia, por algumas horas, e em dias festivos, iluminava até altas horas da noite. Entre as décadas de 1920-1930, também avançaram as melhorias na estrutura do porto, para atracamento de navios de pequeno e médio porte de passageiros e cargas, impulsionado pelo escoamento da produção de cacau, acompanhado de um comércio de variedades nas proximidades do cais, que era por onde a cidade mercava diversos produtos trazidos de fora em lojas, e em barracas de feira livre, mercava a produção local, na base de hortifrutigranjeiros, pescados, mariscos, e diversas variedades alimentícias e especiarias. Alguns desses

estabelecimentos comerciais, já se tornavam clientes de reclames no jornal da cidade, a partir de 1917.

A imprensa de Canavieiras era composta por tipografias de pertencimento a uma pessoa ou a um grupo político, que às vezes era declarado, outras de forma velada. Eram publicados em dois dias da semana, mantido por publicidades e venda de exemplares, na direção um bacharel, talvez para justificar e atribuir um *status* de qualidade intelectual daquele periódico em circulação, costume muito comum à época. Em nada tinha de agressivo em seus editoriais, com notícias do cotidiano, publicação de festas sociais e religiosas, obituários, notas de cunho político. Em relação às notícias sobre o estado de conservação da velha matriz e construção da nova, foi importante fonte, pois, o livro de tombo paroquial se mostrou pobre neste tipo de informações. As relações sociais e políticas da elite tinham espaço ativo, nesses veículos de comunicação, e a causa de uma nova igreja matriz, uma vez ou outra dava-se espaço. Guedes (2012) assinala para a não reciprocidade nas relações de poder,

Saliente-se que o poder político não deve ser analisado apenas em termos de dominação, mas também de trocas, reciprocidades, pautadas geralmente na crença partilhada da autoridade. Isso significa que o poder depende de uma legitimidade mínima que permita o funcionamento dos arranjos sociais no campo político. (GUEDES, 2012, p. 26).

As relações de troca entre as elites em Canavieiras estavam desajustadas, pois a elite eclesiástica tentava combater com veemência a questão da secularização – verificada no descompromisso da elite política com a Igreja – consequências da laicização do Estado, que provocava contendas, cobranças, e uma imposição de poder por parte da Igreja, que tentava arregimentar novos soldados para sua luta no meio político local. O fato do processo de secularização, não representou, uma mudança drástica, um distanciamento instantâneo das elites políticas e econômicas da Igreja, foi um processo longo e bem representado pela questão da antiga matriz. O descompromisso, a falta de empenho dos fiéis, fossem da elite política e econômica, ou não, fez da antiga igreja matriz um símbolo dessa situação do processo de secularização. A Igreja continuava presente, pois, além de representar um poder espiritual, ela permeava presença nas famílias dessas elites, e essas famílias continuavam indo às missas dominicais, batizando suas crianças recém-nascidas, com o uso do compadrio que fortalecia os laços de interesses políticos e econômico entre as famílias, casando seus filhos, e precisando das exéquias para seus mortos.

Seria generalizar, que a partir do decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890, confirmado pela constituição republicana de 1891, que as elites deixaram de ser católicas, e abandonaram

todos os preceitos e doutrina que seguiram desde que nasceram pela tradição de fé de seus pais. Canaveiras, nesse período, contava com 4.822 habitantes³⁹, em um vasto território municipal e paroquial, onde a Igreja, nessa conjuntura eclesiástica, foi até 1906, como a única instituição religiosa presente, mesmo, com algumas fontes já apontando a presença de pequenos grupos protestantes em seu meio no início do século XX, não tinha perdido, automaticamente, sua influência sobre a maioria da população, começou a perder no restrito número de pessoas, na maioria do sexo masculino, que compunha a elite política e econômica no município. Salientamos do sexo masculino, pois, suas esposas e filhas continuavam agregadas à Igreja, mantendo suas casas e famílias dentro dos parâmetros da fé católica, reforçando o entendimento dos coronéis que a prática religiosa era coisa de mulher.

Esses homens do poderio canavieirense, professavam a fé católica, com ressalvas (o que não é possível), pois, não existe meio termo de ser católico, pois a fé católica não admite contestação de sua doutrina por parte de seus fiéis, o que acontecia era que eles fingiam ser e os padres fingiam acreditar que eles fossem. Era a situação dominante nas relações tênues de poder na cidade de Canaveiras e na região cacauzeira, era uma questão de sobrevivência em tempos de mudança. Os conflitos gerados pelo vigário Badaró, em 1903, foi o melhor exemplo dessas grandes insatisfações da Igreja com a indiferença desses coronéis, políticos e bacharéis da cidade, evidenciado pelo vazamento do relatório canônico, que foi o estopim inicial dessas contendas, testemunhado pela imprensa.

Outro objetivo dessa elite política, era que, com os melhoramentos urbanos no centro da cidade, já nas primeiras décadas do século XX, segregaria mais ainda os pobres do centro da cidade, empurrando-os para a região, hoje, chamada de Capelinha. Um membro dessa elite econômica fez algo diferente. Surge a figura do capitão Ricardo Costa – que sendo um homem de posses e muito piedoso –, construiu uma igreja em honra de Jesus, Maria e José, iniciada com recursos próprios e depois terminada na base de campanhas de arrecadação como bingos e rifas nas festas de largo, sendo frequentada mais pela população pobre, que já habitava seus arredores e promovia festejos religiosos e de largo nessa região da cidade, principalmente no fim de cada ano, provocando o preconceito da elite que os acusava de baderneiros, bêbados e viciados em jogatinas. Era a constituição de outro espaço urbano, longe do centro da cidade, tendo a igreja construída por símbolo principal de justificação das necessidades espirituais da população que morava nas suas proximidades, e que, não se sentiam acolhidas da comunidade paroquial da antiga igreja matriz, por ser considerada a igreja dos ricos da cidade.

³⁹ Segundo o Censo de 1900. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25474.pdf>. Acesso em 8 fev. 2022.

O protagonismo da elite política e econômica nos jornais de Canavieiras, foi identificado, quando algum deles doavam alguma quantia para as obras de construção da nova igreja matriz, ou, efetuavam, raramente, alguma benfeitoria na velha. O jornal promovia a visibilidade desses homens e mulheres da elite, o que seria interpretado pelos seus pares da elite, como uma grande honraria para si e sua família, ao ter o nome na lista de benfeitores das obras da Igreja. Outro exemplo, foi o caso do capitão Ricardo Costa, o grande benfeitor da Capelinha, que amplamente era citado e elogiado pela sua iniciativa, pois os donos de jornais também pertenciam a essa mesma elite, composta, em grande maioria por bacharéis, que além de seus ofícios profissionais diários, exerciam o jornalismo, assumidamente parcial, dando voz à situação (Governo Municipal) ou fazendo política de oposição (Partidos Republicano e Progressista), onde essa oposição possuía jornais declaradamente partidários.

3.2 O jornal “Monitor do Sul”

Neste subitem, apresentaremos a importância do jornal “Monitor do Sul”, principal fonte hemerográfica que publicou uma série de denúncias pela precária situação, em meio a outras notícias sobre o cotidiano da freguesia, da nova cidade e de todo município de Canavieiras, inclusive atritos entre a elite eclesiástica e a elite política local. O caso do jornal “Monitor do Sul” como sendo uma das mais importantes fontes de pesquisa para essa problemática em torno do caso da antiga igreja matriz de São Boaventura, não nos deixa iludidos quanto aos seus interesses implícitos nas notícias publicadas.

Em seu cabeçalho, como lema, em 1908, assumiu que era “Folha consagrada aos interesses do município”. Quais interesses municipais defendiam? Quais interesses tinham em noticiar o estado calamitoso da velha matriz? Seu redator ou proprietário eram católicos comprometidos? Luca (2015), nos direciona conceitualmente nessa indagação do cuidado do historiador que usa o trabalho da imprensa como fonte documental, citando o historiador Jean Glénisson,

que comentou os procedimentos críticos demandados pelos jornais, ponderando que estes sempre se revestiam de “complexidade desanimadora. Sempre será difícil sabermos que influências ocultas exerciam-se num momento dado sobre um órgão de informação, qual o papel desempenhado, por exemplo, pela distribuição da publicidade, qual a pressão exercida pelo governo”. (LUCA, 2015, p. 116).

A autora diz que Glénisson endossou as palavras de outro historiador Pierre Renouvin,

que insistia na importância crucial de se inquirir a respeito das fontes de informação de uma dada publicação, sua tiragem, área de difusão, relações com instituições políticas, grupos econômicos e financeiros, aspectos que continuavam negligenciados seja pelos historiadores que recorriam à imprensa, seja pelos que se dedicavam a escrever sua História. (LUCA, 2015, p. 116).

Devemos nos ater a criticidade às fontes hemerográficas da nossa pesquisa, para não nos alienarmos a elas como palavra final, verdade irrepreensível sobre uma problemática que almejamos fazer a História. Devemos sempre investigar. Os jornais de Canavieiras não são diferentes dessa preocupação levantada por Luca (2015), pois, os periódicos pesquisados eram chefiados sim, por partidos políticos, grupos econômicos anônimos, e por personalidades de grande vulto social na elite cacauzeira de Canavieiras. Em cada discurso publicado poderá existir uma mensagem subliminar, e não queremos passar despercebidos do cunho dessas intenções, das jogadas políticas, em meio ao processo de secularização da sociedade, e, que, de certa maneira, influenciaram diretamente no decorrer do processo construtivo de uma nova igreja matriz, por uma cidade regenerada, uma cidade bela e moderna.

Continuando, sobre ter jornais como fontes históricas, Barros (2020), nos apresenta mais um pertinente procedimento metodológico sobre a diferença que separa os dois mundos jornalísticos:

Quando temos jornais como fontes históricas, um primeiro procedimento para delimitar o lugar de produção de nossas fontes é situá-las em relação a estas grandes “unidades de época” que separam dois mundos jornalísticos: o mundo voluntarioso e mais regular nos jornais opinativos e polemistas ainda com impressão em pequena escala, contando com equipes pequenas para a sua elaboração (às vezes apenas um ou dois jornalistas), e o mundo jornalístico em que assume o centro do cenário uma Grande Imprensa, com seu maquinário, capaz de produzir impressão em larga escala e abarcar um universo muito amplo de leitores, e já com uma sofisticada divisão de trabalho expressa por uma agitada redação da qual participam muitos jornalistas, profissionais e técnicos. (BARROS, 2020, p. 67).

No caso do jornal “Monitor do Sul” seria entre 1902-1908, um jornal de circulação mais local, com pequena oficina e equipe reduzida, pois de 1908-1913, já expunha em seu cabeçalho que seria “o jornal de maior circulação no sul da Bahia”. Segundo a citação de Barros (2020), o “Monitor do Sul” durante sua existência na cidade de Canavieiras, de 1902-1913, tramitou nesses dois mundos do jornalismo, começou modesto e depois ampliou sua estrutura física com maquinário e pessoal mais qualificado, sendo a tipografia, não sabemos se era a única, de maior procura na cidade de Canavieiras e região. Decerto, à realidade de Canavieiras, o “Monitor do Sul” alcançou uma magnitude de produção e de circulação muito grande, mas, não se

comparava aos grandes jornais de Salvador, o modelo a ser seguido e alcançado em qualidade e excelência de produção jornalística.

Outro exemplo de jornal de pequena escala, voltado mais para o perfil opinativo e polemista, voltado declaradamente para a militância política, foi o jornal “O Seabrista”, órgão do partido republicano em Canavieiras, que somente encontramos o primeiro número do ano I. Surgiu em apoio irrestrito a José Joaquim Seabra, mais conhecido com J. J. Seabra, candidato à presidência da Bahia, ao marechal Hermes da Fonseca, na época, ministro de Estado da Guerra e candidato à presidência da República, e a Wenceslau Brás, presidente de Minas Gerais, e candidato à vice-presidência da República. Tudo indica que “O Seabrista” circulou até o número 17, sendo transformado em 1910, no jornal “A Democracia”, órgão do partido Democrata Republicano em Canavieiras, que 1911, passou a ser o partido Republicano Conservador, continuando a apoiar J. J. Seabra na política baiana, já que ele continuava em campanha como candidato à presidência da Bahia.

Voltando ao “Monitor do Sul”, pesquisamos e catalogamos, através de anotações em fichas e fotografias digitais, a coleção do jornal do ano II, do nº 114, de 5 de abril de 1903 ao ano XII, nº 709, de 21 de setembro de 1913, exemplares disponíveis, à época, no setor de periódicos raros, do acervo da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, na cidade do Salvador. Nesta coleção não havia os números do ano de 1909, pressupomos, que sua fundação tenha sido em 1902, e não sabemos até qual ano circulou na cidade de Canavieiras e região. Nos números do mês de abril de 1903, em seu cabeçalho, assim informava: *“MONITOR DO SUL – Propriedade de uma associação – Redactor-chefe: Dr. Eduardo Campos – Publicação nas Quintas-feiras e Domingos – Pagamentos adiantados.”* (MONITOR DO SUL – Ano II, nº 115, de 9 de abril de 1903). Eduardo Campos era médico e jornalista, foi redator e chefe do jornal até pouco antes de sua morte em 1908, quando aparece no cabeçalho do jornal novo proprietário Antônio Nunes, e como redator “vários”.

No cabeçalho do jornal “Monitor do Sul” em um número do ano de 1908, continha informações importantes sobre seu expediente: proprietário, redatores, endereço postal e telegráfico, número da tiragem, e, lema (slogan): *“Folha consagrada aos interesses do município”*, logo abaixo propaga que é o jornal de maior circulação no sul da Bahia, oferecendo serviços tipográficos de diversas qualidades. No ano de 1910, o “Monitor do Sul” modifica seu *slogan* acrescentando que, além de ser um órgão consagrado aos interesses do município de Canavieiras, também era de toda a região sul do estado da Bahia, dando sinais de que era distribuído e lido em outras cidades da região. Nos anos seguintes 1911, 1912 e 1913, continua publicando com a mesma organização e diagramação. Chama-nos a atenção, que entre 1903-

1913, não existe a publicação de imagens fotográficas em seus números, somente adornos tipográficos, xilogravuras voltadas para propaganda de lojas ou de produtos específicos, como da Padaria Rosita, de propriedade de Francisco Marinho da Costa⁴⁰, Loja Guerreiro, tendo como representante Januário de Oliveira⁴¹.

Apontamos, os curiosos reclames tendo bispos, como garotos-propaganda, como o da Emulsão de Scott, tendo a indicação, o testemunho e bênção de D. Ricardo Casanova y Estrada, médico e arcebispo da Guatemala⁴², e, do xarope Bromil, do Laboratório Daudt & Lagunilla, do Rio de Janeiro, que doou lote do medicamento para as ações sociais de D. Cláudio José, arcebispo de Porto Alegre, RS, onde o mesmo testemunha, em carta de agradecimento ao proprietário João Daudt, a doação e a eficácia do produto, verificado entre as pessoas pobres que receberam o remédio, e da cura de uma bronquite de anos que assolava a vida de um seminarista da arquidiocese gaúcha desde a infância⁴³. A elite eclesiástica, nesse exemplo, serviu-se de objeto de peças publicitárias da indústria farmacêutica, em troca de doações para as obras sociais dos dois bispos citados, em países e realidades diferentes, mas, mesmo num mundo secularizado, no imaginário religioso de quem lia tais propagandas, nos anos 1910, haveria de duvidar da eficácia do medicamento, testemunhado por dois bispos da Igreja? Certamente não.

3.3 As notícias de “Monitor do Sul” (1903-1913)

A imprensa foi o importante símbolo de avanço no início do século XX, com a fundação do jornal “Monitor do Sul”, provavelmente em 1902, fazendo com que a Canavieiras do novo século que se iniciava, fosse introduzida nos planos de progresso, que tanto permeava o imaginário dos políticos e elites locais e regionais à época. A cidade que já contava com o serviço telegráfico, e obviamente, o postal, não sabemos desde quando, agora tinha um jornal local, complementado com as notícias do Brasil e do mundo, através dos jornais da cidade da Bahia⁴⁴ e do Rio de Janeiro, que chegavam pelos navios que atracavam no porto de Canavieiras semanalmente, trazendo e levando passageiros, mercadoria e escoando o cacau para o porto de Ilhéus e de lá para o mundo.

⁴⁰ MONITOR DO SUL, Ano III, nº 262, 15 de setembro de 1904, p. 4.

⁴¹ MONITOR DO SUL, Ano XII, nº 674, 15 de dezembro de 1912, p. 4.

⁴² MONITOR DO SUL, Ano X, nº 595, 12 de março de 1911, p. 2. Ver anexo D.

⁴³ MONITOR DO SUL, Ano XII, nº 677, 5 de janeiro de 1913, p. 3. Ver anexo E.

⁴⁴ Como os baianos do interior do estado se referiam, ou ainda se referem à capital: cidade da Bahia, cidade de São Salvador da Bahia, cidade do Salvador, ou simplesmente, Salvador.

Essa sociedade e seu cotidiano é que estão presentes nos números de o “Monitor do Sul”, entre 1903-1913, em notícias em geral, notas sociais e religiosas, de festejos carnavalescos, prestações de contas e propagandas comerciais. Também existiu espaço para polêmica, como já citamos no capítulo II, do caso do Vigário Badaró em 1903, e do vazamento do relatório canônico escrito pelo vigário e entregue a D. Jerônimo, arcebispo da Bahia, em visita pastoral a Canavieiras, no qual constava a insatisfação do vigário Badaró com os fiéis canavieirenses, fato que tal conteúdo vazou e se espalhou pela cidade. Resultado, confusão, bate-boca, abaixo-assinado ao arcebispo da Bahia exigindo a saída do vigário Badaró da Freguesia de São Boaventura, artigos de protestos contra o vigário publicados no “Monitor do Sul”, e o vigário foi removido de Canavieiras por ordem do arcebispo.

O “Monitor do Sul” também era veículo de denúncias contra práticas execradas pelas elites política e eclesiástica, sempre no discurso de manter a ordem e os bons costumes na cidade. Parece-nos, neste caso, em Canavieiras, que a questão da secularização da sociedade e laicização do Estado, se arrefecia, quando o propósito era de perseguir o que fugia do arquétipo da religiosidade cristã. Em alguns números de 1903, foram verificadas notas contra as rodas de samba, movimentação na zona de prostituição, e até, da existência do Candomblé, assim noticiado em primeira página:

Relato de pessoas criteriosas (afirmam)⁴⁵, que no Jundiahy, funciona um candomblé, que já vem arrastando mães de família, esposas e virgens de confabulações de tão deponente e selvagem espetáculo. O alferes Cova, zeloso como tem sido no empenho de seus deveres, procurará exterminar tal assembléia⁴⁶. (MONITOR DO SUL, Ano II, nº 186, 20 de dezembro de 1903, p. 1).

Canavieiras era uma sociedade para poucos, o jornal “Monitor do Sul” testemunhava em seus números notícias da elite, representada na religião, nos festejos cívicos e carnavalescos. Essa mesma elite, fazia questão de terem seus nomes estampados nas notícias, em busca de uma maior publicidade e reconhecimento social. A maioria das notícias publicadas no recorte de 1903-1913 são de cunho cultural e religioso, como exemplo: carnaval, Semana Santa, festa do 2 de Julho⁴⁷, festa de São Boaventura, festa de padroeiro nas fazendas.

Críticas ao lastimável estado de conservação da antiga igreja matriz de São Boaventura e a fundação do Apostolado da Oração na Freguesia de São Boaventura do Poxim (1903), campanha de construção da igreja da Capelinha (1904), alerta sobre a epidemia da varíola

⁴⁵ Grifo nosso.

⁴⁶ Optamos por manter a grafia original do documento.

⁴⁷ Data magna baiana, 2 de julho de 1823 – Término da guerra da independência do Brasil na Bahia.

(1905), os dois anos da existência da Igreja presbiteriana em Canavieiras (1906), o cometa Halley (1907), a morte de Eduardo Campos, dono do jornal “Monitor do Sul” (1908), fundação do Instituto Imaculada Conceição e da chegada da imagem do Sagrado Coração de Jesus da Europa (1910), chegada dos padres para realizar missão e a benção da primeira pedra fundamental da nova igreja matriz de São Boaventura (1911), apelos do padre Justino José de Sant’Anna para angariar doações para se construir a nova matriz, e, publicação da resolução nº 191, de 8 de julho de 1912, doando do município para a Igreja novo e amplo terreno para a matriz que se estava construindo (1912), notícia sobre construção de teatro na cidade, mais artigos de apoio à construção da nova igreja matriz, publicação de balancetes das doações já recebidas (1913).

Foram acontecimentos que refletem o que essa sociedade vivia, ou, ao menos, o que ela fazia questão de publicizar. As fontes hemerográficas aqui relatadas, longe de imparcialidade, mostrava o que era de seu interesse nas páginas do “Monitor do Sul”, refletiam seus preconceitos, o modelo de sociedade ideal que buscavam manter e transformar com benesses para um grupo restrito. Havia outros valores e certamente, nesse caso, nesse recorte, a Igreja não foi contemplada, o estado de mal conservação da antiga matriz, e a dificuldade para se construir e concluir a nova. O papel da imprensa em Canavieiras na denúncia da precarização da velha igreja matriz, foi importante para fomentar transformações no imaginário local, no que tange na tomada de decisões para a resolução do problema de se construir uma nova. O jornal “Monitor do Sul” desde o ano de 1903 vinha falando da situação deplorável que a velha matriz de encontrava na Semana Santa daquele ano:

Nesta, entretanto notamos tudo quanto possa indicar o desprezo e o desleixo do encarregado dos misteres de zelal-a e acecial-a. Os altares não apresentava uma cobertura preta, o Senhor Morto, estava em baixo do altar Mór sem um círio acceso e para constraste no centro da egreja havia um enorme formigueiro. Tudo em abandono, a matriz de portas abertas sem ter uma pessoa que velasse pelo respeito e decoro necessários a casa de Deus. (MONITOR DO SUL, Ano II, Nº 116, de 12 de abril de 1903, p. 2).

Com o exemplo acima, podemos entender a situação posta e o desafio de tentar sofisticar a cidade num futuro bem próximo. Nos anos seguintes, iniciaram-se tentativas de organização por parte da Igreja, sem contar com o Estado brasileiro para tanto, de ações para implementar meios de se construir a nova igreja matriz com o empenho da elite local, o que foi frustrante anos depois. Devido à questão da secularização, o dinheiro do cacau nunca financiou com facilidade as obras de construção da nova igreja matriz, se o deu, foi de tostões em tostões, uma doação ali outra aqui, o que refletiu em longas paralisações e desânimo nas obras de construção

do novo templo. Não houve um “milagre econômico” para se construir igrejas. Nada foi da noite para o dia nessa região, só a exemplo, foram três tentativas de bênção da pedra fundamental e o decorrer letárgico coletivo de vinte anos para a conclusão da obra, não sendo pior, porquê a imprensa dava espaço e visibilidade à causa dos padres em favor da nova igreja matriz, não sabemos a que custo e favores.

3.4 O jornal “A Razão” (1908-1912)

“A Razão” surgiu em 1908 e concorria com o “Monitor do Sul” em Canavieiras. Se dizia propriedade de “uma *empresa*”, tendo por gerente João Espinheira da Costa, tendo por lema “*Orgam* político e noticioso”. Em 1909 denuncia abertamente o negacionismo do poder público municipal, que afirmava a erradicação da epidemia de varíola em Canavieiras, quando o jornal denunciou a morte de mais pessoas da mesma doença, e ainda ameaçou provar diante das autoridades o que havia publicado. Em 1912, último exemplar encontrado, já assumia também, como lema “*Orgam* do Partido Republicano”. Tudo indica que políticos do partido Democrata Republicano, do partido Republicano Conservador, e finalmente partido Republicano, são o mesmo grupo partidário, mudando somente de nome, conseqüentemente, fundando jornais como “O Seabrista” (1909-1910), transformado em “A Democracia” (1910-1911), depois, comprando e refundando o jornal “A Razão”, a partir de 1912, ano da sua última edição encontrada.

As notícias de ‘A Razão’ viam na mesma linha editorial do jornal “Monitor do Sul”, mas, devemos a ele a notícia mais importante das ações pastorais dos padres para movimentarem os fiéis em prol da construção da nova matriz que iria se iniciar em 1912. Trata-se da mítica noite de lua cheia, amplamente lembrado pelos antigos moradores, do descarrego de pedras pela população, das canoas atracadas no cais do porto, para se levar ao terreno da nova matriz onde se iria dar início à construção de seu alicerce com as pedras doadas pelos moradores das margens do Rio Pardo⁴⁸, como contribuição e adesão à campanha liderada pela Igreja, na finalidade de se construir a nova igreja matriz de São Boaventura.

Em sentimento de festa, descarregaram e carregaram as pedras para o terreno que viria ser doado efetivamente pelo município somente no ano seguinte, 1912, por boa parte da população envolvendo a participação de homens, mulheres e crianças, de várias classes sociais, segundo a fonte hemerográfica, seguido de jantar e muitos gritos de vivas.

⁴⁸ Ver fotografia do anexo G.

A Nova Matriz

Para as obras da nova matriz que terão começo em o mez de Setembro do corrente anno chegaram a esta cidade na tarde de quarta feira 19, cinco canoas com pedras, obtidas no Rio Pardo, pelo revmo. missionário, d. Bertino . Aqui chegadas as canoas, foram o revmo. d. Bertino e os canoeiros recebidos pela Commissão das obras do novo templo catholico, aos quaes foram offerecido magnífico jantar, às expensas do commercio desta cidade e da mencionada Commissão, durante o qual foram erguidos vivas a d. Bertino, aos canoeiros, aos moradores do rio Pardo e de Cannavieiras ao nosso commercio e à Commissão das obras do novo templo. Às 5 horas da tarde, foram descarregadas e carregadas as pedras por grande multidão de pessoas, em cujo meio vimos distinctas e respeitáveis senhoras, senhoritas, meninos e muitos cavalheiros do nosso escol social. Apresentarem-se, também, incorporados 12 carroceiros com os respectivos vehiculos enfeitados e que muito ajudaram na conducção das pedras. Segundo nos dizem, outras canoas irão aqui chegando até Agosto, offerecidas pelos habitantes do Rio Pardo. (A Razão, ano IV, nº 157, 28 de janeiro de 1911, p. 1)

Foi também pelo “A Razão” que em 1911, foi fundada em Canavieiras a Sociedade de São Vicente de Paulo, que na cidade adotaram o nome de Sociedade São Boaventura, com a seguinte diretoria eleita: Engenheiro João Marques de Souza – Presidente; Pharmacêutico Clodoaldo Carvalho de Britto – Vice-presidente; Bacharel Ulysses M. Menezes – Vice-presidente; Deoclides Garcia – Secretário; e Astolpho França – Tesoureiro. Essa Sociedade São Boaventura supostamente, foi uma associação masculina religiosa criada para começar a angariar fundos para a nova matriz, pois a maioria dos nomes citados eram dos mesmos que compuseram a comissão criada por D. Jeronymo Tomé da Silva, em sua segunda visita pastoral, em 1908.

3.5 O jornal “A Reforma” (1913-1917)

Em 15 de novembro de 1913, é lançado o primeiro número do jornal “A Reforma”, se declarava órgão do governo municipal de Canavieiras. Foram encontrados no Setor de Periódicos Raros, alguns números entre os anos de 1913-1917, ano I ao ano IV. Em seu primeiro número, a manchete tinha por título “A REFORMA – o escopo do Município, fazendo-a surgir à luz da publicidade”, artigo de cunho ufanístico, em torno das comemorações do aniversário de 24 anos da instauração da República no Brasil, assim se referia ao fato,

O Município de Cannavieiras, parte componente ‘desse todo immenso, que abração o Amazonas e o Prata, a Pátria brasileira que, altiva e sobranceira, commemora hoje, admirada de seu progresso e civilização, o 24º anniversario da sua emancipação política, proclamada em 1889, após uma lenta germinação democrática, pelo Exército,

pela armada e pelo Povo, sem as transfusões recíprocas de sangue entre o regime decahido e os aspirantes à liberdade [...]”.⁴⁹ (A REFORMA, 1913, p. 1)⁵⁰

Lamentamos, que muitos brasileiros e brasileiras, ainda acreditem que o sistema republicano tenha sido instaurado dessa maneira ufânica, conforme a narrativa de inauguração de ‘A Reforma’ em 1913, principalmente nos dias atuais, onde existe e impera o negacionismo e extremismo institucional, sufocando as possibilidades de diálogo nas dissensões sociais tão afloradas nesses tempos de pandemia da Covid-19. O artigo de ‘A Reforma’ afirma que a República trouxe paz e liberdade democrática, que sabemos, nunca foi uma realidade ampla para o povo brasileiro, nas diversas e divididas classes sociais, na instável história da República dos Estados Unidos do *Brazil*.

Sabemos, pois, que a República foi instaurada por um golpe militar do Exército brasileiro, liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca, homem de extrema confiança do imperador D. Pedro II (1825-1891), fomentado e apoiado pela elite (como ocorre em qualquer golpe de Estado), elite escravocrata e indignada com as perdas de privilégios culminado em 1888, sem participação alguma popular, conforme o historiador José Murilo de Carvalho (2004) afirma, citando a clássica frase de Aristides Lobo em seu livro: “*o povo assistiu bestializado à proclamação da República*”, fato inaugurador de uma era de instabilidades, com outras tentativas de golpes dentro do golpe, com alternância de militares e civis no poder da República, como haveria de transcorrer outros golpes militares, ou, civil-militar, durante o século XX.

Há um discurso de um pequeno grupo que apoia o atual presidente da República, que defende mais uma intervenção das Forças Armadas, em prol do mandatário do executivo federal, contra as outras esferas dos poderes constitucionais da República, a exemplo do Supremo Tribunal Federal, infelizmente, baseados em um discurso de ódio, de desrespeito às liberdades democráticas, de perseguição de minorias e de tentativa de silenciamento da imprensa, do desmonte das estruturas educacionais, de preservação ambiental, da falta de financiamento da pesquisa em todas as áreas de conhecimento, com maior foco nas Ciências Humanas, e, por fim, agora, de desmonte da cultura nacional, e da negação a efetividade de proteção da vacinação infantil contra a Covid-19. Discurso, infelizmente, apoiado por diversas denominações religiosas cristãs, representadas no Congresso Nacional, pela bancada evangélica, e, inclusive de muitos parlamentares católicos, rechaçados veemente pela

⁴⁹ Optamos em transcrever as notas do jornal ‘A Reforma’ preservando a grafia original, e grifando em itálico, para melhor diferenciar do texto do artigo.

⁵⁰ A REFORMA, Ano I, nº 1, de 15 de novembro de 1913, p. 1.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que neste discurso contra às liberdades democráticas, afirma, a instituição, não representar a voz da Igreja nos interesses nacionais⁵¹.

O jornal ‘A Reforma’ claramente se declarava a voz da intendência municipal canavieirense, e consecutivamente, do seu intendente municipal e gabinete de governo. Um jornal institucional. O imaginário dominante nesse período, anos 1910, era de que a República era o ápice evolutivo político de uma nação, e, ainda era forte o discurso de que a monarquia era sinônimo de atraso e supressão de liberdades, juntamente a ela, estava o processo de secularização e laicização, onde a Igreja estava se reorganizando internamente, depois da separação do Estado, ao mesmo tempo que sentia na pele, a dificuldade de manter o domínio hegemônico sobre seus fiéis em Canavieiras, agravado mais ainda com a chegada dos protestantes à cidade, à época.

Enquanto na presidência da República, entre o recorte de 1913-1917 de ‘A Reforma’, os presidentes foram o marechal Hermes da Fonseca (1910-1914), e, o advogado Venceslau Brás (1914-1918). Na presidência da Província da Bahia, já governava o advogado José Joaquim Seabra (1912-1916), e depois, o advogado e jornalista Antônio Muniz Sodré de Aragão (1916-1920). Em Canavieiras, até a resolução nº 191, de 8 de julho de 1912, da doação do terreno do patrimônio municipal para a nova igreja matriz que se estava construindo, publicado pelo jornal ‘Monitor do Sul’, o intendente municipal era João de Deus Ramos (1912-1915), depois, Wulter Pereira de Castro (1916-1917), sucedido por Romero Estellita (1917-1920).

Não podemos aferir, o nível da representatividade alcançada pelo jornal ‘A Reforma’ na cidade de Canavieiras e região, mas, certamente percebemos a tendência de seu editorial e prioridade de formação de opinião de seus leitores. No recorte em questão 1913-1917, algumas transformações em nome desse “progresso” ocorriam em Canavieiras e região. Embora, aprofundaremos mais sobre isso no capítulo IV, não poderíamos dispensar de citar um exemplo contundente desse “progresso” na região por parte da Igreja, que contemplava também os interesses da elite política e econômica.

Em 20 de outubro de 1913, foi divulgado pela Nunciatura Apostólica no Brasil, com sede no então Distrito Federal - Rio de Janeiro, a decisão do Papa, São Pio X (1903-1914), de divisão da extensa Arquidiocese de São Salvador da Bahia, a única na Província da Bahia desde 1676⁵², em três novas dioceses no interior, com sede nas cidades de Barra, Caetitê e Ilhéus,

⁵¹ Ver nota da CNBB: “A IGREJA CATÓLICA NÃO FAZ BARGANHAS”, de 06 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Nota-de-Esclarecimento-CNBB-Comunicac%CC%A7a%CC%83o-Signis-e-RCR.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2022.

⁵² RIBEIRO, 2013, p. 18.

sendo que Ilhéus seria a mais promissora devido aos recursos financeiros da produção de cacau, que ajudou a rápida formação do patrimônio do futuro bispado, instalado com a posse do primeiro bispo D. Antônio Manoel de Paiva em 1915⁵³. A presença de um bispado na cidade de Ilhéus, com circunscrição eclesiástica abrangendo todo território da região sul da Bahia, efetivava o início da reorganização interna da Igreja na Bahia, representava para a elite local a sua emancipação para relações mais estreitas com a Igreja, que mesmo em tempos de secularização, ainda mantinha, em partes, seu poder eclesiástico sobre a sociedade sul baiana.

A Freguesia de São Boaventura do Poxim de Canavieiras passou a fazer parte da nova Diocese de Ilhéus com a nova organização da Igreja, e tinha por pároco, o padre Justino José de Sant’Anna (1878-1958), empossado em 1912, dando início às obras de construção da nova igreja matriz de São Boaventura, em um terreno amplo, doado pelo município através de resolução aprovada pela Câmara Municipal e sancionada pelo intendente, João de Deus Ramos, em 8 de julho do mesmo ano⁵⁴. Era a Igreja, a elite eclesiástica, querendo tomar parte desse “progresso”, para começar a resolver o impasse na questão da velha matriz, que estava em situação crítica há décadas, e o início da realização do desejo antigo de se construir uma nova.

‘A Reforma’ testemunhou esse início de construção da nova igreja matriz, símbolo das reformas urbanísticas que a municipalidade de Canavieiras iria fomentar no início do século XX, pois, o terreno doado para a construção, era em outro espaço, ampliando a cidade para além do centro antigo em torno do Paço Municipal, e o jornal deu espaço para padre Justino fazer apelos à população para adesão à obra. As notícias de ‘A Reforma’ eram caracterizadas por notas sociais: festejos religiosos católicos, carnaval, festa de largo, e espaço para publicidade. Em 1915, passou a ser dirigido por Alfredo Mello, em 1917, por Antônio Cítera. Não sabemos o ano que foi extinta sua circulação, mas, o último número publicado encontrado na pesquisa, foi o nº 12, do Ano IV, de 11 de fevereiro de 1917.

3.6 Principais notícias de ‘A Reforma’ (1913-1917)

Seu primeiro número, conforme já dissemos, tinha por manchete uma alusão no Município de Canavieiras ao aniversário da instauração do regime republicano em 1889. No número 2, de 22 de novembro de 2013, noticia:

⁵³ RIBEIRO, 2013, p. 22-23.

⁵⁴ RIBEIRO, 2021, p. 81-84.

Para o prosseguimento da construção do bello templo que servirá de nossa Cathedral⁵⁵, os ceis. Frederico Müller e Francisco Ferreira dos Santos Reis acabaram de offerecer 10 mil tijollos, sendo que o segundo deu mais 5000, em nome de seus filhos. Bonito exemplo a ser imitado, pois, os que isto fazem, receberão, naturalmente as bênçãos dos céos e admiração do povo (A REFORMA, 1913)⁵⁶.

Na edição de número 4, de 6 de dezembro de 1913, noticia a missa da solenidade de Nossa Senhora da Conceição que ocorreria em 8 de dezembro, com a divulgação do resultado do sorteio de uma novilha, que arrecadou fundos para a festa de Nossa Senhora naquele ano. Seguido de nota sobre festas populares na rua General Pederneiras, todos os domingos, com diversas brincadeiras como quebra-pote, corridas de sacos e corridas de jumentos. Em 1914, no nº 20, de 9 de maio, é publicado uma nota do padre Justino José de Sant'Anna, conclamando o povo a ajudar nas obras de construção da nova igreja matriz. Assim dizia a introdução da redação do jornal à nota de republicação do boletim impresso distribuído por padre Justino à população de Canavieiras:

Um justo appello

Na feliz idéia de erigir na cidade um templo de uma cidade que marcha em busca do progresso, o incansável e infatigável vigário desta freguezia padre Justino de Sant'Anna, não tem poupado esforços para ver sua obra avante e auxiliada por todos aquelles que aspiram o melhoramento desta terra, distribuiu um justo apelo o seguinte boletim:

CANNAVIEIRENSES!

Venho, ainda uma vez, desperta-vos do culpável letahargo em que se acham immergidos os vossos nobres sentimentos! Acordae!

Sois catholicos,...e considerai que não tendes um tempo digno para adorar vosso Deus! Um Deus de maor e caridade de majestade e grandeza.

Um óbolo para seu templo vos imploro. Não ficareis mais pobres por isso, ao contrário dignificados por tão religioso acto, tereis cimentado os alicerces da verdadeira grandeza que não pode existir sem a prática da religião.

Reivindicai os vossos fóros de civilizados, auxiliando a construção do templo da vossa fé. Um povo sem religião não é grande, um povo sem fé é um povo morto. Desperta! Cannavieiras, maio de 1914.

Padre Justino José de Sant'Anna. (A REFORMA, 1914)⁵⁷.

Pelo nível do apelo de padre Justino para que a população de Canavieiras ajudasse financeiramente nas obras de construção da nova igreja matriz, percebe-se que não circulava facilmente nas mãos da Igreja o rico dinheiro do cacau, como romanticamente acreditamos, nem a elite, que se professava católica, aderiria generosamente às necessidades eclesiásticas.

⁵⁵ A nota de *A Reforma* exagerou no termo catedral, pois Canavieiras nunca foi e nem é sede de uma diocese para ter uma igreja catedral, apenas podemos interpretar que, ao ver o projeto da futura nova matriz em estilo neogótico, se comparado à antiga matriz na sua rústica simplicidade de estilo neocolonial, já em estado crítico de conservação, a imprensa usou tal termo por força de expressão, por empolgação, reação natural diante do que representaria a conclusão desse novo espaço religioso/social.

⁵⁶ A REFORMA, ano I, nº 2, 22 de novembro de 1913, p. 2.

⁵⁷ A REFORMA, ano I, nº 20, de 9 de maio de 1914, p. 2.

Continuava o jornal ‘A Reforma’ publicando notas sociais sobre festejos religiosos e citando o nome de muita gente da elite, como quem fazia aniversário, quem estava doente, quem regressava de uma longa viagem e obituários.

No número 35, de 15 de novembro de 1914, comemorou o primeiro ano de aniversário, inaugurando o ano II do jornal. Destacava na primeira página, notícias sobre o aniversário do jornal, notas policiais, artigo sobre orçamento municipal, uma tímida nota sobre a primeira guerra mundial que estava em andamento na Europa, mais notas sociais de aniversários de personalidades da elite, outra pequena nota sobre *sports*, e sobre os festejos natalinos na Berindiba, (atual praça da Capelinha), e no arraial do Jacarandá⁵⁸, na época, uma próspera vila às margens do rio Pardo, com pequeno porto e comércio, por onde escoava a produção de cacau para o porto grande da cidade de Canavieiras, de lá para Ilhéus, depois Salvador, e do porto da Bahia para o exterior.

Em 1915, destacamos as notícias sobre o carnaval que estava para chegar: “*Que venham os folgazões nos deleitar, com lança perfumes, confettis, etc. fazendo desaparecer a crise, a tristeza da guerra, que tanto nos impressionam.*”⁵⁹, nota que tanto nos é familiar, pelo mesmo desejo de aliviar nossas tensões da pandemia de Covid-19, que ainda atravessamos, sem possibilidade alguma de carnaval e ou festejos juninos, evitando que cause algum tipo de aglomeração para barrar a disseminação do nefasto vírus que já matou quase de 650 mil brasileiros e brasileiras⁶⁰, embora, a vacinação avance rapidamente, com grande adesão da população, graças à nossa cultura vacinal, que resiste ao discurso negacionista e de ódio do atual governo federal.

Em 1915, era a tensão de uma guerra mundial tão distante que afligia os corações canavieirenses, que nesse período, ainda convivia com o medo da epidemia da varíola na região, que também, matou muita gente ou deixou severas sequelas em quem sobreviveu a ela, sofrendo com o peso do estigma do preconceito da sociedade aos infectados. Era a época dos leprosários, construído bem distante do perímetro urbano, onde doentes de lepra, varíola e demais doenças infectocontagiosas, eram internados e abandonados à própria sorte. Continuava o ano de 1915 com notas jornalísticas de ‘A Reforma’ sobre a Semana Santa, festa de São Boaventura, do retorno de desobriga do vigário padre Justino, notas sociais sobre pessoas da elite local, e

⁵⁸ Ver anexo G.

⁵⁹ A REFORMA, ano II, nº 46, de 6 de fevereiro de 1915, p. 2.

⁶⁰ Disponível em <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/02/26/brasil-tem-722-mortes-por-covid-em-24-horas-media-movel-tem-tendencia-de-queda-pelo-2o-dia-seguido.ghtml>. Acesso em: 27 fev. 2022.

festejos natalinos na atual praça da Capelinha e no arraial do Jacarandá no Rio Pardo. Em 1916, mais uma nota sobre o carnaval que seria festejado:

Conforme anúncio distribuído por uma penca de rapazes foliões, que mascarados percorreu várias ruas de nossa cidade, vamos ter com toda força de vontade o Carnaval da folia, do prazer e da troça. Preparam esses moços grandes surpresas para esses dias, bonitos carros alegóricos, e... outras coisas que a nossa reportagem ainda não pode cavar. (A REFORMA, 1916)⁶¹.

Havia disputa entre essas agremiações em Canavieiras, de quem melhor desfilava no carnaval, em concursos acirradíssimos pela premiação, característica muito comum nos carnavais pelo Brasil afora nesse período, e citado amplamente nos jornais pesquisados, inclusive, já desenvolvemos uma pesquisa sobre os carnavais de Ilhéus entre 1922 a 1934⁶². A citação da nota jornalística de ‘A Reforma’ acima, representava a ansiedade que a imprensa amargava, tentando descobrir noticiar antecipadamente os temas de desfiles das agremiações carnavalescas antes do Carnaval.

Outro fato importante para o ano de 1916, em Canavieiras, foi a notícia de ‘A Reforma’ sobre a primeira visita pastoral, em novembro do mesmo ano, do bispo de Ilhéus, D. Antônio Manoel de Paiva⁶³ à Freguesia de Canavieiras⁶⁴, chegando de navio pelo porto da cidade, acompanhado do padre Justino de Andrade e padre José Reis, sendo recebido no píer do cais pelo pároco local, padre Justino José de Sant’Anna, autoridades civis e militares da cidade de Canavieiras, com grande afluência de fiéis de várias associações religiosas portando suas bandeiras e estandartes, ao som de dobrados das filarmônicas.

O bispo de Ilhéus fazia sua primeira visita pastoral a todas as paróquias da enorme diocese criada em 1913, pelo Papa São Pio X, e instalada com sua posse em agosto de 1915. A visita ocorreu por diversos dias, não somente na cidade, mas no interior da Freguesia de Canavieiras, passando por diversas capelas de fazendas de cacau, e de vilarejos, tais como o Jacarandá. Os últimos dois números de ‘A Reforma’, publicado em 7 de janeiro e 11 de fevereiro de 1917, com notícias os festejos de Reis, com a apresentações de ternos de Reis acompanhados de pastorinhas, ranchos e grupos de *passeiantes*, na noite de 6 de janeiro daquele ano, causa grande comoção e alegria na população da cidade. Outra festa religiosa celebrada,

⁶¹A REFORMA, ano III, nº 78, de 30 de janeiro de 1916, p. 1.

⁶² Ver: RIBEIRO, O. C. **Uma cidade no país do carnaval:** política e cultura nos festejos carnavalescos em Ilhéus – Bahia (1922-1934). Disponível em <https://periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/view/1128>. Acesso em 11 fev. 2022.

⁶³ Ver anexo H.

⁶⁴A REFORMA, ano IV, nº 03, de 10 de dezembro de 1916, p. 1.

sempre em janeiro por vários anos já, foi a do Senhor Bom Jesus do Bonfim na igreja matriz, com missa solene, segundo nota do jornal.

No capítulo IV, argumentaremos através da fonte jornalística da imprensa de Canavieiras, sobre estratégias, protagonistas e trajetória histórica da construção da nova igreja matriz de São Boaventura, de 1903 a 1913, na narrativa do empenho da elite eclesiástica diante do processo de secularização, em conflitos e acertos entre as elites, na resolução do caso da antiga matriz, e da construção da capela de Jesus, Maria e José, a partir de 1904, longe do centro e distante dessas questões de poder entre a elite eclesiástica e política, constituindo um espaço religioso e social alternativo para a população simples de Canavieiras, tendo por protagonista, o capitão Ricardo Costa. Já em relação à construção de uma nova igreja matriz, o protagonismo é do padre Justino José de Sant'Anna, personagem dessa elite eclesiástica, que agrega força conciliadora na cidade de Canavieiras, em relação ao patrimônio da Freguesia de São Boaventura. Mesmo sendo conciliador, não foi poupado de problemas na cidade, como o que ocorreu na sexta-feira da Paixão de 1912, onde sofreu agressão física de um rapaz, por ter defendido a honra de uma moça dos assédios do agressor, fato ocorrido dentro da antiga matriz, na hora da celebração da Paixão e Morte de Nosso Senhor Jesus Cristo.

CAPÍTULO IV - ESTRATÉGIAS, PROTAGONISTAS E TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA CONSTRUÇÃO DA NOVA MATRIZ DE SÃO BOAVENTURA

Um óbolo para seu templo vos imploro. Não ficareis mais pobres por isso, ao contrário dignificados por tão religioso acto, tereis cimentado os alicerces da verdadeira grandeza que não pode existir sem a prática da religião.⁶⁵ (Apelo do padre Justino José de Sant'Anna aos canavieirenses, publicado pelo jornal A REFORMA, de 9 de maio de 1914)

4.1 A velha igreja matriz e os padres que tentavam inovar em sua práxis pastoral

Como vimos no capítulo anterior, as fontes hemerográficas dos jornais “Monitor do Sul” (1903-1913), “A Razão” (1908-1912) e “A Reforma” (1913-1917), foram e são essenciais para construirmos uma narrativa sobre a questão da reorganização da elite eclesiástica em Canavieiras, nas novas conexões de poder com a elite política, de reafirmação de autoridade sobre os fiéis da Igreja, e no enfrentamento ao processo de secularização da sociedade e de laicização do Estado, e, a abertura para a entrada de outras denominações cristãs na cidade. O século XX em Canavieiras, se iniciava com a promessa de a cidade adentrar nos trilhos do progresso, das transformações urbanas, sociais e culturais, impondo à Igreja o papel secundário nesses rumos, mas, “a separação não significou uma ruptura com os grupos dirigentes locais, nem suscitou um redirecionamento das políticas e dos investimentos da Igreja” (MICELI, 2009, p. 26), trocando o foco nos fiéis pertencentes à elite política, pela atenção aos fiéis leigos e trabalhadores da freguesia.

Digamos, que a esses fiéis mais pobres, mas não miseráveis, a Igreja podia contar realmente, para as atividades pastorais, e, compondo e sustentando as novas associações religiosas como o Apostolado da Oração, Pia União das Filhas de Maria, Associação de São Boaventura, etc. Aos fiéis da elite política, a depender do padre, cabia ao clérigo buscar e manter boas relações com os detentores do poder oligárquico local (MICELI, 2009), e com suas famílias, para outras questões mais vultosas para a Igreja. Para a Igreja resolver o caso da antiga igreja matriz em quase ruínas, e conseguir iniciar as obras de construção da nova, os padres sucessores do vigário Badaró (1889-1903)⁶⁶, não poderiam, jamais, perder a cabeça, como o caso ocorrido em 1903, conforme argumentamos no capítulo II, fazendo o vigário Badaró ter

⁶⁵ A REFORMA, Ano I, nº 20, de 9 de maio de 1914, p. 2.

⁶⁶ Refere-se ao período do paróquiato na Freguesia de São Boaventura do Poxim de Canavieiras.

perdido a razão, e por consequência, ter sido transferido da Freguesia de São Boaventura por ordem do arcebispo da Bahia.

A palavra de ordem dos padres Bemvindo Cândido Teixeira (1903-1908), Joaquim Ayres de Almeida Freitas (1909-1911), Bertino Lelfrese Misj (1911-1912), e, Justino José de Sant'Anna (1912-1924), era diálogo, paciência, conciliação e ação. O diálogo aqui posto na condição de manter boas relações com a elite política, mesmo que essa elite não se mostrasse tão comprometida e bastante secularizada, paciência para tolerar as humilhações advindas das atitudes da elite e de populares, conciliação para poderem reverter certas situações humilhantes, em uma mão estendida para começar de novo, e a ação, no intuito de realizarem em Canavieiras, as determinações pastorais do arcebispado da Bahia, na questão de formação de novas associações de fiéis mais comprometidas com as obras de caridade e piedade, com a doutrina católica através do empenho catequético dos padres, e mais obedientes à hierarquia eclesiástica, além, dos padres em Canavieiras continuarem as tentativas de resolução da precariedade da antiga igreja matriz.

Sobre ela, apresentamos a figura 7, ao professor doutor João Henrique dos Santos⁶⁷ (FAU/UFRJ), que nos aponta que ela foi uma construção provavelmente de fins do século XVIII ou do início do XIX, de arquitetura simples e rústica, que com o passar dos anos foi sofrendo alterações em sua estrutura, o que demonstra que os padres e a população, conforme o desenvolvimento da freguesia, e posteriormente, da vila, foram adaptando a igreja às mudanças e exigências do tempo. Em seu pequeno parecer técnico sobre o estilo da antiga matriz ele diz que:

A tipologia original da igreja [pode] (grifo nosso) ter sido colonial-jesuítica, sendo transformada, pela reforma, em uma edificação neocolonial. A discrepar do neocolonial, encontra-se a cúpula à frente, à direita da nave, possivelmente sob a qual fica o batistério. Na reforma, a igreja ganhou praticamente um segundo pavimento, aparentemente dobrando seu pé-direito, tendo igualmente a inclusão de janelas nesse novo espaço vertical⁶⁸. (SANTOS, 2014).

A antiga igreja matriz, foi o espaço sagrado para a religiosidade da população canavieirense até a sua total demolição em 1932, e consecutivamente, pagada da memória local. Missas, batizados, casamentos, festas de São Boaventura, também fizeram desse espaço

⁶⁷ Professor Adjunto II do Departamento de História e Teoria da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (DHT-FAU-UFRJ). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8360873892439556>, Acesso em: 17 dez. 2021.

⁶⁸ SANTOS, J. H. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <oslan@hotmail.com.br> em 20 out. 2014.

sagrado, palco de conflitos e constrangimentos entre os padres e o povo, afinal, além de espaço sagrado foi o principal espaço social de Canavieiras em três tempos históricos: colônia, império e república. Reformada ao longo de sua existência não mais suportava a ação do tempo e do estado de abandono, conforme conheceu Aguiar (1979), em sua visita ocorrida entre 1880-1883, citado em seu relatório. No período republicano, cada vez menos havia financiamento público para sua manutenção, e quando havia, era só um paliativo de a cair de branco, para a deixa-la mais apresentável no período de festas.

Figura 7 Antiga igreja matriz de São Boaventura de Canavieiras, Bahia, década de 1920.



Fonte: Cia da Notícia (s/d, *on-line*).

A notícia mais antiga, a partir de uma fonte jornalística, sobre a situação da antiga igreja matriz, devemos ao jornal “Monitor do Sul” que noticiou em abril de 1903 como se deu a Semana Santa daquele ano, criticando em detalhes, a situação vergonhosa do velho templo, nas celebrações da semana maior, onde os católicos fazem memória da paixão, morte e ressurreição de Cristo, ápice da fé cristã. A nota jornalística é tão assombrosa, que nos indaga a perguntar, se em Canavieiras tinha um padre, e, se não havia um/a único/a fiel leigo/a comprometido/a com o zelo da igreja matriz. O processo de secularização era uma realidade, mas, o jornal dá uma versão de rompimento e abandono total ao espaço sagrado.

Semana Santa

A única tradução religiosa, durante toda a quaresma, de que é a população desta cidade em sua maioria catholica foi na sexta-feira santa estar em funeral o pavilhão nacional no paço municipal, nas sociedades Instructiva Educação e Recreio, Lyra do Commercio, nos navios surtos no nosso porto, em redacção e a abertura da igreja matriz.

Nesta, entretanto notamos tudo quanto possa indicar o desprezo e o desleixo do encarregado dos misteres⁶⁹ de zelal-a e acceial-a.

Os altares não apresentava uma cobertura preta, o Senhor Morto, estava em baixo do altar Mór sem um círio acceso e para constraste no centro da igreja havia um enorme formigueiro.

Tudo em abandono, a matriz de portas abertas sem ter uma pessoa que velasse pelo respeito e decoro necessários a casa de Deus a ponto de alguns moços empregados no nosso commercio infileirarem-se defronte do altar Mór, prohibindo que os fieis, os crentes depos aos pés do Senhor as offerendas do seu amor e do seu devotamento á religião do Crucificado. (MONITOR DO SUL, Ano II, N° 116, de 12 de abril de 1903, p. 2).

A situação precária da antiga matriz era o reflexo de um grande problema existente há anos. Já se falava em construir uma nova desde a década de 1870-1880, mas, o comodismo de muitos, impedia o avanço de qualquer atitude para a preservação, ao menos, antiga ou de se construir uma nova. A questão da mudança do quadro político nacional, desarticulou os padres através da perda da defasada cõngrua que o Estado lhes pagava até o fim do império. Sem a remuneração do Estado, e com a falta de formação religiosa dos fiéis de sustentarem a Igreja e o seu pároco, foi agravando a situação, arrefecida com a primeira visita pastoral do arcebispo D. Jerônimo a Canavieiras, em 1903, grande novidade para população local, como já citamos, reanimou, por pouco tempo, o caso de se planejar alguma resolução para sanar esse problema. Com a saída do vigário Badaró, assumiu a Freguesia de São Boaventura, em julho de 1903, na festa do padroeiro São Boaventura, o cônego Bemvindo Teixeira:

No domingo, ás 9 horas da manhã, tomou posse na igreja matriz desta freguesia o ilmo. e revmo. sr. cônego Bemvindo Cândido Teixeira que trouxe a Provisão que lhe foi concedida pelo exmo. revmo. sr. arcebispo d. Jeronymo Tomé da Silva, Arcebispo metropolitano da Bahia e Primaz do Brasil.

O Cônego Bemvindo lançou convites para assistirem o acto de posse a todas as sociedades locais, irmandades e auctoridades civis e políticas do município.

Dar-lhe-ha posse o ilmo. e revmo. sr. padre Júlio Barreto, digno vigário de Belmonte.

- O Conego Bemvindo Teixeira tem resado as novenas ao glorioso S. Boaventura e na quinta-feira convidou aos seus parochianos para a organização da irmandade do santíssimo Coração de Jesus.

Se nos fõra permittido omiscuir nos actos ecclesiasticos, rogaríamos a s. ex. reverendíssima que procurasse organizar uma irmandade de S. Boaventura, padroeiro desta freguesia, para que esta irmandade com os auxílios e esforços de todos os paroquianos, procurasse levar avante a ideia de construção de uma nova matriz mais condigna de nosso meio e mais traductora dos nossos sentimentos religiosos; pois que quando o fizermos teremos a dita de vir pontificar a primeira missa o Arcebispo da Bahia, conforme nos prometeu quando em sua visita das officinas do Monitor do Sul

⁶⁹ Trabalho; officio.

e que pelo seu redactor chefe foi lançado o alvitre da confecção de um novo templo. (MONITOR DO SUL, Ano II, N° 140, de 12 de julho de 1903, p. 2).

Enquanto a questão da nova não saia do projeto, a velha matriz no largo do Paço, continuava, às duras penas, servindo como o único templo para as celebrações litúrgicas na cidade, quando, em 1904, foi noticiada uma campanha em benefício da construção de outra igreja em Canavieiras, longe das contendidas das elites, em torno da antiga matriz e da parte central da cidade. Surge a figura do capitão Ricardo Costa, que a oralidade apontava como grande fazendeiro de cacau, dono de muitos cativos que trabalhavam em suas terras, mas, munido de grande piedade religiosa, tomando a decisão de tomar parte na construção de uma nova igreja, numa parte da cidade onde os pobres pudessem frequentar, manter e dirigir suas atividades nas orações e devoções à Sagrada Família de Nazaré.

Capellinha da Berindyba

O esforçado cidadão Ricardo Costa, acaba de mandar imprimir uma pequena loteria em beneficio da capellinha de Jesus, Maria e José.

É justo que o nosso público receba com agrado a pretensão d'este dedicado cavalheiro, para que possamos ter em breve, uma capella digna e decente, já que, por nossa incúria, não temos uma Matriz que ateste o nosso grão de cultura religiosa. (MONITOR DO SUL, Ano III, N° 267, de 02 de outubro de 1904, p. 2).

A concepção da igreja da Capelinha data de 1904. Ela se localizava a 500 metros do centro urbano da cidade de Canavieiras, à época, numa localidade chamada até então de Berindiba, depois, largo da Boa Vista, hoje, simplesmente Capelinha. O “Monitor do Sul” só veio publicar outra nota sobre a Capelinha de Jesus, Maria e José três anos depois, em 1907, exaltando a iniciativa do capitão Ricardo Costa, que embora não nascido em Canavieiras, dava melhor exemplo aos nativos da terra, apontando seu empenho, embora já estivesse cansado da responsabilidade de construí-la entre 1904-1907, precisando de apoio da população para levar a obra ao seu término. Segundo a oralidade local, o sino que está na torre da capelinha, foi doado pelo próprio capitão Ricardo, que reutilizou a peça na igreja, devido ao seu desuso na sua fazenda após a abolição em 1888. Segundo dizem, o sino servia para a marcação das longas horas de trabalho dos escravos na lavoura de cacau do capitão. A nota termina com duras críticas ao povo de Canavieiras, que não tomava uma atitude de fazer a mesma coisa em favor da construção de uma nova matriz.

Muito falta ainda para a conclusão della, [a Capelinha] (grifo nosso), entretanto, de vez em quando se pratica alli, na elegante igreja os divinos officios da religião do martyr do Calvário.

Parece que nesta terra está amortecida nos corações dos fieis, a chama da religião. A matriz onde se baptisaram e se casaram um cem numero de crentes, vive a cahir aos

pedaços e nem de igreja tem a forma. Entretanto, muitos e muitos que alli se habilitaram recebendo as águas lustras do baptismo e alli receberam-se em matrimonio, occupam posições salientes, uns, tem de bens fortunas, outros. Ninguém, ninguém toma a iniciativa de transforma aquelle pardieiro num templo condigno á fama e aos foros de adeantada de que gosa Cannavieiras. E continuará assim? – não o sabemos.

E o cap. Ricardo não esmorece posto que, não seja filho de Cannavieiras o cap. Ricardo já está cansado, apesar de não ter esmorecido. A capellinha que architectou é bonita, embora envolta simples.

Povo canavieirense auxilie, auxilie o cap. Ricardo Costa afim de que elle tenha a felicidade de realisar seus sonhos. A capellinha de Jesus, Maria e José, não será para seu infatigável creador, mas sim para vós canavieirenses, para vossos filhos e para uma geração inteira. (MONITOR DO SUL, Ano VI, N° 421, de 23 de junho de 1907, p. 1).

A situação da construção da capelinha de Jesus, Maria e José, de empenho pessoal do capitão Ricardo, construída inicialmente com recursos financeiros próprios, depois em campanhas de venda de bilhetes de loteria, com apoio e divulgação do “Monitor do Sul”, não sabemos se esse apoio era pago ou não, não assinala também, se houve o apoio eclesiástico do cônego Bemvindo na empreitada do capitão Ricardo. Sobre a antiga matriz, o caso de uma nova foi retomado, com uma nova intervenção do arcebispo da Bahia, em sua segunda visita pastoral a Canavieiras, em 1908, instituindo uma nova comissão para se construir a nova igreja matriz: “Em 08 de dezembro é constituída por dom Jerônimo Tomé da Silva, Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil, a comissão responsável em se construir a nova Matriz da Freguesia de Canavieiras.”⁷⁰. Em 9 dezembro de 1908, o jornal “A Razão” noticiou a chegada dos padres lazaristas⁷¹ em Canavieiras, que pregariam as santas missões na Freguesia de São Boaventura, movimentando a cidade em intensa programação religiosa. A intenção do cônego Bemvindo com as santas missões, foi de suscitar nos fiéis a causa de construção da nova igreja matriz, os conscientizando ao compromisso com a Igreja na adesão à campanha de arrecadação de fundos para o início das obras.

PELO CLERO

Chegaram a esta Cidade pelo vapor Marahú os reverendíssimos snrs. Padres Pedro Rocha, Manoel dos Santos Ferreira, Thiago Nathanael, Francisco Ayres de Almeida Freitas e Ignace Etienne, sendo os trez primeiros os encarregados da Santa Missão que teve começo dia 9. Visitamol-os respeitosamente. (A RAZÃO, Ano I, n° 57, de 12 de dezembro de 1908, p. 3).

⁷⁰ LIVRO DE TOMBO, Vol. 1, 1949 – 1960, p. 7.

⁷¹ Congregação da Missão (*Congregatio Missionis*, CM), Lazaristas ou ainda Padres e Irmãos Vicentinos, é uma sociedade de vida apostólica masculina católica fundada em Paris, em 1625, por São Vicente de Paulo (1581–1660). Estão presentes no Brasil desde 1819.

A primeira bênção da pedra fundamental ocorreu em 25 de dezembro de 1908, solenidade do Natal do Senhor, às 5 horas da tarde, como encerramento das santas missões realizadas pelos padres lazaristas: *“Para mais de mil pessoas de todos os credos, sexos e idades acorreram ao largo Visconde do Rio Branco para com suas presenças abrilhantarem o acto tocante e divino do assentamento da primeira pedra.”* (LIVRO DE TOMBO, vol. I, p. 8). Com a transferência do cônego Bemvindo pelo arcebispo da Bahia em fins de 1908, não sabemos por qual motivo, o início das obras da nova matriz não foi adiante, e a antiga matriz permanecia na mesma situação precária.

O fato pitoresco das três bênções da mesma pedra fundamental da nova matriz, realizada nos anos de 1908, 1911 e 1912, consecutivamente, revelava a fragilidade de articulação impetrada pelo arcebispo da Bahia, na formação de duas comissões compostas por nomes da oligarquia local, que não tinha a capacidade, ou melhor, não tinha o interesse de fazer, o que o capitão Ricardo Costa, estava fazendo em prol da construção da Capelinha de Jesus, Maria e José. Era só haver transferência de padre, que tudo se desarticulava à espera do novo sucessor. Nesse meio tempo em que esmoreceu pela primeira vez o início das obras da nova matriz, em 1910, *A Razão*⁷² noticiou no mês de julho, os festejos de São Boaventura, sem nenhuma menção à situação precária da antiga matriz.

Ao contrário, foi noticiado de maneira tendenciosa, o que era muito comum à época pelas relações políticas municipais, a atitude do coronel Francisco dos Santos Reis de mandar para Salvador a imagem original de São Boaventura, para que ela fosse restaurada.

Como já está inteirado o público, a imagem do nosso glorioso padroeiro foi levada para a Bahia pelo nosso amigo e correligionário coronel Francisco dos Santos Reis que, às suas custas, mandou-a encarnar, aqui devendo estar nos últimos dias do mez de junho do corrente.

Será previamente anunciado o dia em que será trasladada à sua Casa o excelso S. Boaventura, a fim de que o povo cannavieirense, sempre catholico tem parte no alludido acto. (*A RAZÃO*, Ano III, nº 129, de 11 de junho de 1910, p. 1).

Durante o ano de 1910, mesmo com o estado precário da antiga matriz, e com o início das obras da nova parada, os festejos religiosos – impulsionados pelas novas associações de fiéis da Freguesia de São Boaventura – continuavam com todo fervor, movimentando o cotidiano pastoral e religioso da cidade. No mês de agosto, foram noticiados pelos jornais “Monitor do Sul” e “A Razão”, a aquisição na França de uma imagem do Sagrado Coração de

⁷² *A RAZÃO* surgiu em Canavieiras em 1908. Declarava-se “órgão político e noticioso”. Propriedade de “UMA EMPRESA” sob a gerência de João Espinheira da Costa, com a redação na Rua General Pederneiras.

Jesus, encomendado pelo Apostolado da Oração para sua festa, que chegaria em breve a Canavieiras pelo porto:

A bordo do vapor Marahú veio a bella e rica imagem do sagrado Coração de Jesus, encommendada para a Europa pela sua irmandade.

A imagem do glorioso santo mede 1, 60^{cm} e é uma obra de grande valor artístico.

Parabéns as dignas senhoras e senhoritas que tomaram a rica bella ideia, o que muito vem concorrer para os nossos creditos de catholicos. (A RAZÃO, Ano III, nº 139, de 03 de setembro de 1910, p. 1).

Como os fiéis do Apostolado da Oração, composto mais por mulheres do que de homens, conseguiu arrecadar dinheiro suficiente para pagar a aquisição da imagem do Sagrado Coração de Jesus na França – imagem de beleza significativa, existente até hoje, como seu Apostolado em Canavieiras – trazida de navio até o porto de Salvador, e de lá, até o porto de Canavieiras, mas não tiveram o mesmo empenho para tentarem o restauro da antiga matriz, onde a dita imagem foi entronizada com festa de pompa, ou, até mesmo, contribuir para o início das obras de uma nova igreja matriz?

É inquietante tentar compreender o que havia nessa sociedade, ora, mostrando sério descompromisso com a Igreja, sinais de secularização, ao mesmo tempo que um coronel pagou todos os custos de restauro da imagem de São Boaventura, em um atelier em Salvador – o que não foi barato –, ao mesmo tempo que uma associação consegue pagar todos os custos para trazer uma imagem importada da França, envolta de todo o simbolismo que isso representava para os canavieirenses, especialmente, os que pertenciam à elite, à época, tendo uma antiga igreja matriz que estava caindo aos pedaços? Será que em Canavieiras havia, realmente, dinheiro para tudo, menos para dar a Deus uma casa digna naquela cidade, como foi publicado pela imprensa? Ou será que o restauro da imagem de São Boaventura em Salvador, e da aquisição da imagem do Sagrado Coração de Jesus na França, representava somente a disputa de egos, e de ostentação do poder aquisitivo dessas figuras da elite cacaueteira?

Os festejos religiosos na Freguesia de São Boaventura eram a mola propulsora de movimentação dos fregueses durante o ano todo, e intensificava a vida em sociedade como um todo, onde os festejos religiosos serviam, principalmente, para a ostentação e disputas entre as famílias mais ricas, lideradas pelos homens da oligarquia local, conforme verificado nos jornais “Monitor do Sul” e “A Razão”. Conforme suas notas publicadas, anualmente eram realizados os seguintes festejos religiosos da Freguesia de São Boaventura: festa do Senhor do Bonfim e de São Sebastião (Janeiro), de São José (Março), mês de Maria (Maio), do Sagrado Coração de

Jesus (Junho), de Santo Antônio na matriz e na Atalaia⁷³ (Junho), do padroeiro do município e da freguesia São Boaventura do Poxim (Julho), de Nossa Senhora da Boa Morte (Agosto), Nossa Senhora de Lourdes (Setembro), de Nossa Senhora do Rosário (Outubro), de Nossa Senhora da Conceição, Natal do Senhor e de Jesus, Maria e José (Dezembro), incluindo também as celebrações móveis durante o ano no tempo litúrgico da Igreja católica como Quaresma, Semana Santa, Páscoa e *Corpus Christi*.

Em 1911, foi fundada em Canavieiras a Sociedade de São Vicente de Paulo, que na cidade adotaram o nome de “Sociedade São Boaventura”. Conforme noticiou “A Razão”, foi essa a diretoria eleita para o comando desta sociedade: *Eng. João Marques de Souza – presidente; Pharm. Clodoaldo Carvalho de Britto – Vice-presidente; Bacharel Ulysses M. Menezes – Vice-presidente; Deoclides Garcia – secretário e Astolpho França – Tesoureiro.*⁷⁴ A “Sociedade São Boaventura”, supostamente, foi uma sociedade masculina criada para começar a angariar fundos para a nova matriz, pois, a maioria dos nomes citados eram os mesmos que compuseram a comissão criada por D. Jerônimo Tomé da Silva, em sua segura visita pastoral em 1908. A 22 de setembro de 1911, foi realizada a segunda bênção da pedra fundamental da nova matriz de Canavieiras:

Realizou-se dia 22 do mês passado, a cerimônia de assentamento da primeira pedra das obras da nova Matriz.
 Antes dessa cerimônia presidiu substancial discurso o dr. João Marques de Souza, ilustre intendente municipal.
 As obras começarão logo que chegue da Capital o cimento necessário para as mesmas, que será por esses dias.
 Os nossos parabéns à digna Comissão e com especialidade ao Cônego Ayres de Almeida, que tem se esforçado para que seja verdade, isto, que muita gente recalcada julga uma utopia. (MONITOR DO SUL, Ano X, nº 619, de 01 de outubro de 1911, p. 1).

Para impulsionar o início das obras, outra associação de fiéis foi fundada: “*Em 17 de outubro de 1911, é fundada a Irmandade de São Boaventura, com membros de ambos os sexos, com a finalidade de arrecadar fundos para a nova Matriz.*”⁷⁵. O cônego Joaquim Ayres de Almeida, que tomou posse em 1909 sucedendo o cônego Bemvindo, foi transferido, pelo arcebispo da Bahia da Freguesia de Canavieiras em fins de 1911, o que resultou novamente no esmorecimento e consecutiva paralisação do início das obras, que ficaram desarticuladas com

⁷³ A notícia mais antiga publicada em Monitor do Sul sobre festejos de Santo Antônio na Atalaia, até agora encontrada, data de 1906, a pequena nota diz somente: “*Começaram no dia 1º, na Atalaya, arraial desta cidade, as trezenas de Santo Antônio.*” (MONITOR DO SUL, Ano V, nº 367, de 03 de junho de 1906, p. 2).

⁷⁴ A RAZÃO, Ano IV, nº 168, de 22 de abril de 1911, p. 2.

⁷⁵ MONITOR DO SUL, Ano X, nº 623, de 29 de outubro de 1911, p. 3.

a ausência de um pároco. É curioso, o excesso de transferências de padres pelo arcebispo da Bahia, depois da saída conflituosa do vigário Badaró em 1903, pois, não era uma prática canônica comum, já que ainda vivíamos a época do vigário colado. É provável que essas transferências atrapalharam, em parte, o início das obras da nova matriz.

4.2 Padre Justino José de Santana: o inconformismo diante da letargia

Após anos de paróquias⁷⁶ curtos na Freguesia de São Boaventura do Poxim de Canavieiras, a 9 de fevereiro de 1912, tomou posse, o padre Justino José de Sant'Anna (1878-1958)⁷⁷. Padre Justino José de Sant'Anna merece destaque neste subitem, devido a sua importância para a história da Freguesia de São Boaventura. Primeiro, porque com sua posse, o comprometimento dele para que a nova matriz saísse do papel, é digno de estudo, pois, com uma sociedade secularizada, como Canavieiras vem se apresentando em nossa dissertação entre 1903-1913, ele conseguiu contornar a letargia que contaminava os corações mais fervorosos da cidade, em apoio para a causa de uma nova matriz. Enquanto a nova não era construída, a antiga continuava servindo de matriz, e foi nela que o padre Justino foi esbofetado em plena Sexta-feira da Paixão.

Segundo o jornal “A Razão”⁷⁸, recolhida a procissão do Senhor Morto à antiga matriz na Sexta-feira Santa de 1912, foi verificado dentro da igreja cheia de fiéis, um grupo de rapazes “namoradores” que estavam fazendo parede a fim de coagir, senhoritas com as quais já havia um namoro em consenso, às escondidas dos pais das moças, obviamente, foi apontado o nome de Jachonías Bombinho entre os rapazes. Esse jovem estava acompanhando sua namorada na igreja, enquanto havia grande número de fiéis que se apertavam em filas no interior da nave, para irem venerar a imagem do Senhor Morto, que por sinal, é uma bela obra de arte sacra ainda existente no patrimônio artístico da Freguesia de Canavieiras.

⁷⁶ Período de permanência de um pároco em uma paróquia, mediante da provisão de um bispado/ou arcebispado.

⁷⁷ Justino José de Sant'Anna nasceu em Aramary, município de Alagoinhas, no estado da Bahia, no dia 12 de dezembro de 1878. Em 1898, ao completar vinte anos, entrou para o seminário arquidiocesano de São Salvador da Bahia. Após o curso de filosofia e teologia, ordenou-se sacerdote no dia 1º de novembro de 1904. Foi nomeado em seguida vigário de Saúde de Jacobino, e depois transferido para a paróquia de Barracão e Nazaré. Em 1912 foi promovido para a freguesia da Rua dos Passos em Salvador. Passou depois para a paróquia de São Boaventura de Canavieiras, mais tarde incluída na diocese de Ilhéus. Em Canavieiras, no litoral baiano, procurou também desenvolver o apostolado da imprensa, fundando e mantendo o periódico "A Verdade". Foi aí que recebeu em 24 de julho de 1924 o anúncio de sua eleição para bispo de Juiz de Fora. A sagração episcopal de Dom Justino ocorreu no convento dos franciscanos do Rio de Janeiro, a 20 de Janeiro de 1925. Após um Colapso Cardíaco, veio a óbito no dia 9 de junho de 1958, seu corpo foi sepultado no mausoléu que fica embaixo do altar mor da Catedral de Juiz de Fora, MG. (Disponível em <https://arquidiocesejuizdefora.org.br/dom-justino-jose-de-santana-1924-1958/>. Acesso em 14 fev. 2022).

⁷⁸ A RAZÃO, ano V, nº 211, de 13 de abril de 1912, p. 1 e 2.

“A Razão” relatou que o rapaz estava no recinto sagrado somente por causa da namorada, pois, se percebia que o rapaz estava aquém do ato de piedade cristã que ali acontecia, segundo a fonte. Nisto, Jachonías Bombinho se deparou com o tabelião Joaquim Ribeiro, com o qual trocou algumas palavras. A sequência do relato do jornal, afirma que o tabelião Joaquim Ribeiro, pediu a Jachonías o lugar dele na fila – já que ele estava na fila por estar – para que o tabelião e sua família fossem beijar os pés da imagem do Senhor Morto, em sinal de veneração pela Sagrada Paixão e Morte de Nosso Senhor Jesus Cristo. Jachonías se irritou com isso, e o padre Justino interveio tentando acalmá-lo, pedindo com muita educação, para que ele deixasse as famílias se aproximarem do esquife do Senhor Morto, e o levando, segundo a fonte, “suavemente pelo braço o conduziu até a sacristia”. Jachonías sentiu-se humilhado e constrangido de sair assim, levado pelo braço por padre Justino na frente de sua namorada.

O resultado foi que, Jachonías saiu da antiga matriz revoltado com padre Justino, achando que o vigário o humilhou perante sua namorada, e foi levado para casa pelas suas irmãs. Chegando em casa de cabeça quente, voltou à antiga matriz, esperou o esvaziamento da igreja, e ficou à porta da sacristia do lado de fora da igreja, e, quando padre Justino ia saindo, Jachonías, transtornado, o surpreendeu pulando em cima do vigário ferindo seu rosto com um soco, “*banhado em sangue o padre apenas murmura – mais soffreu Christo.*”⁷⁹ Jachonías foi pego por populares que ainda estavam aos arredores da antiga matriz, escapou deles, mas terminou preso. O jornal usa de um tom de lamento ao dizer que

[Esse]⁸⁰ infeliz moço, que não mediu a extensão do seu crime que veio entristecer sua família e um povo inteiro, acabando com as festas sacras e offendendo a moral de um dia consagrado ao grande e extraordinário acontecimento do Calvário. É o caso de dizermos como o Grande Mestre: <<Perdoae-lhe Senhor, não soube o que fez>>. (A RAZÃO, Ano V, nº 211, de 13 de abril de 1912, p. 1).

Na madrugada da noite de Sexta-feira da Paixão para o Sábado de Aleluia, parece que ninguém dormiu em Canavieiras, espantados, em torno da agressão física sofrida pelo padre Justino. A confusão causada por Jachonías Bombinho, tirou a paz e envergonhou a todos, parece que nesta situação, o espírito secularista que influía os canavieirenses no início do século XX foi arrefecido. Segundo as fontes houve grande comoção e solidariedade ao padre Justino. Uma multidão se reportou à casa dele até mais de três horas da madrugada lhe prestando atendimento médico, dando atenção e lhe tributando uma espécie de desagravo coletivo. O jornal relatou que foram à casa do vigário pessoas de ambos os sexos e de várias classes sociais, pois, de pobre a

⁷⁹ A RAZÃO, Ano V, nº 211, de 13 de abril de 1912, p. 1.

⁸⁰ Grifo nosso.

rico, todos estavam perplexos e envergonhados por Canavieiras ter servido de cenário para um padre ter sido agredido, num dia tão sagrado para a fé católica. No livro de Tombo Paroquial, o padre José Gonçalves de Oliveira, em 1949, comenta sobre este caso de 1912:

Diga-se o que quizer, porém a voz do povo é a voz de Deus: depois que o Pe. Justino José de Sant'Anna foi esbofetado dentro da Matriz no dia de sexta-feira da Paixão, indo para a Sacristia com o rosto lavado de sangue, nunca mais Canavieiras teve a satisfação de ter um vigário que se ambientasse e vivessem longos anos em seu seio. Praz a Deus, que o sangue de Pe. Justino seja semente de almas fervorosas que com o seu zelo e amor de Deus apaguem esta mancha que tem a paróquia apesar de não ter sido Canavieiras o berço do sacrílego.

Depois da saída do Pe. Justino, esta tem sido a média: De quatro em quatro anos um vigário. (LIVRO DE TOMBO, vol. I, 1949-1960, p. 11).

Após o fato escandaloso ocorrido em Canavieiras, ter chegado ao conhecimento do arcebispo da Bahia, D. Jerônimo Thomé da Silva, na cidade do Salvador, ele decretou a interdição canônica da antiga igreja matriz de Canavieiras por tempo indeterminado. Dias e dias depois, os canavieirenses ainda comovidos com o ato de violência contra o vigário, continuavam a manifestar apoio ao mesmo numa tentativa de amenizar a situação constrangedora. Quase dois meses depois, D. Jerônimo revogou a interdição canônica da antiga matriz, que voltou a abrir as portas para o culto divino. Se aproximava da solenidade de *Corpus Christi*, e, o padre Justino tratou aproveitar a ocasião festiva, para realizar a bênção da terceira e definitiva pedra fundamental da nova matriz a dia 6 de junho de 1912, como encerramento da procissão de *Corpus Christi* daquele ano. Logo após saiu uma nota em A Razão.

Já se acham bem adiantados os alicerces da nossa Matriz, uma das mais palpitantes necessidades d'esta terra, para que demonstremos ardentemente o nosso amor à religião do Crucificado.

Esperamos que o povo canavieirense, de accôrdo com suas forças, vá concorrendo para que não estacionem as obras do novo Templo. (A RAZÃO, Ano V, nº 217, de 15 de junho de 1912, p. 2).

Padre Justino publica no "Monitor do Sul", de 14 de julho de 1912, um apelo aos canavieirenses no dia da festa de São Boaventura, padroeiro do município, aproveitando do espírito de conciliação e de sensibilidade que havia da população católica para com ele, e tenta suscitar nos fiéis também o sentimento de compromisso e de pertença à causa da construção da nova igreja matriz.

A religião pede um altar, e o altar exige um templo; e vós, Cannavieirenses, não tendes um templo! que vergonha para nós!... A necessidade de um templo digno, em que se adore o Deus verdadeiro em Cannavieiras, se impõe de tal forma, que dispensa qualquer encarecimento. Apello pois, para vossos sentimentos de dignidade, de civismo, de religião; auxiliae ao vosso parochio em empreza tão grande! (MONITOR DO SUL, Ano XI, nº 651, de 14 de julho de 1912, p. 2).

“Em que se adore o Deus verdadeiro em Canavieiras” é uma indireta explícita do padre Justino contra o protestantismo já presente na cidade de Canavieiras, com a fundação da Igreja presbiteriana em 1906, e o início da construção de seu templo a partir de 1909. Havia aí, um espírito de recalque do padre Justino com os presbiterianos, que muito fiéis à causa de sua Igreja, já estava construindo um belo templo próprio em uma das principais vias urbanas da cidade, enquanto ele, implorava aos católicos, mal acostumados com o extinto padroado régio, ao mesmo tempo que, se secularizava e defendia a laicização do Estado, e a liberdade que isso compreendia, começaram a aderir a construção da nova igreja matriz, comovidos com o maltrato que o padre recebeu dois meses antes na Sexta-feira da Paixão, e, interessados, principalmente, na autopromoção social que essa elite política e econômica, iria lucrar em reconhecimento e prestígio tendo seus nomes dentre os doadores de recursos financeiros, amplamente estampado na primeira página dos jornais.

Com o terreno cedido, ainda sem documentação, pelo patrimônio público municipal, através do intendente⁸¹, o engenheiro civil, João de Deus Ramos (1912-1915), padre Justino iniciou a construção dos alicerces na nova matriz, com as pedras doadas pelos moradores do Rio Pardo em 1911. Não sabemos ao certo, quem foi o engenheiro responsável pelo projeto arquitetônico da nova igreja matriz, atribuímos ao engenheiro, coronel Augusto Peltier, devido ao envolvimento de seu nome em todo o processo construtivo. Em sessão ordinária da Câmara Municipal, foi votado a resolução que oficializou a doação do terreno em que estava se construindo a nova igreja matriz:

Resolução nº 191 de 8 de Julho de 1912. (Doando á matriz que se está construindo 30 m2 de frente e 121 de fundo).

O Engenheiro João de Deus Ramos, Intendente deste Município de Cannavieiras etc. Faço saber a todos os seus munícipes que o Conselho Municipal deliberou e eu mandei publicar e cumprir, sob nº 191, a seguinte resolução. Gabinete da Intendência Municipal da cidade de Cannavieiras, 14 de Julho de 1912.

---- João de Deus Ramos.

O Conselho Municipal de Cannavieiras resolve:

Art. 1º Fica concedido como doação à matriz que se está edificando nesta cidade 30 m2 de frente e 121 de fundo de terreno de patrimônio deste Município assim limitado: frente para Oeste, olhando para a Praça 15 de Novembro, tendo por alinhamento do lado Norte, o edifício da S. Philarmônica 25 de Maio, ficando os fundos para a Rua Ruy Barbosa.

Art. 2º Revogam-se as disposições ao contrário.
Em sessão 8 de Julho de 1912.

⁸¹ O coronelismo, como fenômeno político e social, está enraizado no município e na atribuição de poderes paramilitares a particulares. A Câmara Municipal historicamente esteve restrita às pessoas consideradas ‘qualificadas’, desde a Colônia, para o Império. A República seguiu os mesmos passos, acrescentando um órgão executivo: a intendência, primeiro, e, depois, a prefeitura, em 1930, como no caso da Bahia. (RIBEIRO, 2001, p. 90).

(Assignados) Joaquim dos Santos Botelho, Casimiro Aderne e Alcides Costa. Publique-se e cumpra-se. Cannavieiras, 8 de julho de 1912. O Intendente (assignado) João de Deus Ramos.

Nesta Secretaria da Intendência Municipal de Cannavieiras, foi publicada, em 11 de Julho de 1912, sob nº 191, a presente resolução e *transcript* no 1º livro de registro e deliberações do Conselho.

O Secretário João Evangelista de Oliveira. (MONITOR DO SUL, Ano X, nº 653, de 25 de julho de 1912, p. 1).

Em novembro do mesmo ano, padre Justino fundou a Associação das Senhoras Auxiliadoras da construção da nova igreja matriz de São Boaventura, e publica na edição nº 670, de 24 de novembro de 1912, do “Monitor do Sul”, o estatuto que ele mesmo elaborou. Essa associação de senhoras, conforme seu estatuto previa de cada associada uma quantia em réis, na entrada e uma mensalidade com valores fixos previstos para serem pagos em três anos. Previa uma série de regalias às associadas que fossem fiéis ao compromisso previsto no mesmo estatuto no artigo 5º.

ART. 5º PRERROGATIVAS DAS SENHORAS AUXILIADORAS

§ 1º Toda a Senhora Auxiliadora terá direito aos primeiros logares, especialmente nas tribunas da Nova Matriz.

§ 2º Toda vez que fôr madrinha em baptizado terá direito a repique.

§ 3º Fallecendo, será encomendada gratuitamente na Matriz, tendo direito a 15 dobres.

§ 4º Toda a Senhora auxiliadora, no fim do 3º anno, terá o seu nome escrito no livro das beneméritas⁸².

O problema foi que, as obras da construção da nova matriz duraram mais que os três anos previstos no estatuto, e, reforça a tese de que seu projeto original foi alterado e reduzido no tamanho que seria o templo, como a oralidade em Canavieiras narrava. A nova matriz não possui as ditas tribunas na nave central, comuns às igrejas do estilo colonial e neocolonial. Existem somente duas no pavimento superior das duas sacristias direita e esquerda, ladeando o presbitério da nova e atual matriz, e que estão atualmente, sem acesso, após as escadas de madeira que davam acesso a cada uma, terem sido retiradas em reformas anteriores.

Essa associação de senhoras, senhoras da elite e de famílias da oligarquia local, foi um grupo importante, pois, deu a essas mulheres, certo protagonismo, ao aceitarem fazer parte da associação fundada pelo padre Justino. Também seus nomes foram publicados nos jornais⁸³, dando-lhes reconhecimento e prestígio diante da Igreja e da cidade. Essa associação deu origem ao grupo das Senhoras Canavieirenses, que atuaram durante o século XX, como principal noiteira da festa de São Boaventura, sendo elas responsável, pela compra e doação de diversos

⁸² MONITOR DO SUL, Ano XI, nº 670, de 13 de novembro de 1912, p. 3. Texto na íntegra no anexo I.

⁸³ Ver anexo J.

objetos litúrgicos para a igreja matriz, como oferta do grupo em homenagem a São Boaventura em seus festejos anuais.

Ter feito parte desse grupo seletivo de senhoras em Canavieiras, atribuía à essas mulheres um *status* de elevada importância na cidade à época. Através da religião, elas experimentavam de certo protagonismo na sociedade, pelos cargos exercidos na Igreja. Com isso, consecutivamente, fortalecia o nome do marido e da família no meio político, através do trabalho pastoral na Igreja, abrindo espaço para seus maridos e homens da família na participação das atividades religiosas durante a festa do padroeiro, a fim de obterem, somente, prestígio social e político no espaço eclesiástico. Foi o laicato feminino dentro da Igreja, no início do século XX, quem aderiu, em grande maioria, a formação de novas associações de fiéis, contribuindo financeiramente para a manutenção dos grupos e da freguesia, coordenando os trabalhos de grupo como presidentes dessas associações, ajudando a elite eclesiástica a realizar as novas práticas pastorais determinadas pela Igreja, embora, de contraponto, caso surgisse em uma moça, o desejo de se consagrar ao serviço mais radical, somente caberia a ela a vida religiosa consagrada, ou seja, ser uma irmã, uma freira, já que na hierarquia eclesiástica, como permanece, até hoje, só se é permitido aos homens ingressar e serem ordenados. O espaço feminino na Igreja, foi se ampliando a partir do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), que continuou a não permitir a ordenação sacerdotal para mulheres, mas, reconheceu a importância do papel, da presença e do protagonismo feminino no laicato da Igreja.

Em janeiro de 1913 surge outro jornal em Canavieiras – A Reforma – que se declarava um “órgão do governo municipal”. Em seu nº 2, de 22 de janeiro de 1913 publicou:

Para o prosseguimento da construção do bello templo que servirá de nossa Cathedral, os ceis. Frederico Müller e Francisco Ferreira dos Santos Reis acabaram de offerecer 10 mil tijollos, sendo que o segundo deu mais 5000, em nome de seus filhos. Bonito exemplo a ser imitado, pois, os que isto fazem, receberão, naturalmente as bênçãos dos céos e admiração do povo. (A REFORMA, Ano I, nº 2, de 22 de janeiro de 1913).

A nota de “A Reforma” exagerou no termo catedral, pois, Canavieiras nunca foi e nem é sede de uma diocese, apenas, podemos interpretar que, ao verem o projeto da futura nova matriz em estilo neogótico, se comparando com a antiga matriz na sua rústica simplicidade de estilo neocolonial, já em estado crítico de conservação, a imprensa se empolgou, reação natural diante do que representaria a conclusão desse novo espaço religioso/social na cidade. Outro aspecto da nota, revela o que representava para a elite política a doação de recursos para a construção da nova matriz, além do nome publicado, o jornalista exalta o feito, e atribui ao gesto, o recebimento de benesses espirituais “*receberão, naturalmente, as bênçãos dos céos*”,

e sociais, “*e admiração do povo*”. A obtenção de maior prestígio e reconhecimento social, valia para os membros dessa elite política, muito mais que o prejuízo causado ao seu patrimônio pessoal, ao efetuarem vultosas doações para as obras de construção da nova matriz em andamento.

No caso da atual igreja matriz de São Boaventura, inaugurada em 1932, a oralidade local, usou da narrativa de que, o seu projeto original, previa uma igreja maior do que a que foi construída. Com uma nave central bem maior, onde seriam inseridas colunas nas laterais da nave criando, no andar superior, galerias ou tribunas de ambos os lados, as que eram previstas como privilégios para as “Senhoras Auxiliadoras” no estatuto escrito pelo padre Justino em 1912 (Anexo I), caso elas contribuíssem fielmente pelos três anos previstos para se concluir a obra, o que não ocorreu. Dias depois, o “Monitor do Sul”, noticia: “*Brevemente recomeçarão com actividade as obras da nova Matriz, para o que muito tem se esforçado o rymo. padre Justino José de Sant’Anna, vigário d’esta Freguezia.*”⁸⁴. Durante o ano de 1913, foram publicados em o “Monitor do Sul”, diversos artigos de apelos à conscientização dos fiéis católicos à causa da nova igreja matriz, às vezes, divididos e publicados em duas partes, devido a extensão dos textos, em apoio à causa defendida pelo padre Justino.

A NOVA MATRIZ

[...] Cannavieiras, a bella Princeza do Sul, que deve caminhar na vanguarda de suas irmans, no tocante ao magno assumpto, de que nos occupamos hoje, está muito aquém das demais cidades do sul do Estado.

Se tem um magnifico edificio, onde funciona a Intendência Municipal⁸⁵; uma boa cadeia⁸⁶, onde estão recolhidos os infratores da lei, para o desaggravo da justiça, e bem estar da sociedade, um matadouro e outros edificios bem como um hospital feito por iniciativa particular, se o illustrado Dr. João de Deus Ramos, nosso prestimoso chefe acaba de firmar um contracto na Capital Federal, contracto este vantajoso para este município, e que trará incalculáveis melhoramentos, para esta localidade como sejam: caes, esgotto, agua, luz elétrica, matadouro modelo e prédios escolares, e que só a bôa e tenáz vontade do incansável intendente, levaria isso a effeito; se boa marcha vão tendo os negócios municipaes, bem como a orientação política local, graça á actividade e zelo do Cel. Antônio Nunes, que tem agido de mutuo accordo com ele, Dr. Ramos; preciso se faz que lancemos as nossas vistas para a Matriz em construção porque para nós catholicos, é de urgente necessidade a sua conclusão. [...] (MONITOR DO SUL, Ano XII, nº 691, de 20 de abri de 1913, p. 1).

Segundo consta na breve biografia do padre Justino, no sítio da Arquidiocese de Juiz de Fora, MG, em Canavieiras, ele fundou o periódico paroquial “A Verdade”, que infelizmente, não encontramos nenhuma edição nos arquivos pesquisados na Bahia e Rio de Janeiro. Padre

⁸⁴ MONITOR DO SUL, Ano XII, nº 680, de 26 de janeiro de 1913, p. 2.

⁸⁵ Ver fotografia no anexo B.

⁸⁶ Ver fotografia no anexo C.

Justino, seguiu o incentivo do Papa Leão XIII (1878-1903), para que a Igreja no mundo inteiro, exercesse o apostolado da boa imprensa⁸⁷ em combate contra os inimigos da fé católica. A Igreja no Brasil aderiu ao incentivo do pontífice com grande afinco. Dioceses, freguesias, ordens, congregações religiosas, e as novas associações de fiéis, foram fundando e publicando Brasil afora, jornais com conteúdo catequético e em defesa da moral católica. Em Canavieiras, o padre Justino em seus artigos, frisava, principalmente, a negligência e o comodismo dos católicos daquela época, em relação ao empenho de prover com donativos financeiros a construção da nova igreja matriz. Por vezes, a imprensa de Canavieiras, em apoio à Igreja, republicava os textos de autoria do padre Justino, originalmente, publicados no seu jornal paroquial.

Continuava o artigo em apoio à causa da nova igreja matriz, artigo assinado por um certo *Araray*, talvez um pseudônimo usado por alguém que queria denunciar a letargia dos católicos de Canavieiras sem comprometer seu nome na cidade, que ao que parece, tudo levava a fogo e a ferro, em relações sociais complexas, em quê, pequenas contendas se transformava em intensas e calorosas brigas, apresentou uma proposta de doação financeira dos mais aos menos ricos da cidade, como prova de fidelidade ao catolicismo em tempos de secularização.

[...] E porque nós, que nos dizemos catholicos, não devemos ter um templo com proporções ao nosso meio, se contamos com tenáz vontade do padre Justino Sant'Anna, vigário d'esta freguezia?

E' preciso que nós Cannavieirenses ajudemos ao bom vigário a levar a effeito a obra que emprehendeu.

Não há necessidade de muito sacrificio, basta a boa vontade. Os ricos concorrendo com cinco mil réis mensaes, os menos ricos dois mil réis, e os demais mil réis.

Se todos os catholicos concorrerem com o óbulo acima estipulado teremos uma verba mensal superior a quatro contos de réis e a obra é concluída em pouco mais de um anno.

E' este o apello que fizemos de nossa humilde tenda de trabalho ao religioso – Cannavieirense – Um óbulo para os trabalhos da nova Matriz. (MONITOR DO SUL, Ano XII, nº 691, de 20 de abri de 1913, p. 1)⁸⁸.

O papel da imprensa de Canavieiras no processo construtivo da nova igreja matriz, revela-se em apoio incondicional à causa assumida pelo padre Justino. Apesar de todo esse empenho, os corações dos homens poderosos de Canavieiras cada vez mais se mostravam indiferentes, como já dito acima, eles somente se aproximavam da Igreja, nos festejos do padroeiro da cidade, no período de 5 a 14 de julho, para fins eleitoreiros, e para demonstrarem

⁸⁷ “A liderança eclesiástica intensificou a sua política em defesa da criação de uma imprensa que estivesse a serviço da defesa da moral, da ética e da fé cristãs. Neste sentido, passou a incentivar a comunidade católica a que dedicasse seus esforços na difusão e preservação de um jornalismo que defendesse e propagasse a verdade católica (a boa imprensa), em combate a um jornalismo que cada vez mais disseminava a irreligião e a imoralidade (a má imprensa).” (AMARAL, 2014, p. 206).

⁸⁸ Artigo na íntegra no anexo L.

seu alto prestígio aos demais correligionários⁸⁹. Sobre o dia da festa de São Boaventura naquele ano, assim foi noticiado:

A Igreja Matriz ostentava bella e vistosa decoração interna feita com arte, gosto e capricho. A tarde teve lugar a procissão sahindo unicamente a imagem do orago São Boaventura em rico e luxuoso andor, acompanhada de várias irmandades e grande massa do povo, percorrendo as principais ruas da cidade, recolhendo à noite, quando teve lugar o offerecimento, que terminou com a benção do Santíssimo Sacramento. (MONITOR DO SUL, Ano XII, nº 702, de 14 de julho de 1913, p. 1).

Além dos festejos da Igreja, foram noticiados também os festejos de largo. Houve apresentações de grupos, naquele período chamado de “folclóricos”, remetendo a cultura afro-brasileira, numa representação de costumes do passado, como se a população negra da cidade não tivesse sua própria cultura, utilizando do espaço público de festa, mesmo que sendo da festa da Igreja, para tomarem também parte do evento e festejar à sua maneira. A redação da nota pareceu de sentido dúbio, escrito para ser lido pela elite política, econômica e branca local. Resta-nos saber se as apresentações causaram boa impressão aos poderosos de Canavieiras.

A distincta philarmonica <<Lyra do Commercio>> compareceu não só à missa pela manhã como a procissão à tarde sempre tocando boas peças de seu vasto repertório. Além das manifestações internas do culto, outras manifestações houveram salientando-se a exhibição de quilombos ou mocambos dos habitantes primitivos das selvas brasílicas e recomposição dos negros dos Palmares chefiados por Zumbi o que executaram com graça e algum espírito danças, actos e scenas praticadas em tempos idos⁹⁰. (MONITOR DO SUL, Ano XII, nº 702, de 14 de julho de 1913, p. 1).

Logo após os festejos de São Boaventura, a preocupação se voltava para as obras da nova igreja matriz em construção. É publicado em o “Monitor do Sul”, a prestação de contas da arrecadação e despesas das obras da nova Matriz, de abril a julho do mesmo ano⁹¹. Ainda no mesmo número de o “Monitor do Sul”, foi publicado o ingresso de mais 30 novas associadas nas Senhoras Auxiliadoras, exceto, o nome de outras sete Auxiliadoras, que não foram publicadas na lista por padre Justino, porque foram enquadradas na pena do art. 6. § 1. e único do estatuto. Foram trinta senhoras que aderiram à associação, segundo a lista do padre Justino, os nomes foram sequenciados fora da ordem alfabética⁹², pressupomos que a ordem foi definida

⁸⁹ “As festas religiosas foram largamente utilizadas pelas famílias como instrumento ideológico. Os santos da devoção familiar, venerados nas capelas de suas propriedades, tinham seus novenários organizados pela parentela, para os quais eram abertas subscrições pela imprensa local e contavam com a presença dos moradores dos povoados e fazendas vizinhas que, no período, articulavam e renovavam compromissos entre si. Os novenários eram datas marcantes na vida social do município, sendo frequentados, não somente pelos parentes e vizinhos, como por autoridades municipais e importantes correligionários políticos.” (RIBEIRO, 2001, p. 95).

⁹⁰ A transcrição da nota de o “Monitor do Sul” está conforme a grafia original.

⁹¹ Ver anexo M.

⁹² Ver anexo N.

de forma decrescente para focar o valor da doação e o grau de envolvimento de cada senhora na associação, a partir de critérios do próprio padre.

A proposta de doação financeira dos mais para os menos ricos para a Igreja não deu certo, assim como a vida útil da associação das Senhoras Auxiliadoras, que não cumpriu o seu propósito estatutário nos três anos, que inicialmente, o padre Justino previa para que a nova matriz fosse construída, concluída e inaugurada. Arrastaram-se longos vinte anos, com falta de recursos e de adesão dos fiéis, principalmente os mais ricos, a obra foi paralisada diversas vezes, e por longos períodos. A antiga igreja matriz, continuava sendo usada, e era a igreja dos ricos, enquanto a Capelinha de Jesus, Maria e José, construída pelo capitão Ricardo Costa, era a igreja dos pobres em Canavieiras. A Capelinha passou a ser usada para o culto divino a partir de 1907, mas, não tinha sido concluída ainda, faltava a construção da torre, que também demorou a ser concluída, e não sabemos em qual ano se deu a conclusão dela.

Nem os presbiterianos escaparam da letargia canavieirense para os assuntos de religião. O templo deles começou a ser construído em 1909, mas o acabamento só foi concluído em 1952, quando a torre ficou pronta. Como não nos debruçamos sobre o processo construtivo do templo presbiteriano, não podemos afirmar o porquê da demora de quarenta e três anos para sua conclusão, mas, em relação aos católicos de Canavieiras, os presbiterianos era um grupo bem menor de fiéis, não tem como se comparar.

A antiga igreja matriz, teve que suportar, mesmo escorada por madeiramento por fora, já que sua estrutura foi mais abalada ainda na enchente do Rio Pardo em 1914, onde as águas turvas do rio alcançaram a marca de um metro e meio em suas paredes laterais de taipa⁹³, escapando de avarias, somente a fachada e a torre, construídos de tijolos e cimento, nas inúmeras reformas e modificações que sofreu durante o século XIX. Ao menos neste caso de Canavieiras, a elite eclesiástica penou muito para reerguer o patrimônio da Igreja, conseguir um bom sustento para o pároco, e se reafirmar enquanto um poder constituído e reconhecido pelos fiéis na cidade. Ainda em 1913, ocorreria um grande avanço para o fortalecimento da elite eclesiástica na região sul da Bahia. Com a criação da Diocese de Ilhéus, a Igreja conseguiu sua reorganização interna, e se afirmou como outra parte do poderio na região cacaueteira, tendo como um comandante, não um coronel, mas, um bispo diocesano.

⁹³ A ÉPOCA, Ano III, nº 549, de 29 de janeiro de 1914, p. 4.

4.3 A emancipação da elite eclesiástica no sul da Bahia

Para viabilizar o crescimento e melhor administração do extenso território da Arquidiocese da Bahia, D. Jerônimo encaminha a Santa Sé o pedido de criação das três novas dioceses, com sede nos municípios de Barra do São Francisco, Caetité e Ilhéus. O Papa São Pio X (1903-1914), atendeu à solicitação da divisão por D. Jerônimo, e através da bula *Majus Animarum Bonum*, de 20 de outubro de 1913, criou as três novas diocese, sendo a de Ilhéus, segundo Campos (2006), considerada a mais importante, devido a potência da monocultura cacaueteira, o que contribuiu para a rápida formação do patrimônio da cúria, já que esse era de grande interesse da elite política do município de Ilhéus e região a instalação de um bispado na cidade.

Dado esse fato, aprofundaremos sobre o significado da criação de uma diocese, para que ela serve, e o que muda no cotidiano de uma sociedade quando a Igreja católica se faz presente com um bispado. Para fundamentarmos nossa argumentação, utilizaremos textos importantes da Igreja como os documentos do Concílio Vaticano II, promulgado pelos Papas São João XXIII (1958-1963) e São Paulo VI (1963-1978), entre 1962-1965, e também o Código de Direito Canônico, promulgado pelo Papa São João Paulo II (1978-2005), em 1983. Vejamos o que nos diz o Decreto *Christus Dominus*, do Concílio Vaticano II sobre a noção de diocese:

Diocese é a porção do Povo de Deus, que se confia a um Bispo para que a apascente com a colaboração do presbitério, de tal modo que, unida ao seu pastor e reunida por ele no Espírito Santo por meio do Evangelho e da Eucaristia, constitui uma Igreja particular, na qual está e opera a Igreja de Cristo, una, santa, católica e apostólica. (DOCUMENTOS DO CONCÍLIO VATICANO II, 1997, p. 248).

A partir desse pressuposto apostólico, D. Jerônimo Thomé da Silva, já não dava conta das inúmeras paróquias sob o seu pastoreio, ou seja, fugia dos objetivos a qual uma diocese se propõe nos documentos da Igreja. A necessidade de reforma territorial na Arquidiocese de São Salvador da Bahia, que até 1910, compreendia os territórios dos estados da Bahia e Sergipe, era, por fim, necessária e benéfica para a administração eclesiástica e crescimento espiritual da Igreja na Bahia, pois:

Cân. 381 § 1. Compete ao Bispo diocesano, na diocese que lhe foi confiada, todo o poder ordinário, próprio e imediato, que se requer para o exercício de seu múnus⁹⁴ pastoral, com exceção das causas que forem reservadas, pelo direito ou por decreto do Sumo Pontífice, à suprema ou a outra autoridade eclesiástica.

⁹⁴ Múnus: tarefa, dever obrigatório de um indivíduo; encargo, obrigação. (HOUAISS, 2008, p. 1981).

§ 2. No direito, equiparam-se ao Bispo diocesano os que presidem a outras comunidades de fiéis mencionadas no cân. 368⁹⁵, a não ser que outra coisa se depreenda pela sua natureza ou por prescrição do direito. (CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, 1983, cap. I, p. 30).

D. Jerônimo, primeiramente, aventou a possibilidade de planejar a criação da Diocese de Aracaju, tão necessária para bem atender a Igreja em Sergipe. Foi o primeiro intento do arcebispo, com o apoio da Nunciatura Apostólica no Brasil, rumo a uma reorganização interna, mais eficaz, de sua arquidiocese, pós separação do Estado. Com o apoio da elite política e oligárquica da capital sergipana, conseguiu doações para a formação do patrimônio da cúria, e a viabilidade financeira mínima para prepararem a posse do primeiro bispo ocorrida em 4 de dezembro de 1911.

Com a expansão dos fiéis católicos da Igreja Particular da Bahia, a qual Sergipe estava sob jurisdição eclesiástica durante três séculos, o 21º Arcebispo de São Salvador da Bahia, Dom Jerônimo Tomé da Silva, em sintonia com a Nunciatura Apostólica do Brasil, promoveu a criação da diocese de Aracaju, junto à Santa Sé Apostólica. E foi assim que no dia 3 de janeiro de 1910, o Santo Padre Pio X (Giuseppe Melchior Sarto, hoje São Pio X) gloriosamente reinante, criou a supradita diocese pela bula *Divina Disponente Clementi*, abrangendo todo o Estado de Sergipe.⁹⁶

Com o projeto de criação da nova Diocese de Aracajú concluído e realizado, D. Jerônimo continuou com o intento de reorganizar sua ainda imensa arquidiocese, agora, restrita ao território do estado da Bahia. Diversas visitas pastorais para as cidades de Barra, Caetité e Ilhéus, foram realizadas no intuito de arregimentar apoio das oligarquias locais, para a formação do patrimônio da cúria, e para os preparativos das posses dos primeiros bispos, caso as respectivas cidades aderissem à campanha. Diferente do que ocorria em Canavieiras sobre o difícil caso da nova igreja matriz em construção, em Ilhéus, a oligarquia local, não mediu esforços para conseguir para a Igreja, o que lhes foi pedido, pois, um bispado em Ilhéus seria de grande utilidade para os coronéis⁹⁷, que queriam ver Ilhéus reconhecida na Bahia e no Brasil,

⁹⁵ Cân. 368 As Igrejas particulares, nas quais e das quais se constitui a una e única Igreja católica, são primeiramente as dioceses, às quais, se equiparam, não constando o contrário, a prelazia territorial, a abadia territorial, o vicariato apostólico, a prefeitura apostólica e a administração apostólica estavelmente erigida. (CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, 1983, cap. I, p. 29-30).

⁹⁶ A Igreja particular de Aracajú. Disponível em <https://www.arquidiocesede aracaju.org/institucional>. Acesso em 19 fev. 2022.

⁹⁷ “O coronelismo se insere em uma relação de reciprocidade entre as oligarquias estaduais. No comando do esquema está o governador e o grupo estadual por ele representado, intermediário das benesses do governo federal aos municípios. Todavia, os coronéis não tinham uma atitude passiva diante do Estado, devido a sua relativa autonomia econômica, baseada na propriedade fundiária e no predomínio comercial, menos dependentes dos vínculos creditícios do Império; os grandes fazendeiros de cacau dispunham de pessoal próprio, os jagunços e trabalhadores, imprescindível para sustentar a pressão contra seus inimigos políticos em seu território eleitoral. O coronel na República Velha simboliza uma forma *suigeneris* de delegação do poder público no campo do poder privado. O coronel organizava a política e complementava a administração pública no município dentro de um

como um forte polo político e econômico, e com a diocese, eclesiástico também. Nas Atas da Sé Apostólica, consta o texto na íntegra das freguesias atribuídas a nova Diocese de Ilhéus, a partir de 1913:

Nosso Santíssimo Senhor, o Papa Pio X, por decreto da sagrada Congregação Consistorial:

Dia 20 de outubro de 1913, dividiu, por solicitação do próprio arcebispo, o extenso território da diocese do Santíssimo Salvador da Bahia no Brasil em quatro partes, criando três novas dioceses: Barra, Caetité e Ilhéus.

Atribuiu à diocese de Ilhéus as paróquias de Ilhéus, Olivença, Canavieiras, Belmonte, Santa Cruz, Porto Seguro, Vila Verde, Trancoso, Nossa Senhora de Lourdes do Angelim, Prado, Alcobaça, Caravelas, Vila-Viçosa, S. José de Porto Alegre, Itabuna, Barra do Rio de Contas, Marahú, Barcellos, Camamu, Igrapiuna, Santarém, Nova Boipeba, Boipeba Velha, Cayrú, Taperoá, Serapuhy, Guerem, e Valença. (ATAS DA SÉ APOSTÓLICA, 1913, p. 548-549).

Devido as condições limitadas dos meios de comunicação do início do século XX, a notícia da criação das novas dioceses de Barra, Caetité e Ilhéus, só veio ao conhecimento de D. Jerônimo Tomé da Silva, por ofício do Núncio Apostólico no Brasil, no Rio de Janeiro, datado de 26 de dezembro de 1913, onde o avisava estar de posse da bula de criação das três novas dioceses. D. Tomé, imediatamente, expediu uma circular avisando aos vigários das freguesias de Ilhéus, Caetité e Barra do fato ocorrido:

“AOS REVMOS. SNRS. CONEGO JOSÉ EVARISTO DE GÓES BITTENCOURT, VIGÁRIO DE IHÉUS, PADRE LUIZ PINTO BASTOS, VIGÁRIO FORANEO DE CAETITÉ, E FREI ANGELO QUINTANA, VIGÁRIO DA BARRA DO RIO GRANDE.

Bahia, 31 de dezembro de 1913.

Com grande prazer, levo ao conhecimento de V. Rvm^a. que, por ofício de 26 deste mez, comunicou-me o Exm^o e Rvm^o. Sr^o Núncio Apostólico achar-se de posse da Bulla de erecção das três novas Dioceses projectadas neste Estado da Bahia: Ilhéus, Caetité e Barra do Rio Grande.

Por este acto da Santa Sé, que foi um grande beneficio a todos os habitantes do território dessa nova Diocese, dou a V. Rvm^a., à digna Commissão incumbida de preparar o patrimônio e a todo o povo, cordiais e sinceros parabéns.

Como tenho a necessidade de saber o que já se acha feito com relação a esse Bispado, cirva-se V. Rvm^a. De me informar de tudo.

Creio que não demorará a nomeação do Bispo. Torna-se, pois, urgente fazer-se o possível a fim de poupar a ele o dissabor de achar por fazer, cousas a que, com boa vontade, não seria difícil providenciar.

Estou certo de V. Rvm^a. e digna Commissão redobrarão de esforços para que possa o Prelado receber dahi a grata impressão de que se acha no meio do povo digno da distincção com que acaba de honra-lo a Santa Sé.

Deus Guarde e Abençoe a V. Rvm^a.

(a) + JERONYMO, Arcebispo da Bahia.”

partido único estadual tumultuado na base eleitoral. Essa base municipal dividia-se em grupos antagônicos, em que não raras eram as dissidências internas.” (RIBEIRO, 2001, p. 95-96).

Mais de dois meses se passaram da data de criação das novas dioceses, até que a esperada notícia chegasse ao conhecimento do povo de Ilhéus, Caetité e Barra, que através da comissão nomeada por D. Jerônimo, em cada uma dessas cidades, trabalhavam para angariar fundos para a formação do patrimônio do novo bispado. A criação da diocese de Ilhéus era um fato consumado, impulsionado por D. Jerônimo, a comissão nomeada por ele, agora tinha pouco tempo até a nomeação do primeiro bispo para organizar todo patrimônio até sua posse. Enquanto a Santa Sé não nomeava e marcasse a posse dos novos bispos, D. Jerônimo, foi nomeado administrador apostólico das dioceses de Barra, Caetité e Ilhéus, ou seja, continuava sob o comando dele a organização interna das novas dioceses. A Diocese de Ilhéus, de fato, foi instalada com a posse do primeiro bispo D. Manoel Antônio de Paiva⁹⁸, ocorrida a 8 de agosto de 1915.

Na figura 8, típica fotografia da elite eclesiástica no início do século XX, evidenciando a hierarquia da Igreja dentro do clero, sentado ao centro o bispo com sua cruz peitoral, ladeado pelos padres com cargos eclesiásticos em seu governo pastoral, como: o chanceler da cúria diocesana, o secretário particular do bispo, o vigário geral da diocese, o cura da catedral-matriz de São Jorge, o ecônomo diocesano, o reitor do seminário diocesano. Os padres que estão em pé, são os párocos das freguesias que formavam a diocese de Ilhéus. Lembremos, que na fotografia em questão, só estão os padres seculares da diocese, os padres regulares, ligados às ordens e congregações, embora presentes na diocese de Ilhéus nesse recorte, não participaram da fotografia em questão.

Sobre o padre Justino José de Sant'Anna, identificado na fotografia em pé, atrás do bispo, ao lado esquerdo da imagem do Sagrado Coração de Jesus, pertencia do clero da Arquidiocese de São Salvador da Bahia, sendo transferido para a Freguesia de São Boaventura do Poxim de Canavieiras, em 1912, passou a integrar o clero da nova Diocese de Ilhéus, em 1913. Permaneceu em Canavieiras até 1924, quando foi eleito primeiro bispo da recém-criada Diocese de Juiz de Fora, em Minas Gerais. Por causa de seu desempenho frente à causa de se construir uma nova igreja matriz para Canavieiras, e ter conseguido deixá-la faltando somente o acabamento, chamou a atenção do bispo de Ilhéus, D. Manuel Antônio de Paiva, que o indicou como candidato ao episcopado para a Igreja no Brasil, sendo eleito bispo pelo Papa Pio XI, nomeado para assumir o bispado de Juiz de Fora, onde tomou posse em 1925. Seu maior feito por lá foi, também, ter reconstruído e ampliado a catedral de Santo Antônio, movimentando

⁹⁸ Ver anexo H.

seus diocesanos na região, em prol da causa, conquistando o respeito e admiração de suas ovelhas.

Voltou a Canavieiras, a convite de seu sucessor na Freguesia de São Boaventura do Poxim, o padre Antônio de Siqueira Granja, pároco de 1925-1938, responsável pelo término e acabamento das obras da nova igreja matriz, para presidir a celebração da missa de dedicação do templo, em 5 de julho de 1932, com a autorização do bispo de Ilhéus, D. Manoel Antônio, que cedeu a seu colega no episcopado a honra de dedicar a Deus, a nova igreja matriz de São Boaventura, que ele tinha se esforçado em construir, entre 1912-1924. Depois desse episódio, retornou outras vezes a Canavieiras para celebrações de festas da Igreja. Faleceu ainda no exercício do episcopado em Juiz de Fora, em 1958, aos 80 anos, sepultado na nova catedral que ele mesmo tinha reconstruído.

Figura 8 D. Manoel Antônio de Paiva e seu clero diocesano de Ilhéus, em 1916.



Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Ilhéus, recolhida pelo pesquisador em 2012.

O fato da criação em 1913, e da instalação da Diocese de Ilhéus em 1915, com a posse do primeiro bispo D. Manoel Antônio, conferiu a elite política da região cacauzeira, um contato mais próximo com um bispo da Igreja, o que era visto com muita predileção pela elite política e econômica, que contemplava na realidade de ser uma sede diocesana, o coroamento da força e do prestígio político dos coronéis de Ilhéus e região. Por outro lado, a Igreja, via-se

contemplada, por perceber da elite política e econômica da região cacauzeira, o reconhecimento de seu poder eclesiástico, configurando-se como uma elite paralela e poderosa, com força de mando e de protagonismo nas relações. Agiu para recuperar seu prestígio, ameaçado com a instauração do regime republicano no Brasil, com a laicização do Estado, com o processo de secularização da sociedade, da perda da hegemonia religiosa, com a abertura constitucional de liberdade de culto às outras denominações cristãs e de outros credos no país.

Com a República perdeu a hegemonia religiosa, mas, continuava ser a maior denominação cristã, com a qual a população mais se identificava na prática e profissão de fé. No campo político, foi preservado as relações do Estado brasileiro com a Santa Sé, antes mesmo da assinatura do Tratado de Latrão, em 1929, pelo qual, “reconhecia a independência e a soberania da Santa Sé, fundando o Estado da Cidade do Vaticano, e a Concordata, que definia as relações civis e religiosas na Itália entre a Igreja e o Governo italiano”⁹⁹. A representação diplomática da Santa Sé no Brasil – a Nunciatura Apostólica, com sede no Distrito Federal – manteve sua autonomia preservada, pós separação da Igreja e do Estado brasileiro, independente de qual regime de governo estivesse no comando da República do Brasil, efetivando as liberdades e autonomias institucionais, que a elite eclesiástica vinha lutando para gozar desde o Império. A causa da elite eclesiástica, continuava em reaver os bens sequestrados do patrimônio da Igreja, que desde a implementação da República tinha sido tomado pelo Estado, em longos entraves judiciais que durariam por várias décadas a fio, tendo o uso da imprensa, como principal veículo de comunicação, para convencimento das massas católicas, em prol da causa de recuperação patrimonial da Igreja em diversas dioceses em todas as regiões do Brasil.

⁹⁹ 11 de fevereiro de 1929 - Os 91 anos do Tratado de Latrão. Disponível em <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2020-02/11-fevereiro-1929-91-anos-tratado-de-latrao.html>. Acesso em 19 fev. 2022.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos possibilidades de novos olhares sobre o problema de pesquisa em História, que perseguimos desde a graduação, continuada na especialização, e agora no mestrado buscamos consolidar novas vertentes, como no caso das contendas entre a elite eclesiástica e a elite política local, para se resolver a questão da antiga matriz e a construção de uma nova na cidade de Canavieiras em meio ao processo de secularização e laicização. Mais uma vez, apontamos que as fontes hemerográficas e fotográficas foram indispensáveis para escrevermos esta dissertação. Embora, ficássemos devendo no maior aprofundamento sobre os conceitos do processo de secularização e laicização, temos a consciência que, tais conceitos mudaram o rumo da interpretação que pretendíamos fazer, deram novo rumo à nossa pesquisa que iremos desenvolver no doutorado em História pela Universidade Federal de Goiás, sobre a continuidade dos estudos sobre a elite eclesiástica no Brasil na primeira República.

A presente dissertação, foi o produto de um estudante de pós-graduação sobrevivente, que apesar dos pesares (não recebimento de bolsa de pesquisa, desemprego, medo da pandemia da Covid-19, distância da família), conseguiu a partir da busca de sua essência, tentar fazer valer a oportunidade – ainda para poucos – de cursar um mestrado acadêmico em História na Universidade Pública, atualmente, sucateada pelo atual governo federal, mas, que resiste em permanecer produzindo e divulgando conhecimento de qualidade e gratuito para o povo brasileiro. Mais uma vez, dedico esta dissertação, aos meus colegas da turma 2020-2022 do PPGH-UFCG, que ao contrário de mim, não puderam ir adiante com o mestrado, por causa da dificuldade financeira que suas famílias afundaram no auge da pandemia entre 2020-2021. Sinto muito por eles, e lamento profundamente por não terem conseguido chegar até aqui. Fui um agraciado e sou agradecido.

Embora, não estivesse dentro do recorte da pesquisa 1903-1913, somente para melhor explicar, nosso intuito no capítulo I, foi de apresentar a fotografia como fonte histórica, mesmo sabendo que entre nós, historiadores, isso não tem nada de inédito, mas, acreditamos que ainda se faz necessário lembrar que, na historiografia, fotografia não é ilustração é fonte. E, a partir das quatro fotografias produzidas por *Dantas Photo*, e relacioná-las com o relatório de descrições práticas da Província da Bahia, de Durval Vieira de Aguiar, sobre a *Imperial Villa de Cannavieiras*, em uma argumentação primária, foi impulsionado pelo ineditismo do tema dissertado no capítulo I, pelo menos em relação a tipologia das fontes documentais – fotográfica e escrita – sobre Canavieiras no século XIX. O relatório e a obra completa de Durval Vieira de Aguiar, por ser uma obra esgotada, caiu no esquecimento e as fotografias de *Dantas Photo*,

passaram a ser conhecidas em Canavieiras no final da década de 1990, quando a região do porto grande da cidade, defronte ao Rio Pardo, foi revitalizada pelo Governo da Bahia, transformando em sítio histórico, fomentando e fortalecendo o turismo, a partir do conceito de preservação do patrimônio histórico local.

Muitas dessas fotografias de fins do século XIX, até a primeira metade do século XX, serviram para os arquitetos e engenheiros reaverem os traços originais do casario, ruas e praças, no afã de compor o novo sítio histórico. Assim, os casarões da região do porto da cidade de Canavieiras, que no passado serviram de comércio da cidade e de armazéns de compra e venda de cacau, passaram a ser bares e restaurantes sofisticados, espaços culturais de exposição fotográfica permanente, com ajuntamento de acervo de móveis, porcelanas, pratarias, na tentativa de recompor uma residência de um coronel do cacau no início dos noventa. Quem gostou dessa recuperação cenográfica foi a TV Globo, que utilizou o sítio histórico em duas de suas produções na teledramaturgia brasileira, inspiradas nas obras de Jorge Amado: *Porto dos Milagres*¹⁰⁰ (2001) e *Gabriela*¹⁰¹ (2012).

Segundo o relatório de Durval Vieira de Aguiar sobre a situação da *Villa de Cannavieiras*, apresentado aqui somente no que tangia sobre a questão urbana, sanitária e de construções da vila, percebemos quão era insípido o cotidiano dos habitantes de Canavieiras nesse período, e como demorou para haver os primeiros melhoramentos urbanos daquela simples vila, que iria obter o título de cidade em 1891. Percebemos pela documentação estudada, que realmente, o título de cidade, nesse aspecto, não era sinônimo de qualidade de vida, de expansão urbana, de acesso à boas habitações pela maioria da população. A cidade era para um pequeno grupo seletivo, a elite, que sim, promoveu as primeiras transformações urbanas, a partir dos anos 1910, para sua própria benesse, o que não é uma novidade. Para o povo em geral, até hoje, como em muitas cidades Brasil afora, a realidade é de vila mesmo.

A história da imprensa em Canavieiras se revela fator determinante para compreendermos àquela sociedade de início de século. Foi a fonte que trouxe muitas repostas a larga lacuna que havia e ainda há sobre a história urbana e religiosa da cidade de Canavieiras, história essa somente possível devido ao trabalho da imprensa local no século XX, nos seus jornais e fotografias, guardados e esquecidos há mais de um século, resistindo ao desgaste do tempo e tornando-se importante instrumento de pesquisa para a historiografia da região cacauífera da Bahia, sobre as relações de poder entre a elite eclesiástica e a elite política dos velhos coronéis, tão pertinente para o afã vivido da busca pelo progresso, pela modernidade das

¹⁰⁰ Disponível em: <http://teledramaturgia.com.br/porto-dos-milagres/>, Acesso em 23 nov. 2021.

¹⁰¹ Disponível em: <http://teledramaturgia.com.br/gabriela-2012/>, Acesso em 23 nov. 2021.

idades, e a Igreja inconformada com a situação imposta, buscava contornar esses problemas em negociações com a outra elite, para consolidar sua organização institucional no pós-república.

Persequimos, desta vez, em dar nome e voz a esses membros da elite eclesiástica, como D. Jerônimo Tomé da Silva (1894-1924), padre Justino José de Sant'Anna (1912-1924), e D. Manoel Antônio de Paiva (1915-1929), como exemplos de bispos e padres da Igreja, que além do púlpito e do altar, tinham traquejos políticos para recuperarem o patrimônio sucateado da Igreja, herdado pelo descaso do governo da Província da Bahia, e continuado pela indiferença dos políticos republicanos, que no caso pesquisado na cidade de Canavieiras, a questão foi resolvida na base da barganha como acordo entres as partes. Como mais um sinal de reestruturação da administração eclesiástica da Igreja no Brasil, a Santa Sé criou a Diocese de Ilhéus, além de mais duas no interior da Bahia, em 1913, dando foros de emancipação da elite eclesiástica no sul da Bahia, trazendo para mais perto da realidade a figura rara do bispo diocesano, evento que os baianos só podiam ver na cidade de São Salvador.

No intuito de melhor completar o conhecimento dessas figuras eclesiásticas e de alguns exemplares arquitetônicos da cidade de Canavieiras, elaboramos nove anexos de imagens e textos, que almejamos que tenham contribuído para melhor contextualizar o nosso trabalho. Alcançamos o objetivo desta pesquisa, mesmo enfrentando tempos difíceis de pandemia e descaso com a ciência no Brasil, sem financiamento ou bolsa, que por uma questão resistência e afirmação, cursamos, aproveitamos, realizamos, estagiamos o máximo que pudemos na graduação em História da UFCG, por entendermos a nossa responsabilidade como cidadãos brasileiros de retribuir e fortalecer a universidade pública em seu papel transformador de vidas e realidades, que nós mesmos, reconhecemos e testemunhamos.

REFERÊNCIAS

Fontes escritas:

AGUIAR, D. V. de. Canavieiras. *In: Descrições práticas da Província da Bahia: com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979, p. 273-275.

ATAS DA SÉ APOSTÓLICA (1913). Acervo do Arquivo da Cúria Diocesana de Ilhéus, Bahia.

ATOS DO GOVERNO DO ESTADO REFERENTES ÀS FREGUESIAS DA BAHIA (1890-1896). Acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia.

D. JERÔNIMO TOMÉ DA SILVA. Circular de 31 de Dezembro de 1913. Acervo do Arquivo da Cúria Diocesana de Ilhéus, Bahia.

IBGE. **Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1900**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25474.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2022.

LIVRO DE TOMBO DA FREGUESIA DE SÃO BOAVENTURA DO POXIM DE CANAVIEIRAS (DIOCESE DE ILHÉUS, BAHIA), Vol. 1, 1949 – 1960.

OLIVEIRA, J. G. de. **Crônica histórica da Diocese de Ilhéus**. 1967, 3 p.

PEDERNEIRAS, I. V. **Relatórios sobre a exploração do rio Pardo e Colônia Militar do Mucuri (1849-1852)**. Acervo digital da Biblioteca Nacional.

PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA DA BAHIA. **Documento de petição da comissão encarregada de promover o conserto da igreja matriz da Villa de Cannavieiras (1886)**. Acervo do Arquivo Público da Bahia.

Fontes fotográficas:

AUTORIA NÃO IDENTIFICADA. **Antiga igreja matriz de São Boaventura de Canavieiras, Bahia**, década de 1920. Fonte: Cia da Notícia (s/d, on-line).

AUTORIA NÃO IDENTIFICADA. **Praça do Paço e a antiga igreja matriz de São Boaventura, Canavieiras, décadas 1920-1930**. Acervo: Senhorita Ritinha Stolze (*In memoriam*), Canavieiras, Bahia.

AUTORIA NÃO IDENTIFICADA. **Casa de Câmara e Cadeia Pública de Canavieiras**. Fonte: Tabu *On Line*, Canavieiras, Bahia.

AUTORIA NÃO IDENTIFICADA. **D. Manoel Antônio de Paiva**, 1º bispo da Diocese de Ilhéus, BA, entre 1915-1929. Disponível em: <https://congregacaomarianapst.webnode.pt/products/primeiro-bispo-de-ilheus-dom-manoel-antonio-de-paiva-de-1915-a-1929-/>. Acesso em: 17 dez. 2021.

DANTAS PHOTO. **Província da Bahia, Villa de Cannavieiras, Rua do Fogo, 1880**. Acervo de Paulo Simões, Canavieiras, Bahia.

DANTAS PHOTO. **Província da Bahia, Villa de Cannavieiras, Rua do Brejo, 1880.** Acervo de microfilmagem de site extinto da Prefeitura Municipal de Canavieiras, Bahia.

DANTAS PHOTO. **Província da Bahia, Villa de Cannavieiras, Rua de São Boaventura, 1880.** Acervo de Paulo Simões, Canavieiras, Bahia.

DANTAS PHOTO. **Província da Bahia, Villa de Cannavieiras, Rua da Praça, 1880.** Acervo de Paulo Simões (Canavieiras, BA).

DPS. **D. Sebastião Monteiro da Vide**, 5º arcebispo da Bahia (1707-1722). Fonte: MOTT, 2010, p. 41.

OSLAN COSTA RIBEIRO. **Propaganda da Emulsão de Scott**, tendo a indicação, o testemunho e bênção de D. Ricardo Casanova y Estrada, médico e arcebispo da Guatemala. Fonte: MONITOR DO SUL, Ano X, nº 595, 12 de março de 1911, p. 2. Acervo de Periódicos Raros da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, Salvador, Bahia.

OSLAN COSTA RIBEIRO. **Propaganda do xarope Bromil**, do Laboratório Daudt & Lagunilla, do Rio de Janeiro, que doou lote do medicamento para as ações sociais de D. Cláudio José, arcebispo de Porto Alegre, RS. Fonte: MONITOR DO SUL, Ano XII, nº 677, 5 de janeiro de 1913, p. 3. Acervo de Periódicos Raros da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, Salvador, Bahia.

VISCONDE J. DE V. DE L. ADAM. **Mapa da Província da Bahia (1857)**. Acervo digital do Arquivo Nacional do Brasil.

TEOPHILO MOURRANHY. **50 anos de fundação do Apostolado da Oração** da Freguesia de São Boaventura do Poxim (1953). Acervo: Livro de Tombo da Freguesia de São Boaventura do Poxim de Canavieiras, BA, vol. 1 (1949-1960).

TEOPHILO MOURRANHY. **Paço Municipal de Canavieiras (1930)**. Acervo de Vicente Tedesco, Canavieiras, Bahia.

TEOPHILO MOURRANHY. **Vista parcial da vila de Jacarandá**, no município de Canavieiras, BA, às margens do Rio Pardo. Disponível em: <http://ilhadecanavieiras.blogspot.com>. Acesso em: 17 dez. 2021.

Fontes hemerográficas

- A ÉPOCA, Rio de Janeiro, DF, Ano III, nº 549, de 29 de janeiro de 1914;
- A RAZÃO, Canavieiras, BA (1908-1912);
- A REFORMA, Canavieiras, BA (1913-1917).
- DIÁRIO DA BAHIA, Salvador, BA, ano XXXV, nº 234, 19 de outubro de 1889;
- LEITURAS RELIGIOSAS DA BAHIA, Salvador, BA, 19 de outubro de 1902;
- MONITOR DO SUL, Canavieiras, BA (1903-1913);
- PEQUENO JORNAL, Salvador, BA, ano III, nº 561, de 16 de janeiro de 1892;

Bibliografia

AGUIAR, D. V. de. **Província da Bahia**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Cátedra, 1979, p. 273.

AMARAL, W. V. Apostolado da Boa Imprensa: contribuições das Filhas de Maria na imprensa católica (Pernambuco, 1902-1922). **Escritas**: Revista do Colegiado de História Câmpus de Araguaína; vol. 6, nº 1, 2014. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1435/8228>. Acesso em: 18 fev. 2022.

APOSTOLADO DA ORAÇÃO. Disponível em: <https://aomej.org.br/historia>, Acesso em: 14 dez. 2021.

AZZI, R. **A Sé Primacial de Salvador** – A Igreja Católica na Bahia. Vol. 2. Petrópolis: Vozes, 2001, 543 p.

A IGREJA PARTICULAR DE ARACAJÚ. Disponível em: <https://www.arquidiocesedearacaju.org/institucional>. Acesso em: 19 fev. 2022.

BARBOSA, Y. A.; AMBRÓZIO, J. C. G. **A cidade e o progresso**: considerações sobre os impactos da ideologia do progresso no espaço urbano do século XIX. Disponível em: <file:///C:/Users/Adm/Documents/UFCG%20Mestrado%20Hist%C3%B3ria%202020-2022/Disserta%C3%A7%C3%A3o/17984-Texto%20do%20artigo-75453-1-10-20160819.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2022.

BARROS, J. D'A. **A fonte histórica e seu lugar de produção**. Petrópolis: Vozes, 2020, 274 p.

CAMILO, R. A. L. **A Teologia da Libertação no Brasil**: das formulações iniciais de sua doutrina aos novos desafios da atualidade. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/253/o/Rodrigo_Augusto_Leao_Camilo.pdf. Acesso em: 7 fev. 2022.

CAMPOS, J. da S. **Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus**. 3. ed. Ilhéus, BA: Editus, 2006, p. 422.

CANABARRO, I. Fotografia, história e cultura fotográfica: aproximações. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 31, n. 2, p. 23 – 39, 2005. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2005.2.1336>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/1336/1041>. Acesso em: 11 nov. 2021.

CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3ª edição. São Paulo: Cia. das Letras, 2004, 197 p.

CHARTIER, R. **A história cultural** – Entre práticas e representações. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1990, 244 p.

CNBB. **Nota de esclarecimento “A Igreja católica não faz barganhas”**, de 06 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Nota-de-Esclarecimento-CNBB-Comunicac%CC%A7a%CC%83o-Signis-e-RCR.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2022.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO (1983). Disponível em: https://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf. Acesso em: 26 jan. 2022.

COSTA, L. (Org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. São Paulo: Paulus, 1997, 733 p.

DE BONI, L. A. **Boaventura**: filósofo, teólogo e místico. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2016, 268 p. Disponível em: <https://www.editorafi.org/008deboni>. Acesso em: 20 fev. 2022.

DOM Jerônimo Tomé da Silva. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/JTSilva.html>, Acesso em: 17 dez. 2021.

DOM Justino José de Sant’Anna (1924-1958). Arquidiocese de Juiz de Fora, Juiz de Fora: MG, s/d. Disponível em: <https://arquidiocesējuizdefora.org.br/dom-justino-jose-de-santana-1924-1958/>, Acesso em: 14 dez. 2021.

DOM Manoel Antônio. Disponível em: <https://congregacaomarianapst.webnode.pt/products/primeiro-bispo-de-ilheus-dom-manoel-antonio-de-paiva-de-1915-a-1929-/>, Acesso em 17 dez. 2021.

FISCHER, B. **18 de julho de 1870**. (18/07/2019). Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/1870-papa-%C3%A9-declarado-infal%C3%ADvel/a-319592>. Acesso em: 27 jan. 2022.

G1. Brasil registra 722 mortes por Covid em 24 horas; média móvel tem tendência de queda pelo 2º dia seguido. Disponível em: Disponível em <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/02/26/brasil-tem-722-mortes-por-covid-em-24-horas-media-movel-tem-tendencia-de-queda-pelo-2o-dia-seguido.ghtml>. Acesso em: 27 fev. 2022. Acesso em: 27 fev. 2022.

GUEDES, P. H. M. Q. A nova história do poder político e a cultura política. *In*: CAVALCANTE NETO, F. T; GUEDES, P. H. M. Q e SANTOS NETO, M. G. (Orgs.). **Cultura e poder político**: historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2012, p. 25-46.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1990, 553 p.

LUCA, T. R. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. 3ª edição. São Paulo: Contexto, 2015, p. 111-153.

MAGALHÃES, W. **Pastores da Bahia**. Salvador: Organização Odebrecht, 2001, 194 p.

MATTOSO, K. M. de Q. **Bahia no Século XIX**: uma província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MAUAD, A. M. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 13, n. 1, p. 133-174, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-47142005000100005>. Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5417/6947>. Acesso em: 14 out. 2021.

MICELI, S. **A elite eclesiástica brasileira: 1890-1930**. São Paulo: Companhia da Letras, 2009, 213 p.

MONTEIRO, C. História, fotografia e cidade: reflexões teórico-metodológicas sobre o campo de pesquisa. **Métis**, Caxias do Sul, RS, v. 5, n. 9, p. 11-23, jan./jun. 2006. Disponível: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/781/545>. Acesso em: 21 out. 2021.

MOTT, L. **Bahia: inquisição & sociedade**. Salvador: Edufba, 2010, 294 p. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/1028/1/BAHIA_Inquisi%C3%A7%C3%A3oesociedade.pdf. Acesso em: 18 nov. 2021.

RIBEIRO, A. L. R. **Família, poder e mito: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912)**. Ilhéus: Editus, 2001, 168p. Disponível em: <http://www.uesc.br/editora/livrosdigitais/familia-poder-mito.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

RIBEIRO, O. C. Percursos da Igreja Católica no sul da Bahia: formação, consolidação e transformações da diocese de Ilhéus (1913-1978). In: MACÊDO, J. R. (org.). **Diocese de Ilhéus: 100 anos de História**. Ilhéus, BA: Editus, 2013. v. 1, p. 17-56. Disponível em: http://www.uesc.br/editora/livrosdigitais2015/diocese_ilheus.pdf. Acesso em: 18 nov. 2021.

RIBEIRO, O. C. Transformações urbanísticas na Bahia: a demolição da capela de São Sebastião em Ilhéus e da antiga igreja matriz de São Boaventura em Canavieiras (1927-1932). In: VI Semana de Licenciatura em História do Instituto Federal de Goiás, 2016, Goiânia, GO. **Anais da Semana de Licenciatura em História do IFG**. Disponível em: <http://eventos.ifg.edu.br/7semanadehistoria/wp-content/uploads/sites/31/2018/02/Oslan-Costa-Ribeiro.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2021.

RIBEIRO, O. C. 118 anos do AO da Paróquia de São Boaventura, Canavieiras, BA. **Mensageiro do Coração de Jesus**. São Paulo: Loyola, p. 49, 2021.

RODRIGUES, L. F. **Da supressão à “Restauração” (1773-1814): A Companhia de Jesus, entre continuidade e descontinuidade**. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5756-luiz-fernando-rodrigues>. Acesso em: 31 jan. 2022.

SANTOS, I. S. **Igreja Católica na Bahia - A reestruturação do Arcebispado Primaz (1890-1930)**. Dissertação (Mestrado em História Social), 2006. 158 f. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador -Bahia, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/11259/1/Dissertacao%20Israel%20Santosseg.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2022.

SANTOS, J. H. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <oslan@hotmail.com.br> em 20 out. 2014.

SCHWARCZ, L. M. As marcas do período; População e sociedade. *In:* SCHWARCZ, L. M. (Org.). **A abertura para o mundo (1889-1930). História do Brasil Nação: 1808-2010.** Vol. 3. Rio de Janeiro/ Madrid: Objetiva/ Fundación Mapfre, 2012, p. 19–84.

SCHWARCZ, L. M. e STARLING, H. M. A Primeira República e o povo nas ruas. *In:* **Brasil: uma biografia.** 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 318-350.

SOIHET, R. **A subversão pelo riso:** estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, 198 p.

SOUZA, L. E. S. e. **O dogma da infalibilidade.** (09/04/2021). *In:* <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2021-04/o-dogma-da-infalibilidade.html>. Acesso em: 27 jan. 2022.

STEFFEN, C. J. M. **Igreja e Direito Canônico** - A dimensão jurídica do mistério da Igreja. Dissertação (Mestrado em Teologia), 2014. Faculdade de Teologia- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014, p. 81-82. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/5886/1/459184.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2022.

VIEIRA, D. G. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980, 409 p.

WANDERLEY, A. **O Prefeito Pereira Passos (1836 – 1913) e o Fotógrafo Augusto Malta (1864 -1957).** Rio de Janeiro: Brasiliana Fotográfica, 10 mar. 2017. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/?p=7566>. Acesso em: 25 out. 2021.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004, 335 p.

11 DE FEVEREIRO DE 1929. OS 91 ANOS DO TRATADO DE LATRÃO. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2020-02/11-fevereiro-1929-91-anos-tratado-de-latrao.html>. Acesso em: 19 fev. 2022.

ANEXOS

Anexo A – D. Sebastião Monteiro da Vide, 5º arcebispo da Bahia (1707-1722)



Fonte: MOTT, 2010, p. 41.

“Nascido em Monforte, Diocese de Elvas - Portugal, em 1643, faleceu em Salvador em 7 de setembro de 1722 aos 79 anos. Fez quatro longas visitas pastorais no vasto território de sua arquidiocese, marcando sua passagem com o início da construção de muitas igrejas e ereção de freguesias; Teólogo e canonista de envergadura excepcional, D. Sebastião Monteiro da Vide realizou em 1707 o 1º Sínodo Diocesano, promulgando as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, código admirável que regulou e incentivou a vida da Igreja no Brasil (1707 a 1899) durante 192 anos, adaptando às circunstâncias locais, uma vez que antes se governava apenas pelas constituições de Lisboa” (MAGALHÃES, 2001, p. 39).

Anexo B - Casa de Câmara e Cadeia Pública de Canavieiras, construído e inaugurado na gestão do intendente Antônio Salustiano Viana, em 1899.



Foto: Autor desconhecido, década de 1940. **Fonte:** Tabu *On Line* – Canavieiras/Bahia.

Anexo C – Paço Municipal de Canavieiras, BA, sede do executivo municipal, construído e inaugurado na gestão do intendente Antônio Salustiano Viana, em 1899.



Fonte: Acervo de Vicente Tedesco – Canavieiras/Bahia. **Foto:** Teophilo Mourranhy, década de 1930. Recolhido pelo autor em 2001.

Anexo D – Propaganda da Emulsão de Scott, tendo a indicação, o testemunho e bênção de D. Ricardo Casanova y Estrada, médico e arcebispo da Guatemala, no jornal “Monitor do Sul”, de Canavieiras, BA, em 1911.

mal
ia

impotencia
e por exci-
nclisraçov.
ous resul-
fraqueza
nalar par-
quencia de
ncis que
mento de
ficial de
licamente
ente me-
edio que
arifique o
vitalidade
eiza que
o indivi-
e saude

sexual a
ta Vege-
ama Ver-
e medica-
nentes po-
microbi-
nto extra-
rganismo
o sangue
de unit
ta. A pes-
sexual ou
edilõ Vege-
a, recobra
de recali-
termidales

curativa e
e Vegeta-
ista lem-
beria que
dicamento
se.
estados de
essa sexual
com dest-

Ó Illmo. e Revmo. Sr. Arcebispo de
Guatemala Bendiz os Inventores
D A
Emulsão de Scott



DR. DOM RICARDO CASANOVA Y ESTRADA
ARCEBISPO DE GUATEMALA

Seu Exa. Revma. temnos em varias occasões, por prescrip-
ção facultativa, tido preparado de fozta universal e espe-
riencia em qtuos talculos effectos. Seu Exa. Revma. bendiz
a esta Emulsão de Scott. D. Ricardo Casanova y Estrada

Fonte: MONITOR DO SUL, Ano X, nº 595, 12 de março de 1911, p. 2. Foto: Oslan Costa Ribeiro (2011).

Anexo E – Propaganda do xarope Bromil, do Laboratório Daudt & Lagunilla, do Rio de Janeiro, que doou lote do medicamento para as ações sociais de D. Cláudio José, arcebispo de Porto Alegre, RS, onde o mesmo testemunha, em carta de agradecimento ao proprietário João Daudt, a doação e a eficácia do produto.

Rouquidão? Bromil

LE HORAS DA NOITE
Porto Grande.

O Arcebispo D. Claudio José
aconselha o Bromil



Escreve-nos o Arcebispo de Porto Alegre, Dom Claudio José:

O Sr. João Daudt me havendo offerecido bom numero de frascos de Bromil, fui distribuindo com os pobresinhos, com os seminaristas, e sempre com vantagem, esse salutar remedio. Causou-me admiração a rapida cura do seminarista Silvio, filho do fallecido Francisco Vicente Dias, que soffria desde a mais tenra idade, e com dois frascos de Bromil ficou perfeitamente curado.

Porto Alegre, 8 de Junho de 1912.

† Claudio José, Arcebispo de P. Alegre.

O Bromil é um peitoral efficaz para curar bronchites, coqueluche, asthma, rouquidão e tosse. Por suas propriedades notaveis, desentope o peito, faz expellir o catarrho, allivia os pulmões, fazendo cessar o chiado da tosse.

Laboratorio Daudt & Lagunilla, Rio.

Fonte: MONITOR DO SUL, Ano XII, nº 677, 5 de janeiro de 1913, p. 3. Foto: Oslan Costa Ribeiro (2011).

Anexo F - Texto integral da carta da população de Canavieiras em repúdio ao Vigário Badaró, publicada em MONITOR DO SUL, Ano II, Nº 124, de 10 de maio de 1903, p. 1.

Permita v. exa. Que não revolvamos factos que, devem permanecer no olvido e até porque nos dirigindo a v. exa. Que observou de visu o estado da Igreja de Cannavieiras e bem assim os paramentos a mesma pertencentes e queixas lhe foram feitas por pessoas de inteiro conceito, não precisam usar de uma acusação formal a pessoa do revmo. Vigário Badaró.

Basta que mais uma vez saiba v. exa. rvma. que, parte d'esta população que há oito annos não transpunha o adro da Matriz d'esta Cidade, ali fôra, com a estada de v. exa. aqui, nas sopedaneas áras as ablatas de seu amor.

Si hontem exmo. sr. metade ou terça parte d'esta população retrahia-se da Igreja, hoje, podemos afirmar que umas 30 pessoas a maior parte mulheres, são as que frequentam a Igreja de Cannavieiras, e isso porque sabe o povo da injustiça de que fora victimas por parte do alludido vigário, quando no relatório apresentado a v. exa. dissera que em nenhuma parte do Brazil se accentua a falta de religião como n'esta terra e que os naturaes em numero limitado eram por índole e educação occiosos, negligente e descrentes, sendo que na maioria da população era adventícia, aventureiros vindos de todos os cantos do

Paiz, attrahidos pela minas do Salôbro e pela assombrosa fertilidade do Rio Pardo e mais que reinava n'este meio social o egoísmo, o mais detestável, por isso que fazer fortuna pouco importavam os meios e era o que este povo acariciava e construía o seu único phanal, e mais ainda, que as manifestações tributadas a v. exa. não passavam de meras phantasias e outras cousas mais que deixamos de transcrever aqui.

Ora, exmo. sr. o dr. Promotor Publico d'esta comarca, Ulysses Magalhães Menezes, tem confirmado que fôra o copista do relatório libello accusatorio aos brios e á dignidade de um povo que nos estão de delirantes ovações, a par da fé accendida nos seus corações, não medira sacrificios para condignamente receber seu Prelado.

É o digno vigário Evaristo, da freguezia de Ilhéus, que vira o mesmo relatório e até perguntara admirado, ao autor d'elle, se o entregava a v. exa. nos termos em que o mesmo estava redigido, o que fôra confirmado pelo predito vigário Badaró, e, é finalmente o importante negociante da dita cidade, major Rodolpho Vieira de Mello quem affirma ter ouvido do padre Badaró, que as manifestações a v.

exa. tributadas não passavam de palhaçadas.

Si tudo isso não bastasse é v. exa. sabedor de que no 1º dia em que foi ministrado o Santo Chrisma por v. exa., o padre Badaró retirara da salva um nikel que um fiel ali depositara e arremessara-o grosseiramente no chão e isso no Templo do Senhor e, praticado por um vigário de Jesus Christo, o que determinou geraes protestos por parte dos fieis.

Assim exmo. sr. Arcebispo, não podendo o povo de modo algum conciliar-se com o vigário d'esta Freguezia, vem com

todo acatamento pedir a v. exa. a remoção do padre vigário Badaró, por ser de necessidade absoluta para bem d'esta freguesia e para que, o que v. exa. revma. nomear no sentido de dirigir os nosso destinos espirituaes possa fazer renascer a religião em Cannavieiras, ora abatida e que desde esse dia surja uma nova era de felicidades para o povo Catholico d'esta freguezia.

Confiante na vossa magnanimidade espera o povo ser attendido.

Cannavieiras, 2 de abril de 1903.

Anexo G – Vista parcial da vila de Jacarandá, no município de Canavieiras, BA, às margens do Rio Pardo, principal colaboradora das doações de pedras, para o alicerce da nova igreja matriz em 1911. Viveu seu apogeu populacional e econômico na primeira metade do século XX, devido a monocultura do cacau.



Fonte: <http://ilhadecanavieiras.blogspot.com>, acesso em 17 dez. 2021. **Foto:** Teophilo Mourranhy.

Anexo H – D. Manoel Antônio de Paiva, 1º bispo da Diocese de Ilhéus, BA, entre 1915-1929.



Fonte: <https://congregacaomarianapst.webnode.pt/products/primeiro-bispo-de-ilheus-dom-manoel-antonio-de-paiva-de-1915-a-1929-/>.
Acesso em: 17 dez. 2021.

Eleito primeiro bispo da Diocese de Ilhéus, D. Manoel Antônio de Paiva, era natural da Paraíba do Norte, hoje João Pessoa, PB. Foi ordenado bispo da Igreja, em Petrópolis, RJ, no dia 18 de junho de 1915, e tomou posse em Ilhéus, BA, no dia 08 de agosto. (In: <https://congregacaomarianapst.webnode.pt/products/primeiro-bispo-de-ilheus-dom-manoel-antonio-de-paiva-de-1915-a-1929-/>, com modificações do pesquisador).

“A entrada do primeiro bispo de Ilhéus na sua diocese, empolgou a cidade pelo seu ineditismo, esforçando-se o poder municipal por torná-la quando possível grandiosa. Calcula-se que fervilhavam nas ruas umas 10.000 pessoas, em boa parte forasteiros do interior do município, bem como dos municípios vizinhos, ávidos de assistir às cerimônias. Para o que vieram igualmente da Bahia representantes do poder público estadual, e da imprensa. Na altura

conveniente da função litúrgica, celebrada na já agora catedral do novo bispado, estando presentes onze sacerdotes, ocupou o púlpito o grande orador sacro Mons. Elpídio Tapiranga.” (CAMPOS, 2006, p. 528).

“A 8 de agosto de 1915, toma posse da Diocese o Primeiro Bispo, D. Manoel Antonio de Paiva. Seu primeiro ato foi organizar o Corpo Administrativo da Diocese, Secretaria do Bispado, consultores, promotores e censores diocesanos. São obras da ação apostólica deste ilustre prelado: Colégio Feminino sob a direção das Ursulinas; Colégio Diocesano para o sexo masculino; pequeno sobrado ao lado do palácio para funcionamento da Cúria; primeiros passos para a construção da Catedral. Benzeu-a e colocou a primeira pedra. Construiu o Palácio Episcopal, deixando-o quase terminado; organizou o patrimônio da Diocese: terrenos na Baixa Fria e nas margens do Gongogí; nas margens do Gongogí fundou Colônia Agrícola, escola e Centro de Catequese para índios ainda remanescentes naquela zona; abriu Seminário N. S. das Vitórias, na sua própria Casa, sendo que este pequeno Seminário deu os seguintes Padres: Rubem Mesquita, Edson Albuquerque Lima, Osvaldo Simões e José Gonçalves de Oliveira. Terminaram o estudo e se ordenaram para a diocese, os clérigos: Manoel Barreto, Francisco Xavier Costa, André Costa, João Clímaco e Anísio Vivas. Para servir à Diocese, vieram os Padres Celso Monteiro, Antonio Granja, Simão Fileto, Clarindo Ribeiro, Luiz Sarinam e Geral Noble; Religiosas tomam a Direção dos Hospitais de Ilhéus e Itabuna; edita o semanário Diocesano “O MONITOR”, com oficina própria. Conferências, quaresmas e sermões doutrinas, por pregadores afora eram coisas frequentes e de todos os anos em Ilhéus. Pontificais, festas de São Jorge, Vitória e outras. Longas e proveitosas visitas pastorais. Em todas as paróquias foi fundado o Apostolado da Oração, Arquiconfraria do Santo Rosário, Doutrina Cristã e Vicentinos.” (OLIVEIRA, 1967, p. 1-2).

Anexo I - Estatuto da Associação das Senhoras Auxiliadoras da construção da nova Igreja Matriz de S. Boaventura na íntegra. Fonte: MONITOR DO SUL, Ano XI, nº 670, de 13 de novembro de 1912, p. 3.

ART. 1º

§ 1º Esta Associação tem por fim empregar todos os esforços afim de que no mais breve espaço de tempo, seja construída a bella Matriz de S. Boaventura.

§ 2º Poderão fazer parte da mesma associação todas as senhoras catholicas d'esta Freguezia.

ART. 2º OBRIGAÇÃO DAS ASSOCIADAS

§1º e único. Cada Senhora Auxiliadora deverá, no acto da entrada, pagar a joia de 5\$000¹⁰², e 1\$000 toda semana, durante o espaço de 3 annos, tempo que julgado sufficiente para a realização das obras da Matriz.

ART. 3º DIRECÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

§ 1º Esta Associação será dirigida por uma mesa composta de 6 Senhoras Auxiliadoras; sendo uma secretária, uma thesoureira procuradora e três vogaes, sob a presidência do Revmº Vigario da Freguesia.

§ 2º Essa Mesa e esses cargos serão occupados por indicação do Revmº Vigário.

§ 3º Todos os mezes haverá reunião da Mesa para a bôa ordem da Associação.

ART. 4º

No fim de cada anno haverá uma reunião geral das Senhoras Auxiliadoras para a mesa administrativa dar contas de sua direcção.

ART. 5º PRERROGATIVAS DAS SENHORAS AUXILIADORAS

§ 1º Toda a Senhora Auxiliadora terá direito aos primeiros logares, especialmente nas tribunas da Nova Matriz.

§ 2º Toda vez que fôr madrinha em baptizado terá direito a repique.

§ 3º Fallecendo, será encomendada gratuitamente na Matriz, tendo direito a 15 dobres.

§ 4º Toda a Senhora auxiliadora, no fim do 3º anno, terá o seu nome escrito no livro das beneméritos.

¹⁰² Leem-se Cinco mil réis. Réis: Nome derivado do Real, moeda portuguesa dos séculos XV e XVI, época do achado do Brasil por Portugal. Vigorou do início da colonização portuguesa no Brasil, começo do século XVI até dia 30 de outubro de 1942, quando foi substituída pelo Cruzeiro. (Disponível

em: <https://www.bcb.gov.br/content/acessoinformacao/museudocs/pub/SintesePadroesMonetariosBrasileiros.pdf>, com modificações. Acesso em 18 fev. 2022.

ART. 6º PERDA DAS PRERROGATIVAS

§ 1º e único. Perderá todos os privilégios a Auxiliadora que, por qualquer motivo, não cumprir a risca o estatuto no art. 2º, § 1º e único.

ART. 7º

§ 1º Poderá reunir-se a Auxiliadora com a entrada de 150\$000.

§ 2º A Auxiliadora que tiver perdido os seus privilégios, poderá reavê-los, fazendo uma nova contagem do tempo, como se tivesse de começar.

Cannavieiras, 6 de Novembro de 1912 -

Padre Justino José de Sant'Anna.

Anexo J – Fonte: MONITOR DO SUL, Ano XII, nº 708, de 14 de setembro de 1913, p. 3
(nomes)

- 1 *D. Carolina Ribeiro*
- 2 *D. Josepha Botelho*
- 3 *D. Úrsula Lima Ribeiro*
- 4 *D. Eulina Pinto*
- 5 *D. Anna Pinto*
- 6 *D. Angela Pereira Homem*
- 7 *D. Josepha Maria de Jesus*
- 8 *D. Belarmina de Jesus*
- 9 *D. Maria Brasil*
- 10 *D. Josephina de Aragão Ribeiro*
- 11 *D. Amélia Guerreiro*
- 12 *D. Amélia Pinheiro*
- 13 *D. Heduviges Ferreira*
- 14 *D. Josepha da Silva*
- 15 *D. Maria Thereza Costa*
- 16 *D. Maria Clara Barreto*
- 17 *D. Virgilia Copello*
- 18 *D. Theonilia Moreira Reis*
- 19 *D. Julia Cavalcanti*
- 20 *D. Theodula de Moraes Costa*
- 21 *D. Maria Clara de Souza Mello*
- 22 *D. Esther Noya*
- 23 *D. Jacintha Freire*
- 24 *D. Anna Ribeiro de Moraes*
- 25 *D. Florinda Archanjo Ribeiro*
- 26 *D. Jardelina Hespanha*
- 27 *D. Delmira Ribeiro Homem*
- 28 *D. Maria Simões Peixoto*
- 29 *D. Maria d'Oliveira Castro*
- 30 *D. Marieta Moraes Sampaio*

Anexo L – Fonte: MONITOR DO SUL, Ano XII, nº 691, de 20 de abril de 1913, p. 1

A NOVA MATRIZ

A aspiração de um povo é o seu progredir, e não se queira dizer, que a religião catholica é um empecillo ao seu evoluir, porque o povo que não tem religião é um povo retrógrado.

A religião é, pois, para a sociedade, como bôa alimentação, é para o corpo.

A religião é a fonte de água pura e chrystalina humanidade vae saciar a sêde da necessidade que lhe devora a entranhas; é ella o guia seguro do náufrago que procura a salvação, quando envolto no mar tempestuoso das contrariedades da vida; é ainda a bússola que nos conduz ao ponto culminante dos nossos desejos, quando são concebidos são princípios da moral; é ella ainda a maviosa harmonia que nas horas dos nossos maiores dessabores e agonias, nos dá o lenitivo e consolo.

Sem religião não existe sociedade, porque a religião é o pharol seguro que guia as Nações cultas ao caminho dos seus engrandecimentos.

Mas, para que um povo seja verdadeiramente catholico, torna-se de necessidade palpitante que prove seu catholicismo.

O dizer – sou religioso – não é prova sufficiente; é preciso comprovar seu dito,

não basofiando, mas peremptoriamente, com positivos.

Os habitantes dessa bôa terra (com honrosas excepções) se dizem catholicos, mas são catholicos indiferentes ou curiosos.

Isto não pode servir para o fim a que nos propomos.

Cannavieiras, a bella Princeza do Sul, que deve caminhar na vanguarda de suas irmans, no tocante ao magno assumpto, de que nos occupamos hoje, está muito aquém das demais cidades do sul do Estado.

Se tem um magnifico edificio, onde funciona a Intendência Municipal; uma boa cadeia, onde estão recolhidos os infratores da lei, para o desaggravo da justiça, e bem estar da sociedade, um matadouro e outros edificios bem como um hospital feito por iniciativa particular, se o illustrado Dr. João de Deus Ramos, nosso prestimoso chefe acaba de firmar um contrato na Capital Federal, contracto este vantajoso para este município, e que trará incalculáveis melhoramentos, para esta localidade como sejam: caes, esgotto, agua, luz eléctrica, matadouro modelo e prédios escolares, e que só a bôa e tenáz vontade do incansável intendente, levaria isso a effeito; se boa marcha vão tendo os negócios municipaes, bem como a orientação

política local, graça á actividade e zelo do Cel. Antônio Nunes, que tem agido de mutuo accordo com ele, Dr. Ramos; preciso se faz que lancemos as nossas vistas para a Matriz em construção porque para nós catholicos, é de urgente necessidade a sua conclusão.

Já dissemos em princípio; um povo que não tem religião, não pode evoluir, mas para que possamos provar nosso amor, e zelo pela religião que professamos, preciso se faz ter-se um templo digno do nosso meio para nelle celebrarmos as festas em honra ao Altíssimo Deus, e também ao nosso excelso Padroeiro S. Boaventura.

Devemos ter um templo, onde possamos render os nossos louvores ao Omnipotente; devemos ter um templo que prove não só aqui, mas fóra d'aqui, o nosso amor, acatamento e respeito á religião do Crucificado.

E' attrahente, fascinante, a religião do Martyr do Golgotha, porque o seu estandarte no qual se lê Paz, Amor e Caridade foi desfraldado no cimo do calvário pelo Filho de Deus, que se offereceu em holocausto para reunir a humanidade.

Lecção grandiosa e sublime que prova o grande amor que nos devota o Creador.

E porque nós, que nos dizemos catholicos, não devemos ter um templo com proporções ao nosso meio, se contamos com tenáz vontade do padre Justino Sant'Anna, vigário d'esta freguezia?

E' preciso que nós Cannavieirenses ajudemos ao bom vigário a levar a effeito a obra que emprehenheu.

Não há necessidade de muito sacrificio, basta a boa vontade. Os ricos concorrendo com cinco mil réis mensaes, os menos ricos dois mil réis, e os demais mil réis.

Se todos os catholicos concorrerem com o óbulo acima estipulado teremos uma verba mensal superior a quatro contos de réis e a obra é concluída em pouco mais de um anno.

E' este o apello que fizemos de nossa humilde tenda de trabalho ao religioso – Cannavieirense – Um óbulo para os trabalhos da nova Matriz.

Araray.

Anexo M – Receita e despesa das obras da Nova Matriz de 1º de Abril a 31 de Julho de 1913. Fonte: MONITOR DO SUL, Ano XII, nº 708, de 14 de setembro de 1913, p. 2.

RECEITA

Extracção de 6 series de loteria	278\$800
Bilhete nº 508 da série KK	50\$000
Resultado líquido de 10 Leilões	377\$880
Commendador Umbelino Gonçalves	500\$000
Bolsa dos domingos	65\$850
Associação das Sras. Auxiliadoras	336\$000
Cel. Samuel Benjamin	20\$000
D. Florinda dos Prazeres	20\$000
D. Anna Pinto	15\$000
1 Cartão de D. Eulilia Fragoso	10\$000
1 Leilão em casa de d. Carolina Ribeiro	109\$000
1 Leilão em casa de d. Theonilla de Souza	36\$600
2 Cofres no Commercio	5\$200
1 cofre em casa de d. Francisca	4\$000
Dubaldino Costa	5\$000
Resto da prestação da Intendência, do mez de Janeiro	<u>66\$666</u>
Total	1:899\$996

Além dos donativos acima, foram recebidos, do Cel. Frederico Müller 5.000 tijolos

Dr. Baul Mello 10 carradas de barro

DESPEZA

Cal ao sr. Polibio S. Anna, 248 saccoes	422\$300
Pedra, ao sr. Joaquim Costa	100\$000
Ao sr. Lauriano 22 saccoes de cal	31\$000
Ao sr. João Evangelista, 13 saccoes de cal	20\$800
Ao cel. Leonídio Guerreiro 10 mil tijolos	350\$000
Ao sr. Manoel Reinaldo 17 carros de barro	59\$500
1 Talha e um carrinho de mão para as obras	35\$000
Mão de obra (7 folhas)	486\$750

Ao carroceiro Eloy	111\$700
Impressão de series de loterias, ao “Monitor do Sul”	<u>140\$000</u>
Total	<u>1:757\$050</u>
Receita	<u>1:889\$996</u>
Saldo	142\$946
Déficit do mez de Março	<u>273\$840</u>
Déficit que passa para o mez de Agosto de 1913	130\$894

Anexo N – Fonte: MONITOR DO SUL, Ano XII, nº 708, de 14 de setembro de 1913, p. 3.
[nomes transcritos conforme a grafia publicada no jornal].

1	<i>D. Carolina Ribeiro</i>	16	<i>D. Maria Clara Barreto</i>
2	<i>D. Josepha Botelho</i>	17	<i>D. Virgilia Copello</i>
3	<i>D. Úrsula Lima Ribeiro</i>	18	<i>D. Theonilia Moreira Reis</i>
4	<i>D. Eulina Pinto</i>	19	<i>D. Julia Cavalcanti</i>
5	<i>D. Anna Pinto</i>	20	<i>D. Theodula de Moraes Costa</i>
6	<i>D. Angela Pereira Homem</i>	21	<i>D. Maria Clara de Souza Mello</i>
7	<i>D. Josepha Maria de Jesus</i>	22	<i>D. Esther Noya</i>
8	<i>D. Belarmina de Jesus</i>	23	<i>D. Jacintha Freire</i>
9	<i>D. Maria Brasil</i>	24	<i>D. Anna Ribeiro de Moraes</i>
10	<i>D. Josephina de Aragão Ribeiro</i>	25	<i>D. Florinda Archanjo Ribeiro</i>
11	<i>D. Amélia Guerreiro</i>	26	<i>D. Jardelina Hespanha</i>
12	<i>D. Amélia Pinheiro</i>	27	<i>D. Delmira Ribeiro Homem</i>
13	<i>D. Heduviges Ferreira</i>	28	<i>D. Maria Simões Peixoto</i>
14	<i>D. Josepha da Silva</i>	29	<i>D. Maria d'Oliveira Castro</i>
15	<i>D. Maria Thereza Costa</i>	30	<i>D. Marieta Moraes Sampaio</i>